

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

ANDERSON DE OLIVEIRA RUFINO

INTEGRAÇÃO E SUBVERSÃO:

**A educação da Frente Negra Brasileira em princípios do século XX em São
Paulo**

SÃO CARLOS

2025

ANDERSON DE OLIVEIRA RUFINO

INTEGRAÇÃO E SUBVERSÃO:

A educação da Frente Negra Brasileira em princípios do século XX em São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos na linha de História, Filosofia e Sociologia da Educação para obtenção do título de mestre

Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto Massao Hayashi

SÃO CARLOS

2025



Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Anderson de Oliveira Rufino, realizada em 27/02/2025.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Carlos Roberto Massao Hayashi (UFSCar)

Profa. Dra. Priscila Martins de Medeiros (UFSCar)

Profa. Dra. Tânia Barbosa Martins (UNIMEP)

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

AGRADECIMENTOS

Cada um de nós carrega e faz sua própria história, então, ninguém melhor do que nós mesmos para saber sobre as esperanças e triunfos de certos caminhos, e o quão difíceis, trabalhosos e sofridos são outros que trilhamos. Independente de qual seja o caminho, no entanto, na grande maioria das vezes temos alguém para nos ajudar a continuar caminhando. Por isso, meus agradecimentos vão a estas pessoas, que direta ou indiretamente, me auxiliaram a continuar a refletir e escrever mesmo nos momentos mais difíceis.

Agradeço primeiro aos meus pais, Florbela e Valter, pois são eles que sempre estão ao meu lado não importando em que sentido ou em qual momento de minha vida. Agradeço, por conseguinte, aos meus ancestrais, sem os quais nem meus pais aqui estariam, assim também como a meu irmão, na continuidade dos laços de sangue.

Agradeço aos amigos e às amigas de variados momentos por me permitirem, em nossas conversas e vivências, refletir sobre variados elementos da vida e de nossa realidade social, proporcionando de diferentes maneiras a matéria-prima e a vontade necessárias para escolher um tema ligado ao nosso cotidiano, pesquisá-lo e escrever sobre ele. Agradeço por isso também, às professoras e aos professores que passaram em meu caminho e que tive a oportunidade de muito aprender com suas experiências, ensinamentos e diálogos, permitindo-me aos poucos ampliar minhas possibilidades.

Faço um agradecimento também ao meu orientador nesta pesquisa, Carlos Roberto Massao Hayashi, pois sua paciência e conselhos foram imprescindíveis para que eu conseguisse completar esta escrita e, ao mesmo tempo, ampliar minhas reflexões.

E faço, por fim, um agradecimento especial ao meu mestre de capoeira, Mestre Izael, que contribui cotidianamente com meu crescimento enquanto pessoa e quem, mais do que qualquer um, fez-me refletir sobre a questão racial e alguns de seus desdobramentos em nosso país, seja através de seus ensinamentos em nossos treinamentos, seja através de nossa convivência na volta do mundo.

EPIÍGRAFE

*De onde foi que eu saí pra ser escravo?
Lá do chão da Catumbela.
Pra que terra distante eu fui levado?
Pra nação verde-amarela.
Quando foi que o levante foi tramado?
No porão da caravela.
Quem me deu coração de revoltado?
Foi Tereza de Benguela.*

*Eu quebrei cada elo da corrente,
Era eu, eram cem, eram milhares,
Cada negro virou lugar-tenente
De zumbi dos quilombos dos Palmares.*

*Pra brigar contra a Subserviência?
Tem que ser um sentinela.
Contra quê que inda luto sem clemência?
A miséria da favela.
Quem me mostra o poder da resistência?
É o doutor Nelson Mandela.
E onde é que eu mantenho a minha essência?
No gongá de Mãe Estela.*

*Na garganta de cada combatente
Esse grito ainda ecoa pelos ares,
Cada gueto de cada continente
É de novo um quilombo dos Palmares.*

(PINHEIRO, Paulo César. Lugar-tenente. In: BONFIM, Glória. **Chão e Terreiro**. Acari Records, 2018.

Faixa 10. CD.)

RESUMO

Procuramos, por meio da leitura dos fascículos do periódico *A Voz da Raça*, veículo de comunicação oficial da Frente Negra Brasileira, mostrar alguns significados e o papel atribuído à educação pela maior associação negra surgida em princípios do século XX em São Paulo. Aspecto educativo, então, que favoreceu naquele período a aglutinação de alguns segmentos da população negra em torno de objetivos coletivos, de caráter identitário e de luta contra o racismo, e também com vistas à integração de maneira mais igualitária à sociedade. Fizemos por isso um recuo histórico estabelecendo algumas das principais características de ordem social, política, econômica e racial, que compuseram o contexto do período em questão, em especial, no que tange ao avanço da modernidade e suas contradições de caráter racial e socioeconômico no Brasil e, mais especificamente, na cidade de São Paulo. Buscamos demonstrar assim como os aspectos socioeconômico e racial se influenciam mutuamente e são imprescindíveis para entendermos a realidade social brasileira.

Palavras-chave: FNB (Frente Negra Brasileira); Associativismo Negro; Educação; Modernidade; Imprensa Negra.

ABSTRACT

By reading the issues of the periodical *A Voz da Raça*, the official communication vehicle of the Frente Negra Brasileira (Brazilian Black Front), we sought to highlight some of the meanings and the role attributed to education by the largest Black association, which emerged in the early 20th century in São Paulo. This educational aspect, then, favored the unification of certain segments of the Black population during that period around collective goals, both identity-based and in the fight against racism, and also with a view to more equal integration into society. Therefore, we took a historical look back, establishing some of the main social, political, economic, and racial characteristics that shaped the context of the period in question, particularly regarding the advance of modernity and its racial and socioeconomic contradictions in Brazil, and more specifically, in the city of São Paulo. We thus sought to demonstrate how socioeconomic and racial aspects influence each other and are essential to understanding Brazilian social reality.

Keywords: FNB (Brazilian Black Front); Black Associations; Education; Modernity; Black Press.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	19
1. A FORMAÇÃO DO BRASIL MODERNO.....	31
1.1. Genealogia da sociedade de classes no Brasil	31
1.2. Capitalismo moderno e as classes sociais em São Paulo	47
1.3. Conflitos sociais e relações de classe e raça no Brasil	65
2. A FRENTE NEGRA BRASILEIRA E A ORGANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NO INTERIOR DA MODERNIDADE CONSERVADORA BRASILEIRA	73
2.1. A organização da população negra frente aos desafios cotidianos	73
2.2. Associações negras e o caráter político da organização do meio negro em São Paulo no século XX	83
2.3. Educação e algumas áreas de atuação das associações negras	101
2.4. A Frente Negra Brasileira	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	145

INTRODUÇÃO

Para analisarmos profunda e amplamente um objeto de estudo, necessariamente, temos de enquadrá-lo em um panorama mais amplo, exigindo de nós uma atenção especial à realidade social na qual o mesmo se enquadra, bem como, observar os fatores e aspectos sobre os quais esta realidade foi erigida e ficou alicerçada. Isso porque, na maior parte dos casos, não podemos estudar um objeto por si mesmo, como se estivesse a flutuar num limbo e não sofresse influência de outros fatores de qualquer ordem, sob o risco de fazermos uma análise superficial e/ou incompleta e, por isso, aquém da realidade em que este mesmo objeto se encontra.

Qualquer estudo sobre questões pertinentes ao Brasil, portanto, desse ponto de vista, leva-nos, necessariamente, a voltar nossa atenção sobre esta realidade social e seus fatores constituintes. Em outras palavras, qualquer estudo sobre o Brasil deve levar em consideração algumas especificidades desta realidade social de modo a permitir uma reflexão ampla e aprofundada sobre seus vários elementos constituintes, de variadas ordens, como a econômica, a social, a política, a cultural e a racial. Tarefa, sem dúvida, bastante complexa, e não somente por esta multiplicidade de fatores que a influenciam, mas também por suas várias possibilidades interpretativas.

Seguimos, então, para nos orientar nessa empreitada, a trilha deixada pelas indicações de Alfredo Bosi (1992), para quem a efetiva apreensão de uma formação social específica deve levar em conta a observação e análise de suas singularidades, pois são elas, em grande medida, que caracterizam e condicionam sua dinâmica e seu movimento. No caso brasileiro, portanto, não há como apreender a complexidade de sua formação social se não levarmos em conta o processo colonizador europeu e suas consequências políticas, econômicas, sociais e culturais, em especial, quanto à formação de sua base econômico-social e a constituição de sua população, ambas associadas à implantação da escravidão em nossas terras.

Partindo, pois, deste pressuposto, podemos inferir que a apreensão da formação econômico-social brasileira deve, necessariamente, debruçar-se sobre algumas especificidades fundamentais, dentre elas, para as preocupações centrais

nesse estudo, o aspecto racial, presente em diversas facetas desta realidade social. Tal observação, por sua vez, permite-nos indagar acerca de uma multiplicidade de outros fatores e desdobramentos de ordem econômica, política, social e cultural que determinaram a maneira pela qual a modernidade em moldes europeus foi imposta e veio se consolidando em terras tupiniquins, desde fins do século XVI, mas, principalmente, no decorrer do século XIX, quando aspectos mais propriamente modernos podem ser melhor observados.

Nota-se, desde já, portanto, nossa opção de análise sobre o período entendido como modernidade, que, pelo menos do ponto de vista da história ocidental, confunde-se com o processo de expansão do capitalismo europeu por meio do colonialismo. A escolha desse contexto de expansão da lógica moderna no Brasil para nosso estudo, então, deu-se devido a nosso entendimento de que muitos dos problemas e contradições ligados à desigualdade socioeconômica e racial, bem como, a persistência da discriminação e do racismo em roupagens variadas, deitam raízes na maneira pela qual este ideal de modernidade foi imposto e se consolidou em nosso país.

A apreensão e o entendimento do caráter racial, portanto, associado ao próprio desenvolvimento da sociedade brasileira, é um aspecto imprescindível para a tentativa de explicar certos elementos e características desta formação social e, mais precisamente para o presente estudo, para entendermos certas complexidades desta realidade no que tange às relações entre este aspecto e outros elementos pertinentes e preponderantes no desenvolvimento histórico brasileiro associado à modernidade. Em outras palavras, como o aspecto racial aparece e se vincula ao ideal de modernidade e como este influencia o desenvolvimento da sociedade brasileira na transição do século XIX para o século XX são preocupações que orientam nosso trabalho.

Cabe advertir, entretanto, que este movimento de desvelamento dos fatores que influenciaram a formação e consolidação da modernidade brasileira não se resume a uma explicação de nosso passado enquanto sociedade, mas, principalmente, permite-nos refletir sobre nosso presente e nosso futuro, possibilitando-nos vislumbrar formas de agirmos sobre esta mesma realidade. Aspecto este, ainda mais pertinente quando nos debruçamos sobre aqueles

fenômenos da desigualdade socioeconômica e racial, da discriminação e do racismo, citados anteriormente, e tão presentes na história da formação social brasileira e que se explicitam claramente ainda nos dias atuais.

Perceber os fatores que determinaram a formação de nossa realidade social no período destacado, bem como, suas inter-relações e interinfluências são, por isso, pressupostos para refletir e entender cada vez mais ampla e profundamente esta mesma realidade, proporcionando-nos, quando bem apreendidos, instrumentos para a crítica e para a intervenção sociais. Principalmente no sentido de nos permitir vislumbrar alternativas e possibilidades para a transformação de certos elementos contraditórios e/ou perniciosos desta realidade, como aqueles ressaltados anteriormente.

Entendida a importância e a centralidade do aspecto racial para o entendimento da realidade brasileira e, de modo mais específico para nosso estudo, cabe-nos, no entanto, estabelecer mais precisamente como e em que sentido pretendemos apreender este aspecto tão presente em diversas facetas, espaços e tempos históricos da realidade social e cultural brasileira, perpassando desde a música e a língua, às expressões artísticas, à religião, dentre outros aspectos.

Já ressaltamos como o elemento racial está presente em uma série de manifestações de caráter sociocultural na realidade brasileira e apesar de, enquanto indivíduo, mantermos contato e interesse com variadas destas expressões – como nosso interesse musical pelo rap, pelo samba ou pelo samba de coco, por exemplo –, foi principalmente por meio de nosso contato com a capoeira que nos atentamos mais especificamente para alguns desdobramentos da questão racial presente na sociedade brasileira. O contato com a capoeira então permitiu-nos um olhar cada vez mais profundo e atento sobre esta questão, já que desde suas origens, ainda ligada aos tempos da escravidão, ela reflete aspectos ligados ao elemento identitário e de resistência, refletindo também, por isso, diversos aspectos da história social, política e cultural do negro em terras brasileiras.

O fenômeno da capoeira, portanto, não é um ótimo exemplo do aspecto racial em nossa sociedade e nossa cultura somente por representar uma expressão afro-brasileira, mas, principalmente, pelo fato de demonstrar como os aspectos social, cultural e racial, interligam-se e se influenciam não só mutuamente, mas também em

sua relação com outros elementos de caráter político e econômico, haja visto as transformações ocorridas não somente na prática da mesma, mas em especial, na aceitação desta prática por setores cada vez mais amplos da sociedade, saindo da percepção e do lugar de uma expressão perseguida ou considerada vagabundagem para introduzir-se em variados espaços da realidade social, sendo, atualmente, considerada um patrimônio cultural brasileiro e da humanidade.

Assim, mesmo não sendo a capoeira nosso objeto de estudo, é justamente o aspecto de luta e de resistência da população negra que ocupa o lugar central em nosso estudo, mais especificamente, a forma como a população negra paulistana se organizou para lidar com as contradições e adversidades que se colocavam ante ela no período ora destacado aqui, isto é, da consolidação de uma modernidade conservadora e da sociedade de classes, competitiva e individualista em São Paulo.

A escolha por analisar a Frente Negra Brasileira e suas propostas educativas, portanto, vão neste sentido, ou seja, do entendimento de que esta associação, considerada a maior e mais complexa organização negra do período (Domingues, 2013), reflete e exemplifica bem a luta da população negra para criar alternativas de vivência e sobrevivência numa sociedade que se lhe mostrava adversa. Além disso, pela leitura dos vários números de seu periódico oficial, *A Voz da Raça*, a que tivemos acesso, pudemos perceber como o aspecto educativo presente nos ideais e iniciativas da FNB respondem a demandas e contradições de caráter socioeconômico e racial vigentes naquele período, permitindo-nos, portanto, a análise da amálgama desses aspectos de acordo com as preocupações em nosso estudo e ressaltados anteriormente.

Assim, apesar do *start* que a observação e a participação na capoeira nos permitiram, não foi propriamente a capoeira nosso objeto de estudo, mas sim alguns questionamentos suscitados a partir desse contato e que se debruçam, como afirmado, sobre a gênese das relações socioeconômicas, políticas e raciais no Brasil moderno. Buscamos, então, com o presente estudo, demonstrar como a modernidade que se consubstancia no Brasil, em especial na sociedade paulistana a partir de fins do século XIX e meados do século XX, foi se tornando cada vez mais perniciosa e desigual, relegando parte de sua população – a população negra especialmente – a um relativo abandono por parte do Estado que se configurava. Situação esta que

criará as condições para a perpetuação de desigualdades, da discriminação e do racismo, por um lado, mas que também possibilitará o aparecimento de formas variadas de organização da população negra frente a estas mazelas.

Feitas as necessárias análise e descrição de nossa realidade social no período destacado, indagamo-nos, então, acerca das maneiras como a população negra de São Paulo se organizou, encontrando ou criando formas de viver frente a esta modernização cada vez mais conservadora e excludente. Formas estas que, necessariamente, perpassavam por processos de caráter educativo – tanto no sentido estrito do termo, como a preocupação com o combate ao analfabetismo, quanto num sentido mais amplo, relacionado a um caráter mais moral e político do viver em sociedade – com vistas a manutenção de certas características e tradições do passado, mas também que explicitavam sua busca por inserção social de maneira equânime e com os direitos propalados por uma república que se afirmava democrática.

Aqui novamente, portanto, mostra-se a importância da F.N.B. no período, pois, criada em 1930, isto é, em meio a consolidação cada vez mais explícita da sociedade de classes e competitiva em São Paulo, permitiu a aglutinação da população negra em torno de objetivos comuns, não somente de caráter identitário, mas também socioeconômico, ligados então à uma inserção de maneira mais digna e igualitária à sociedade moderna em expansão. Nesse sentido, como fica explícito na leitura de inúmeros artigos de seu periódico “A Voz da Raça” é pelo caminho da educação que esta organização auxilia seus membros a reivindicarem um lugar nessa Paulicéia em transformação, aspecto alcançado através do apelo e incentivo à adequação de mentalidades e comportamentos às exigências da modernidade, contando inclusive com a criação de uma escola própria voltada ao processo de alfabetização.

Explica-se novamente, portanto, nossa ênfase para o período de transição do século XIX para o século XX, isto é, período de grandes e importantes transformações de caráter político, econômico e sociocultural que, entre outros aspectos, associa-se ao contexto de crise e fim da escravidão, de proclamação da República e de inserção do país na lógica do capitalismo industrial internacional. Daí também, os motivos para nossa opção por estudar e analisar a Frente Negra Brasileira e suas iniciativas e ações na área da educação, transformando-a em um dos mais importantes instrumentos de

resistência e de luta por direitos, refletindo o protagonismo negro em São Paulo e suas diferentes formas de associativismo.

Com esta percepção do protagonismo e do associativismo negro proporcionado pela organização em torno da F.N.B., portanto, tentamos trazer à baila a necessidade de se inter cruzar os elementos de caráter socioeconômico e político concernentes às transformações estruturais processadas na sociedade paulistana no período destacado, e as contingências de caráter racial, cada vez mais explícitas devido à falsa ou limitada democracia que se vinha criando naquele contexto. Tentamos, assim, contribuir para enfatizar a necessidade de se ancorar o estudo da questão racial no desvelamento da estrutura socioeconômica e política e em seu desenvolvimento, percebendo como esta estrutura influenciou e foi, por sua vez, influenciada por contingências de caráter cultural e racial.

Em outras palavras, buscamos com o presente trabalho contribuir no sentido de salientar como a análise e o entendimento dos aspectos socioeconômicos são imprescindíveis para se entender as formas como se desenvolveu o associativismo da população negra paulistana no período, bem como, são elementos-chave para se apreender devidamente a questão étnico-racial ligada às questões política e identitária. Assim, no caso da cidade de São Paulo no período em questão, observamos uma íntima relação entre as iniciativas e objetivos educativos das associações negras, com ênfase especial à Frente Negra, e o contexto de exclusão/desigualdade socioeconômica, dando mote para entendermos como o elemento étnico-racial também se constrói e se reconfigura em concomitância à dinâmica da realidade socioeconômica e política.

A escolha por exemplificar este período com a análise da FNB então explica-se, por um lado, por sua importância na organização da população negra no período em questão, e, por outro lado, pela possibilidade de acesso a um série de estudos sobre a mesma, bem como, pelo acesso aos exemplares de seu periódico oficial, *A Voz da Raça*, o que nos possibilitou, por meio da leitura dos fascículos, observarmos os principais pressupostos nos quais se baseavam os ideais e as iniciativas dessa associação.

Cabe destacar ainda que a F.N.B., por sua amplitude e extensão, acabou fomentando inúmeras iniciativas de diferentes aspectos que podem ser enquadradas

como iniciativas educativas, permitindo-nos um rico panorama e um ótimo exemplo das possibilidades e alternativas criadas pela população negra, através de suas associações, no âmbito da educação. A F.N.B., como já assinalado, propôs desde a ênfase na educação formal, com a criação de sua própria escola, até iniciativas para uma educação do negro para a cidadania, como na ênfase na necessidade de se conseguir um emprego ou na aquisição de um imóvel, por exemplo. Permite-nos, portanto, um bom repertório para refletirmos sobre educação, aspectos socioeconômicos e relações étnico-raciais, assim como, bons exemplos para embasarmos nossos argumentos.

É o aspecto educativo vinculado aos ideais e ações da F.N.B., portanto, que nos permite refletir sobre o amálgama entre as demandas raciais e socioeconômicas vivenciadas pela população negra no período, proporcionando-nos um bom quadro para a análise de como aspectos de ordem econômica, social, política e racial se misturam e influenciam na formação da realidade social brasileira. A centralidade nesse aspecto educativo, além disso, explica também nossa opção pela área da educação, isto é, é pela ótica da educação, e mais especificamente da educação da F.N.B., que nos propomos analisar a realidade social brasileira do período com destaque para os ideais de modernização e suas repercussões de caráter socioeconômico e racial.

Da perspectiva que nos propomos, então, tentamos demonstrar como as associações negras, com destaque para a Frente Negra Brasileira, favoreceram a aglutinação da população negra em torno de interesses coletivos e estabeleceram sua ação de forma voluntária e crítica, auxiliando no desvelamento de importantes aspectos da realidade socioeconômica – como a questão da pobreza ou da exclusão social – em concomitância com aspectos étnico-raciais – como a discriminação e o racismo –, influenciando-se e aprofundando-se mutuamente. Compreende-se, assim, que foi a criação destas alternativas para a vida social o que permitiu cada vez maior criticidade de alguns setores da população negra proporcionando por sua vez a criação de coletividades que respondiam a questionamentos e demandas de caráter econômico, político e identitário, culminando ou ampliando a possibilidade do associativismo negro como denúncia e combate ao racismo, isto é, como expressão da luta antirracista.

Esta compreensão sobre as relações entre os aspectos racial e socioeconômico nos permite entender, ainda, as divergências políticas e ideológicas no interior das diferentes associações negras, bem como, as próprias dissidências dentro de algumas delas, como no caso da FNB, aspecto eminentemente político, mas que não desvalida o entendimento destas associações como coletividade, demonstrando a complexidade do aspecto racial, já que demonstra diferenças entre representantes da população negra paulistana mesmo em sua luta antirracista.

Além disso, esforçamo-nos também em nossa análise, por demonstrar a construção política e histórica do associativismo negro, garantindo importância não somente às associações de caráter propriamente político, mas também a outras manifestações organizativas da população negra em diferentes momentos da história do Brasil, em especial, daquelas centradas no aspecto lúdico, de recreação, assistencialistas ou ligadas à religião. Este esforço permite-nos, por sua vez, estabelecer uma ligação entre estas diferentes formas de associação no sentido de permitir espaços de socialização para a população negra e como forma de resposta a diferentes necessidades, de caráter econômico, social, político e cultural.

Para a devida apreensão, portanto, do contexto de intensas transformações e de consolidação da modernidade paulistana, característico das primeiras décadas do século XX, destinamos toda a primeira parte de nosso trabalho a um necessário recuo histórico que nos permite observar mais amplamente a transição do Brasil de uma sociedade colonizada e tradicional para uma sociedade moderna e de classes, com todas as suas transformações, mas também com suas permanências e contradições.

Esforçamo-nos, nesse sentido, por apresentar o panorama político, econômico e social do país desde meados do século XIX, intentando demonstrar como a lógica da modernidade vai se alastrando país adentro durante todo este período, culminando em movimentos de rupturas mais ou menos profundas como o foram, já em fins daquele século, os processos de proclamação da República, de abolição da escravidão e, cada vez mais intensamente, de inserção do Brasil no contexto do capitalismo industrial internacional, como já salientamos anteriormente.

É, pois, por meio desta base socioeconômica, política, cultural e também racial que, na segunda parte de nosso trabalho, apresentamos alguns dos caminhos encontrados e criados pela população negra para sua vivência e sobrevivência na

cidade que representaria então o principal bastião da modernidade à brasileira, a cidade de São Paulo.

As formas de organização e associação da população negra frente às adversidades cotidianas, todavia, não podem ser caracterizadas somente por seus exemplos na modernidade urbana, já que estas são também decorrência de lutas e organizações advindas do passado (Silva, 2021). Assim, apesar das diferenças no que tange ao contexto e às formas de organização, agora ligadas à modernidade, esforçamo-nos na segunda parte de nosso estudo, por estabelecer algumas ligações entre as formas de organização da população negra no passado escravista e as possibilidades de associação levantadas na sociedade capitalista e moderna da Paulicéia de início do século XX.

Com todo este *background* histórico então chegamos finalmente ao nosso principal intuito no presente estudo, quer seja, a caracterização daquela organização negra que é considerada a maior e mais complexa do início do século XX, isto é, da Frente Negra Brasileira e de suas propostas de educação. Caracterização esta, então, feita por meio da explicitação de seus processos educativos e dos objetivos em torno deles, realizada através da análise e reprodução de trechos de artigos de seu principal veículo de comunicação, *A Voz da Raça*, e também por meio da análise de algumas entrevistas feitas a ex-integrantes desta associação, contidas no trabalho de Barbosa (1998), *Frente Negra Brasileira: depoimentos*.

Como a preocupação com a educação mostrou-se um aspecto central nesses periódicos e devido à nossa opção pela lente da educação para o estudo da F.N.B., foi a partir deste mote que fizemos a leitura dos fascículos d'*A Voz da Raça*, isto é, procurando por meio da leitura fazer uma varredura naquilo que poderia ser considerado preocupações e necessidades educativas para a população negra naquele mundo moderno em consolidação. A leitura dos periódicos, portanto, foi feita sob o prisma da educação do negro, daí, por exemplo, as referências à instrução escolar e outras iniciativas consideradas como processos educativos ligados à questão moral e comportamental dos indivíduos buscando uma positivação dos valores e do status do negro na sociedade.

Por fim, com vistas a amarrar os variados aspectos abordados ao longo de nosso estudo e contribuir para o debate teórico em torno da questão racial brasileira

e da organização da população negra no período estudado, procuramos, nas *Considerações Finais*, aprofundar um pouco mais as relações estabelecidas entre os aspectos socioeconômicos e étnico-raciais na realidade social brasileira, tentando levantar debates e possibilidades sobre as interinfluências mútuas que estes aspectos trazem numa análise teórica sobre o tema.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A base metodológica que fundamenta nossa pesquisa pode, de maneira geral, ser dividida em dois aspectos: 1. a necessidade de se buscar uma fundamentação histórica para se entender a gênese da sociedade de classes no Brasil e, em especial, em São Paulo, com ênfase no aspecto racial presente nesse processo; 2. a leitura, análise e utilização de artigos encontrados no periódico *A Voz da Raça*, veículo de comunicação oficial da Frente Negra Brasileira, para a caracterização da ação educativa desta associação e de seu papel no sentido de organizar e dar certas diretrizes à população negra no período de consolidação da sociedade de classes no contexto paulistano.

Como não poderia deixar de ser, estes aspectos também se ligam diretamente aos principais objetivos almejados nesse estudo, isto é, a caracterização da sociedade de classes paulistana em princípios do século XX, a descrição e análise do papel educativo da Frente Negra Brasileira no sentido de organizar segmentos da população negra em torno de objetivos e ideais em comum num contexto de adversidades socioeconômicas e raciais, e, por fim, como base nesse quadro sócio-histórico, demonstrar como a análise da realidade social brasileira deve levar em consideração elementos de caráter socioeconômico e racial para um entendimento adequado sobre o tema.

No que tange ao primeiro aspecto ressaltado, procura-se neste trabalho, por meio, principalmente, da interpretação de Souza (2017, 2021), demonstrar como a formação da sociedade de classes no Brasil só pode ser entendida inserida num processo mais amplo de expansão daquilo que se denominou modernidade. Isto é, o processo de expansão da lógica socioeconômica, política e cultural de viés europeu, cuja origem deita raízes no processo de colonialismo. Vale ressaltar desde já, entretanto, que tal denominação não traz intrinsecamente e necessariamente uma ideia de progresso, mas, como demonstra Almeida (2022) em sua obra sobre o racismo estrutural, reflete a imposição de um modelo e uma ideia de desenvolvimento em moldes europeus, com fundamentação supostamente científica.

Apesar desta perspectiva de modernidade não ser algo novo, ela é, todavia, utilizada em nosso trabalho, com as contribuições de Souza (2017, 2021), de uma

maneira que nos permite ressaltar os elementos políticos e culturais, muitas vezes vilipendiados em relação aos aspectos econômicos e sociais, tantas vezes ressaltados quando se trabalha este tema. Para tanto, utilizamo-nos também de certas percepções de Bosi (1992) acerca desse processo colonial no Brasil, trabalhados em sua obra *Dialética da Colonização* e que permite um fecundo diálogo com as posições de Souza.

A perspectiva de modernização utilizada aqui, então, não se refere a um processo de “evolução” ou “melhoramento social”, mas a um paradigma que foi imposto às diferentes sociedades americanas e africanas e que é atrelado ao processo do colonialismo que se instaura desde o século XVI, mas que se intensifica a partir do século XIX sob novas roupagens. Isso não significa, portanto, enaltecê-lo como caminho para um pseudo progresso como o fazem as perspectivas ligadas ao positivismo, mas, por outro lado, também não se pode negar o papel que o mesmo teve no sentido de propiciar mudanças sociais, econômicas e culturais concretas nestas mesmas sociedades, estabelecendo dessa forma novas relações de poder.

Entender como este processo de modernização se instalou em nosso país e como este estabeleceu as bases das relações de poder em nossa sociedade, portanto, é um elemento central para entendermos a constituição de nossa sociedade enquanto formação social específica, aspecto que devemos principalmente às interpretações de Bosi (1992). Esta é, em nossa visão, a maneira mais eficaz para entendermos a complexidade que se estabelece em nossa realidade social, permitindo assim uma interpretação de como os aspectos social, econômico e cultural, assim como o racial, se misturaram (e se misturam) na materialidade das relações de poder.

Ademais, é preciso ter em conta as possibilidades abertas por esta mesma modernização no sentido de permitir mudanças, mesmo que não estruturais, para o movimento das relações socioeconômicas e do protagonismo (ou não) de certos grupos sociais. Nesse sentido, como argumenta Bosi (1992), o processo de modernização ligado ao colonialismo impôs certas orientações no que se refere às relações raciais e à perspectiva de desenvolvimento, mas trouxe com ela também certas “brechas” passíveis de serem exploradas pelos diferentes grupos para sua acomodação ou transformação das relações de poder que aos poucos se

consolidariam na sociedade brasileira pós independência e, especialmente, no período republicano.

Além disso, a opção pela interpretação de Souza (2017, 2021), explica-se também pelo fato de que este autor coloca em relevância o processo de formação do Estado em moldes modernos e, por isso, sua necessidade de uma organização burocrática cada vez mais complexa, o que nos permite entender melhor como as relações políticas e culturais são centrais também para o entendimento do processo de modernização e de constituição das classes no Brasil moderno.

Percebe-se, pois, como o processo de modernização citado tem suas bases em elementos econômicos, políticos e sociais que, por sua vez, nos ajudam a refletir sobre a materialidade das relações e as especificidades das diferentes formações sociais, principalmente para o colocarmos naquele plano mais amplo do colonialismo. Quem nos auxilia, nesse sentido, é Caio Prado Jr. que, com sua *História Econômica do Brasil* (1992), nos amplia o entendimento sobre elementos ligados à economia, à política e à sociedade brasileira no período em questão, principalmente, quando relacionamos suas interpretações com a dos outros autores já mencionados.

O diálogo entre a perspectiva levantada por Souza (2017), coadunada em partes por Bosi (1992) e Prado Jr. (1992), e a perspectiva de Costa (2010) sobre o tema, nos traz importantes contribuições para entendermos as influências e relações entre os aspectos econômico, social, político e cultural, principalmente pelas interpretações que esta autora faz acerca dos significados e características do movimento abolicionista e, mais propriamente, do processo de Abolição. Além, é claro, de nos permitir fazer algumas indagações e afirmações com relação à questão racial e como ela se expressaria em fins do século XIX e início do século XX, sendo primordiais para nosso entendimento sobre a formação da sociedade capitalista, republicana e de classes e as questões raciais, nem sempre tão tangíveis.

Todo o panorama econômico, político e social, levantado na primeira parte de nosso trabalho e edificado por meio dos estudos de Jessé de Souza (2017, 2021), Caio Prado Jr. (1992) e Alfredo Bosi (1992), portanto, é reforçado e enriquecido do ponto de vista cultural e racial pelas contribuições dos estudos de Emília Viotti da Costa (2010). Dessa forma, com auxílio dessas premissas, tentamos estabelecer, da maneira mais ampla que encontramos, as bases sobre as quais, em meados do século

XX, consolidar-se-ão as relações propriamente modernas na sociedade paulistana, destacando suas contradições, seus limites e suas incongruências, principalmente no que tange às dificuldades encontradas pela população negra para sua integração à nova ordem social.

Chegamos nesse ponto, às questões do racismo e da discriminação e como estes, apesar de reconfigurados em relação ao passado escravista, ainda se mostravam bastante presentes nas mais variadas relações então em consolidação na sociedade moderna e competitiva de São Paulo.

A ideia de racismo utilizada por nós neste trabalho, e fundamentada na interpretação de Souza (2017), liga-se, não somente a seu sentido mais restrito de preconceito fenotípico ou racial, mas também a outras formas de hierarquizar os indivíduos e classes no interior de uma sociedade. Aqui, encontramos a base dos argumentos do autor e que também utilizamos em nossa interpretação, isto é, o entendimento de que as diferenciações entre os indivíduos em sociedade não são de caráter ontológico, mas de base sócio-histórica, que se ligam necessariamente à maneira como as diferentes sociedades, e seus indivíduos, se relacionaram no movimento do colonialismo.

Neste ponto, também dialogando, mas em alguns aspectos distanciando-se dos autores citados anteriormente, também trazemos as contribuições de Fernandes (1965, 2007, 2017), que faz uma análise bastante ampla e complexa da situação da população negra no período pós-Abolição em São Paulo, dando destaque para o processo de integração desses indivíduos na sociedade em moldes modernos e classistas. Também nos traz importantes elucidações quanto às relações entre os aspectos socioeconômico e racial, tão complexos e tão presentes no contexto em questão.

Por fim, ainda na primeira parte de nosso trabalho, trazemos também algumas contribuições de Andrews (1998) acerca das relações entre brancos e negros em São Paulo, permitindo-nos ampliar a percepção sobre os significados da questão racial durante a gênese da sociedade de classes paulistana, principalmente devido a suas análises sobre a função do Estado republicano sob hegemonia dos fazendeiros paulistas, a política de imigração como alternativa para se ampliar o exército de mão de obra e as oscilações do mercado de trabalho no período.

Este repertório todo, permite-nos, então, entender algumas relações que passam a se consolidar na sociedade paulistana, cada vez mais em moldes capitalistas e, por isso mesmo, de caráter cada vez mais individualista e competitivo, ajudando-nos a refletir sobre o conceito de classes sociais e sobre sua dinâmica numa sociedade moderna. Nesse sentido, é novamente Souza (2017), juntamente com algumas indicações em estudos de Bourdieu (*in* Nogueira & Catani, 1998), que nos auxiliam a entender, de uma maneira geral, algumas especificidades das diferentes formas de capital em disputa no interior de uma sociedade capitalista, assim como, a dinâmica entre os mesmos e, conseqüentemente, sua relação com os indivíduos e as classes sociais.

De nosso ponto de vista, toda esta reflexão se faz necessária para caracterizarmos a sociedade paulistana em moldes modernos e, em especial, se quisermos entender as possibilidades encontradas pelos indivíduos para a reprodução de sua vida numa sociedade competitiva nas primeiras décadas do século XX. Mais do que isso, esta reflexão é necessária para vislumbrarmos alguns elementos centrais que exercerão grande influência nas relações raciais numa sociedade que mal acabara de sair do período da escravidão e que, por isso, levantaria sérios obstáculos para a vida da população negra em São Paulo.

Assim, apesar de entendermos que, como demonstra a literatura marxista, nos mais diferentes contextos de exploração ou dificuldades, os indivíduos se organizam buscando melhores condições de existência e sobrevivência, também entendemos que satisfazer as necessidades materiais de existência não é o único objetivo desses grupos de indivíduos. A materialidade das relações, portanto, também abarca certos aspectos subjetivos e/ou culturais ligados a ideia de pertencimento e identidade, como bem trabalha Souza (2017), e é isso que nos auxiliará ao refletir sobre as relações de classe e o próprio conceito de classe na modernidade brasileira.

Pela forma como se desenvolveram nossas ideias até aqui, fica explícita nossa posição quanto à interpretação do tema e sua relação com o viés da classe social e, por isso, ligada à posição dos indivíduos à estrutura econômica. O conceito de classe utilizado aqui, então, refere-se também à maneira como os indivíduos se reproduzem não somente de maneira material, mas também, simbolicamente. Pode-se entender o conceito de classe, portanto, com o auxílio da interpretação de Souza (2017, 2021),

como um conceito que envolve também o caráter cultural, ligado à maneira como são transmitidos certos comportamentos e posições de classe entre as diferentes gerações.

Classe, portanto, é um conceito muito mais amplo e flexível do que demonstram as leituras circunscritas somente aos aspectos sociais e econômicos da sociedade. Classe é, então, como enfatiza Souza (2017), um conceito fundamentalmente sociocultural ligado a como as pessoas vivem e se relacionam em seu cotidiano.

No entanto, se o conceito de classe, por um lado, permite abarcar uma série de hipóteses e possibilidades ligadas a aspectos socioeconômicos e, assim como o afirma Souza (2017), também culturais, por outro lado, não favorece muito o adequado entendimento acerca da aglutinação da população negra a partir do viés étnico. É por isso que o conceito de associativismo negro é levantado a partir da segunda parte de nosso estudo, principalmente, por meio das percepções de Domingues (2010, 2014, 2018, 2019) e também de Silva (2021), pois demonstram como certos segmentos da população negra se organizaram em torno da reivindicação de direitos e de condições dignas de vida, favorecendo espaços de socialização, de construção de identidades e de empoderamento com vistas à igualdade.

Neste ponto, cabe ressaltar que apesar de nos embasarmos em grande medida nas análises de Florestan Fernandes (1965, 2007, 2017), sua percepção acerca de uma suposta “anomia da população negra frente às transformações estruturais decorrentes do advento da modernidade” não satisfaz e nem coaduna com a perspectiva de protagonismo da população negra no período. Por isso, apesar das contribuições teóricas do autor supracitado, esforçamo-nos por demonstrar como a busca por alternativas viáveis de vida e de existir foram uma constante no meio negro no período, destacando assim seu protagonismo. Novamente aqui fazem-se presentes as indicações de Petrônio Domingues (2013, 2014, 2018, 2019) que, para além de destacar este protagonismo negro, também nos dá muitas indicações acerca da questão do associativismo negro como uma construção coletiva de significados e, em última instância, para o alargamento do próprio conceito de cidadania.

No que tange às formas de organização e associação da população negra, então, aspecto trabalhado nessa segunda parte de nosso estudo, fazemos um recuo ao período colonial levantando elementos da história do associativismo negro, bem

como, para demonstrar sua presença, mesmo que em formas diversas, em diferentes momentos históricos. As formas como ele aparece no início do século XX, portanto, são entendidas como continuidade e ampliação das lutas dos negros ao longo da história do Brasil, aspecto ressaltado principalmente por Silva (2021) em seu artigo intitulado *Em torno da ideia de associativismo negro*. Aliás, como debate este autor e também Andrews (1998), vale ressaltar que, no que tange ao associativismo negro, mesmo as possibilidades e iniciativas no período moderno devem muito às formas de organização e associação advindas do passado, desde os tempos da escravidão.

O levantamento histórico propriamente dito acerca das ações e reações da população negra ante a opressão, será feito com o auxílio de João José Reis e Eduardo Silva (1989) por meio de suas indicações na obra *Negociação e Conflito*, bastante fecunda no sentido de demonstrar a variedade de formas que tomam as relações entre negros escravizados e senhores brancos durante todo o período colonial. Demonstram também a concretude destas ações, já que organizadas por sujeitos históricos com interesses e percepções determinados e, por isso, relacionando-se entre si e com o meio circundante. Daí as mais variadas formas de resistência, organização e associação, desde as consideradas cotidianas e sutis, até aquelas de caráter mais extraordinário e revolucionário.

O aspecto abordado, portanto, liga-se ao tema central trabalhado nesta metade do trabalho que é a questão da organização da população negra frente às condições encontradas por ela na cidade de São Paulo no alvorecer da modernidade capitalista. Utilizamo-nos então, novamente, das interpretações de Fernandes (1965, 2007, 2017) e de Andrews (1998), agora em diálogo (e algumas contraposições) com as percepções de Domingues (2010, 2014, 2018, 2019) e de Silva (2021), mas também, acrescentando o debate teórico levantado por Pinto (2013) que traz em sua obra, *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*, elementos fundamentais para o entendimento das ações e das funções das associações e organizações negras no período destacado.

É nessa altura do trabalho que buscamos os elementos para caracterizar a ação educativa da Frente Negra Brasileira e o seu papel para organização da população negra no período analisado, sempre relacionando este movimento ao panorama mais amplo do associativismo negro ao longo da história e às ações de outras associações

negras do período. Para nos auxiliar nesta análise e na descrição da importância da Frente Negra Brasileira, então, tomamos como referência os estudos de Regina Pahim Pinto (2018), Florestan Fernandes (1965) e Petrônio Domingues (2006, 2007, 2008, 2013), que nos permitiram o embasamento adequado para entendermos a magnitude e a amplitude de suas iniciativas educativas, mesmo considerando seus limites e contradições para a época.

Cabe ressaltar aqui novamente que, apesar de dialogarem em certos pontos, as interpretações de Fernandes (1965, 2007, 2017) e de Pinto (2013) se distanciam em vários aspectos, assim como, as interpretações de Fernandes e de Domingues (2010, 2014, 2019). Longe disso demonstrar uma contradição em nossa análise, porém, a utilização dessas diferentes interpretações nos auxilia a refletir de maneira mais ampla e complexa, e por isso também mais completa, acerca da multiplicidade de fatores envolvidos na questão racial brasileira e, em especial, na realidade paulistana.

Além disso, Pahim Pinto (2013) faz uma grande contribuição ao analisar o papel dos jornais e periódicos negros para a organização da população negra em princípios do século XX. Este aspecto, nos é de importância central, já que procuramos, por meio da leitura dos diversos fascículos do jornal *A Voz da Raça*, periódico oficial da Frente Negra Brasileira (F.N.B.), demonstrar a posição dessa associação no que tange às necessidades e demandas para a organização e a educação da população negra na cidade de São Paulo.

Cabe-nos agora, portanto, explicitar um pouco mais acerca da maneira como utilizamos e escolhemos os temas e os trechos do jornal *A Voz da Raça*, sendo necessário também fazermos alguns apontamentos sobre a questão da imprensa negra e seus objetivos, em especial no período de interesse para este estudo, ou seja, o início do período republicano no Brasil.

De acordo com Leandro José dos Santos (2012), apesar da variedade de orientações políticas, estratégias de luta, propostas educativas e das diferentes formas e duração, os periódicos negros compõem, em seu conjunto, um esforço dos negros para (re)construírem e reforçarem laços identitários. Liga-se também ao processo de mobilidade social de certos segmentos populacionais negros, que passaram a incentivar tal movimento por meio do trabalho e da educação escolar,

dando ênfase à cultura e às habilidades de leitura e escrita. Dessa forma, como salienta José Antônio Santos (s/d), a utilização dos periódicos permitia o acesso, para parte da população negra, aos códigos de comunicação e comportamentos que se tornariam hegemônicos na sociedade moderna e que eram utilizados também por outros segmentos populacionais. Em outras palavras, os periódicos permitiam àquela parcela da população negra um certo grau de aceitação e participação na vida social em moldes modernos.

Baseando-nos, então, nos pressupostos teóricos desses dois autores e também em Guimarães (2003) sobre a questão da imprensa negra, podemos salientar a importância dos periódicos no sentido de permitir uma ampla rede de comunicação entre variados segmentos da população negra, transformando-se em instrumento de expressão de suas demandas e necessidades, tal qual, como espaços de construção de uma identidade coletiva refletida na questão étnica. Percebe-se, portanto, as ligações entre estes periódicos, o conceito de associativismo e a materialidade da situação socioeconômica na realidade social e racial brasileira.

Com a leitura dos vários fascículos do periódico *A Voz da Raça*, portanto, procuramos ressaltar não somente o aspecto educacional, mas estabelecer as principais diretrizes que a F.N.B. traçava para a reflexão e para o enfrentamento da realidade social circundante. Encontramos então temas como o da integração social e do mundo do trabalho, da denúncia e do combate ao preconceito e à discriminação racial, da valorização do negro e de sua história, do nacionalismo, entre outros. Por meio da leitura desses fascículos, tentamos traçar também um panorama da realidade social da época sob a lente da maior organização negra do período. A leitura e utilização destes visou, portanto, ilustrar e fundamentar, por meio de sua interpretação, a ação e as atividades desta organização negra, considerada a maior da América Latina no período (Domingues, 2013).

A partir da leitura das 66 edições deste periódico, então, viabilizou-se uma divisão temática, de acordo com a frequência em que aqueles temas apareciam nos diferentes fascículos, bem como, de acordo com a importância dada a cada um. Dessa forma, criamos “etiquetas” nas quais elencamos os diversos artigos ou trechos de artigos, divididos da seguinte forma: 1. Objetivos da organização e perspectiva de integração da FNB; 2. Atividades educativas e visão de educação da FNB; 3.

Organização de festivais e outras atividades; 4. Organização interna e financiamento da FNB; 5. Discursos de valorização do negro; 6. Leitura crítica da realidade e da história do negro; 7. Nacionalismo e negação de partidarismos; 8. Discursos de caráter antidemocrático ou xenófobos; 9. Conflitos e divisões no interior da FNB.

Cabe ressaltar ainda que a criação e o nome destas etiquetas foi aparecendo conforme transcorria a leitura dos diversos fascículos do periódico em questão. Assim, conforme certos temas iam aparecendo com crescente incidência, eles eram transformados em etiquetas. Destarte, para cada uma das etiquetas criadas foram selecionados uma série de artigos ou trechos de artigos de modo a poder utilizá-los para a descrição e análise das iniciativas educativas das associações negras de maneira geral e, mais especificamente, da Frente Negra Brasileira. Nesse sentido, como demonstra Pahim Pinto (2013), por exemplo, a FNB teve ideais e um *modus operandi* que também se aproximou de outras associações negras, daí a possibilidade de tratar o tema de modo plural ou levando-se em consideração somente as iniciativas da Frente Negra.

Nem todos os artigos ou trechos de artigos selecionados, entretanto, foram utilizados na redação de nosso trabalho. Eles foram utilizados na medida em que puderam exemplificar e/ou salientar as análises e debates levantados por nós no processo de escrita. Desse modo, alguns artigos presentes em certas etiquetas acabaram sendo utilizados de maneira mais enfática do que outros, como é o caso daqueles ligados aos “objetivos e perspectiva de integração da FNB”, às “atividades educativas e visão de educação da FNB”, aos “discursos de valorização do negro” e à “leitura crítica da realidade e da história do negro”, principalmente. Aliás, aquelas etiquetas que mais tinham artigos ou trechos ligados a elas.

A escolha e a utilização de certos artigos em detrimento de outros, portanto, levou em consideração o foco principal de nossa pesquisa, isto é, o papel da F.N.B. como associação que auxiliou na organização e na educação da população negra num contexto cada vez mais competitivo e individualista.

Fizemos, assim, uma análise do discurso que aparecia no periódico oficial da Frente Negra, de modo a levantarmos ideais gerais desta organização no que se referia a sua organização, às necessidades da população negra para o período, bem como, acerca das propostas e ideias de educação que esta associação demonstrava,

tudo isso mantendo-se também suas aproximações com as iniciativas educativas de outras associações negras do período, isto é, levando-se em consideração às diferentes formas do associativismo negro.

Cabe destacar ainda que, devido ao fato dos artigos escolhidos e utilizados serem, muitas vezes, escritos por pessoas diferentes, as opiniões refletidas nos mesmos podiam variar um pouco. Na medida do possível, entretanto, procurou-se destacar os temas que mais apareciam e estabelecer, com os mesmos, alguns indicativos da posição da Frente Negra quanto a eles. Opiniões divergentes, portanto, foram utilizadas para demonstrar a complexidade de certos temas e serviram também para demonstrar a variedade característica de uma associação tão grande quanto a F.N.B.

Na escrita do trabalho, como já salientamos, nem todos os artigos destacados foram utilizados, entretanto, foi a leitura integral dos mesmos que possibilitou a organização dos argumentos utilizados principalmente na segunda metade de nosso trabalho. Ao lado, portanto, de argumentos e ideias dos autores utilizados em nosso estudo, a utilização de partes ou mesmo da totalidade de certos artigos serviram como fundamentação de certas posições levantadas.

Cabe, ainda, uma palavra acerca de uma problemática importante em nosso trabalho e que se refere à perspectiva de educação aqui trabalhada. Educação, aqui, é entendida, em decorrência da leitura d'*A Voz da Raça* e das interpretações de Domingues (2008, 2013), sob um duplo aspecto: 1. num sentido mais moral ligado à ideia de (res)socialização da população negra para vida urbana e capitalista; e 2. no sentido de instrução, isto é, a educação letrada propriamente dita e que tanto será valorizada na sociedade moderna. Este último aspecto, ligado ao chamado capital cultural e que será, aliás, como demonstra Souza (2017) um elemento central para o entendimento da dinâmica das classes e dos indivíduos na sociedade brasileira moderna.

Nas considerações finais, retomamos vários dos elementos levantados ao longo de todo o trabalho para novamente estabelecer algumas ligações e relações entre as questões socioeconômica e racial, levando em consideração as especificidades da realidade brasileira e, com isso, contribuir para uma leitura do conceito de classe social

como algo mais dinâmico e ligado também a aspectos socioculturais, favorecendo seu diálogo com elementos do debate teórico sobre a questão étnico-racial.

Além dos argumentos de Souza (2017), entretanto, utilizou-se também nessa parte, as contribuições de Ianni (1972) com o debate sobre raças e classes no Brasil. Procurou-se, assim, ligar variados pontos trabalhados no decorrer de nosso estudo, ao mesmo tempo que intentou-se demonstrar a complexidade e amplitude do tema, abrindo espaço para novas indagações e perspectivas. Tentamos, então, nesse espaço, levantar algumas reflexões acerca das relações entre os conceitos de raça e de classe e de como estes elementos são centrais para o entendimento da realidade social brasileira no capitalismo moderno, trazendo novamente as reflexões de Fernandes (2007, 2017), de Souza (2017, 2021) e de Almeida (2022), bem como, também de Guimarães (2016), visando um entendimento mais amplo dessa questão e contribuições para futuros trabalhos e estudos.

1. A FORMAÇÃO DO BRASIL MODERNO

1.1 Genealogia da sociedade de classes no Brasil

Pensar o Brasil moderno, com relações tipicamente de classes e capitalistas, é, necessariamente, pensar em seu desenvolvimento durante o século XIX. Isso porque o ideal de modernidade no país foi construído e desenvolvido nesse período, sob o prisma de valores europeus chegados aqui na esteira da troca de mercadorias e valorizando, desse modo, elementos ocidentais e individualistas de caráter tipicamente burguês.

De acordo com Souza (2017), este processo se iniciou ainda em princípios do século e teve sua gênese na transferência da Corte Real portuguesa para o Brasil em 1808. Tal fato, segundo o autor, principiou a formação de um Estado gradativamente mais autônomo e centralizado, bem como, permitiu a liberalização econômica por meio da Abertura dos Portos, favorecendo os processos de urbanização e de industrialização, mesmo que de maneira incipiente nesse primeiro momento.

Mais adiante, com a independência do país em 1822, estes fatores se intensificariam, promovendo e intensificando também, para além das transformações de caráter político-econômico, mudanças importantes no tocante ao aspecto sociocultural “implicando novos hábitos, novos papéis sociais, novas profissões, e, ao fim e ao cabo, a construção de uma nova hierarquia social” (Souza, 2017, p.58). Estas mudanças, por sua vez, constituiriam mais tarde os alicerces da dinâmica de classes do Brasil moderno.

Fundamental para este quadro de renovação é que as mudanças políticas, consubstanciadas na nova forma de Estado, e as econômicas, materializadas na introdução da máquina e na constituição de um incipiente mercado capitalista-comercial, foram acompanhadas também de mudanças ideológicas e morais importantes. Com a maior urbanização a hierarquia social passa a ser marcada pela oposição entre os valores europeus burgueses e os valores antieuropeus do interior ressaltando uma antinomia valorativa no país que nos atingem ainda hoje. (SOUZA, 2017, p.58)

Nota-se, pois, de acordo com a perspectiva de Souza (2017), que a construção do ideal de modernidade vinculou-se à posse de valores europeus de caráter burguês e que estes, ao longo do tempo, foram se consolidando como o “fundamento da

identidade de grupos e classes sociais e a base do processo de separação e estigmatização dos grupos percebidos como não participantes dessa herança.” (Souza, 2017, p.71).

É necessário ressaltar, entretanto, que estes valores importados misturar-se-iam a aspectos particulares da própria formação histórica e social do país, como o elemento racial, por exemplo, presente na realidade brasileira desde os tempos coloniais devido, principalmente, à existência da escravidão durante todo aquele período. Demonstra-se, portanto, como o desenvolvimento técnico e econômico ligado à modernidade associou-se também a fatores ideológicos e culturais peculiares à nossa formação social, fazendo uma analogia à leitura de Bosi (1992) sobre este processo em países europeus, resultando daí um “jogo de forças modernizantes e tradicionais, situados no tempo e no espaço, que culminariam em um estilo nacional de desenvolvimento.” (p. 275)

No que tange especificamente à estrutura econômica e às forças produtivas, pode-se considerar o século XIX, em especial sua segunda metade, como um momento de verdadeira transformação econômica para o país (Prado Jr., 1992), já que observamos a expansão do capitalismo industrial e, associados a seu desenvolvimento, importantes desdobramentos de caráter político, econômico e social. “Expandem-se então largamente as forças produtivas brasileiras, dilatando-se o seu horizonte; e remodela-se a vida material do Brasil” (Idem, p.192). Desse modo, estas transformações dariam origem à base material da sociedade brasileira no período, dando o tom do desenvolvimento da modernidade e do capitalismo no país.

O Brasil inaugurava-se num novo plano que desconhecia no passado, e nascia para a vida moderna de atividades financeiras. Um incipiente capitalismo dava aqui seus primeiros e modestos passos. A incorporação das primeiras companhias e sociedades, com seu ritmo acelerado e apesar dos exageros e certo artificialismo, assinala assim mesmo o início de um processo de concentração de capitais que embora ainda acanhado, representa ponto de partida para uma fase inteiramente nova. Ele servirá de motor para a expansão das forças produtivas do país cujo desenvolvimento adquire um ritmo apreciável. (PRADO JR., 1992, p. 193)

Característico de sua interpretação marxista, Prado Jr. (1992) delineia, então, o que ele considera algumas das principais transformações na estrutura econômica do país, dirigindo seu olhar principalmente para o sudeste cafeeiro, *locus* privilegiado

dessas mudanças. Entre outros aspectos, esta centralidade da região sudeste liga-se especialmente ao processo de substituição da mão de obra escravizada pela assalariada na segunda metade do século e, conseqüentemente, ao estabelecimento de relações de trabalho propriamente capitalistas.

Nota-se, portanto, por meio destas indicações, como um direcionamento de caráter mais propriamente burguês e liberal esteve associado à transferência do eixo econômico para sudeste e à expansão da cafeicultura, com destaque para São Paulo, haja visto que, até então, o incipiente processo de modernização havia se restringido às cidades do Rio Janeiro, capital do Império, e de Recife e Salvador, na região nordeste.

Lembremos nesse ínterim que apesar da importância da transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado para a consolidação da modernidade, esta, todavia, não se deu de maneira abrupta e muito menos apoiada homogeneamente pela elite agrária das diferentes regiões e setores da produção. O relativo distanciamento temporal entre a cessação do tráfico em 1850 e a Abolição em 1888 demonstram a complexidade e algumas das contradições em torno da questão. É fora de dúvida, porém, a relevância desse processo para as modificações econômicas e sociais do país que, segundo Souza (2017), representaria um “segundo aprofundamento em direção à ordem burguesa e capitalista” (p.72), depois dos acontecimentos de 1808.

Somados a estes fatores, Costa (2010) aponta ainda outros elementos que também refletiriam este processo de transformações associados à modernização brasileira na segunda metade do século XIX, como “a instalação da rede ferroviária, iniciada em 1852 e que no final do século atingiria mais de nove mil quilômetros construídos e quinze mil em construção”, bem como, “as tentativas bem-sucedidas, de industrialização e o desenvolvimento do sistema de crédito” (p.253).

Ademais, cabe-nos destacar alguns desdobramentos de caráter sociocultural ligados a estas transformações econômicas e sociais ressaltadas. No tocante à visão sobre a riqueza, por exemplo, Prado Jr. (1992) observa que entre muitos cafeicultores, em especial aqueles do Oeste Paulista, local de expansão um pouco mais tardia da produção cafeeira, ocorre “a eclosão de um espírito que se não era novo, se mantivera

no entanto na sombra e em plano secundário: a ânsia de enriquecimento, de prosperidade material” (p.208). Dessa maneira, segundo o autor,

... o novo espírito dominante, que terá quebrado resistências e escrúpulos poderosos até havia pouco, estimulará ativamente a vida econômica do país, despertando-a para iniciativas arrojadas e amplas perspectivas. Nenhum dos freios que a moral e a convenção do Império antepunham ao espírito especulativo e de negócios subsistirá; a ambição do lucro e do enriquecimento consagrar-se-á como um alto valor social. O efeito disto sobre a vida econômica do país não poderá ser esquecido nem subestimado. (PRADO JR., 1992, p.209)

Salienta-se assim, como as transformações na estrutura socioeconômica e o avanço das forças produtivas dariam escopo a novas relações no interior da sociedade, e, de modo diverso do que ocorrera em outros países em que a sociedade de classes fora gestada a partir da oposição entre a burguesia e a aristocracia, no Brasil, mais especificamente em São Paulo, a formação deste modelo de sociedade ligou-se, pelo menos inicialmente, a um “aburguesamento” da própria elite agrária. Assim, como argumenta Costa (2010), estruturalmente “não há conflitos fundamentais entre os industrialistas e os representantes dos setores agrários. O proprietário de terras converte-se em empresário, e o empresário, não raro investe em terras.” (p.269)

Esta particularidade do desenvolvimento capitalista em terras brasileiras vinculou-se, por sua vez, à própria sobrevivência da lavoura de café num momento de intensa crise, visto que ao mesmo tempo em que expandia suas áreas produtivas também se verificava a decadência da mão de obra servil representada pela escravidão, principal expediente de trabalho no qual a mesma se assentava. A solução desta situação levaria, portanto, necessariamente, a uma ação por parte dos próprios fazendeiros, principais interessados na resolução do problema.

Dessa forma, alinhando-se à interpretação Prado Jr. (1992), Costa (2010) argumenta que

[...] os empreendimentos empresariais seriam mais bem vistos, à medida que os próprios fazendeiros se convertem, em certas áreas, numa espécie de empresário, introduzindo melhoramentos em suas fazendas, tentando substituir o escravo pelo trabalhador livre, aperfeiçoando os métodos de beneficiamento, associando-se a empresas industriais, investindo em ferrovias e organizações bancárias, assumindo atitudes progressistas em matéria de política, vendo com simpatia as ideias emancipadoras e aderindo às ideias republicanas. O processo evidentemente não é generalizado, tendo

atingido apenas aquelas áreas de maior produtividade, e onde a acumulação de capital se dava em ritmo acelerado. (Costa, 2010, p. 262)

Apesar do impacto visível dessas transformações e da expansão de valores de caráter liberal, não se pode, contudo, exagerar seus efeitos quanto à mentalidade tradicionalista da elite agrária. Até pelo menos a década de 1870, por exemplo, o apoio à escravidão era unânime entre os diferentes setores agrários (Costa, 2010), demonstrando como o liberalismo associado a estes grupos tinha seus limites bastante marcados e estavam, por isso, estreitamente relacionados a seus próprios interesses políticos e econômicos, isto é, eram utilizados enquanto e na medida em que os auxiliavam a conservar seu poder. Não se observa, pois, até esta época, profundas divergências entre os diferentes setores dos grandes proprietários, mesmo em se tratando dos cafeicultores, já que

[...] todos estavam envolvidos em atividades análogas: comércio e agricultura orientados para o mercado *internacional*. Seu estilo de vida e seus valores eram essencialmente similares, e tendiam a concordar sobre tarifas, políticas de crédito e sistema de trabalho. A única divisão importante era entre os setores modernos e os setores tradicionais, ou melhor, entre setores de maior ou menor acumulação de capital. (Costa, 2010, p. 362)

Bosi (1992) também salienta este aspecto, em certa medida contraditório, da relação entre o liberalismo e a elite agrária, principalmente quando se refere aos cafeicultores do Interior Paulista. Segundo o autor, quando dos debates e da votação no Parlamento sobre a Lei do Ventre Livre em 1871, por exemplo, os cafeicultores se alinharam contra o projeto, demonstrando como a “mentalidade empresarial dos fazendeiros do Oeste, já em plena expansão, não era, porém, tão moderna, lúcida e progressista como a supôs a historiografia paulista do século XX. Era ainda escravista” (Bosi, 1992, p.233)

Percebe-se assim, como o “progressismo” e o liberalismo associado aos cafeicultores do Oeste Paulista podia se demonstrar contraditório, ou pelo menos limitado, em especial quando estavam em questão seus interesses econômicos e políticos. Daí sua diferença quando comparado ao “novo liberalismo” de caráter mais reformista em expansão a partir de meados da década 1860 e ligados, em princípio, a outros segmentos sociais, principalmente urbanos e de setores intermediários.

Desse modo, faz-se coerente a interpretação de Bosi (1992) quanto às diferenças observadas entre estes tipos de liberalismo:

À diferença das posições de Tavares Bastos, Nabuco, Rebouças, Rui Barbosa, Luís Gama, Patrocínio e Antônio Bento, a consciência social dos cafeicultores e seus porta-vozes no Parlamento se constituiu lentamente e sempre colada a seus planos econômicos de curto ou médio prazo. Se o objetivo dos primeiros era emancipar o escravo o quanto antes, a meta dos últimos era, e foi coerentemente, passar do trabalho escravo para o livre em tempo hábil e sem maiores prejuízos. Se, a uma certa altura (1886-8), os esforços de todos se cruzaram, provocando a Lei Áurea, o sentido imanente das ações dos primeiros nunca se identificou com o das ações dos segundos. (Bosi, 1992, p.241)

Assim, no que tange ainda aos debates no Parlamento daquele período, é interessante salientarmos a postura dos cafeicultores diante da questão abolicionista. Estes, somente apoiariam o projeto quando da radicalização e expansão do movimento abolicionista, da intensificação das fugas de escravizados das fazendas e, sobretudo, para eles, pelo equacionamento do problema da mão de obra “em termos de imigração européia maciça subvencionada pelos governos imperial e provincial.” (Bosi, 1992, p. 242)

Nesse sentido,

Os fazendeiros, mesmo os mais recalcitrantes, viam-se forçados a aceitar essa situação imposta pela agitação que se generalizara nas zonas rurais. Em São Paulo, o Partido Republicano paulista, composto na sua maioria por fazendeiros de café do Oeste Paulista, que tergiversara longamente diante da questão escravista, acabou por aprovar, em 1887, um parecer decidindo que os republicanos libertariam seus escravos até 14 de julho de 1889. (Costa, 2010, p. 341)

É por isso que Fernandes (1968 in 2007) afirma que, apesar da importância do processo para transição do país para uma sociedade moderna e de classes, “a Abolição constitui um episódio decisivo de uma revolução social feita pelo branco e para o branco” (p.66). Destaca-se, pois, a predominância dos interesses dos fazendeiros nesse processo, bem como, algumas de suas consequências perniciosas para a população negra de maneira geral no período imediatamente posterior, como por exemplo, o abandono a que foi relegada em sua grande maioria.

Observa-se, então, que a transição da mão de obra para um regime assalariado, considerada uma das marcas do Brasil moderno, dar-se-ia, no que se

refere às lavouras cafeeiras, mais por pressão da própria produção, necessitada de um contingente cada vez maior de trabalhadores, do que por uma opção generosa dos cafeicultores. Demonstra-se também, como enfatiza Bosi (1992) no trecho a seguir, a estreiteza do liberalismo desse grupo social.

Os abolicionistas queriam libertar o negro; os cafeicultores precisavam substituir o negro. Daí, a diferença de ritmo e acento. Os abolicionistas aceleravam o processo, porque pensavam em aliviar o sofrimento do escravo; os fazendeiros retardaram quanto puderam a ação do Estado, pois só cuidavam do quantum de mão de obra que ainda lhes seria dado arrancar aos derradeiros cativos antes de despachá-los para o vasto mundo da pura subsistência ou do lumpen. (Bosi, 1992, p.241)

E ainda, no que se refere à relação entre Abolição e imigração,

Quanto às tendências ideológicas dos fazendeiros de café tidos por mais modernos (principalmente os do Novo Oeste Paulista), seriam, na verdade, muito peculiares. Neles, o que parece, à primeira vista, antiescravismo, é, a rigor, *imigrantismo*. O fato de terem subido ao poder com a proclamação da República deu-lhes uma posição hegemônica que lhes permitiria resolver a questão do trabalho rural em termos próprios, estreitos e pragmáticos. (Bosi, 1992, p. 224)

Não é demais ressaltar que, mesmo com a substituição do antigo agente de trabalho escravo pelo imigrante europeu na transição para um regime assalariado, o tratamento dispensado aos trabalhadores livres eram, em muitos aspectos, análogos àqueles sob o regime da escravidão. Costa (2010) mesmo afirma que, em São Paulo, “os imigrantes, assim que puderam, abandonaram as lavouras de café onde viviam em péssimas condições” (p.254). Percebe-se, pois, que a mentalidade tradicionalista ligada ao passado escravista e ainda entranhada nos cafeicultores, expressava-se muito mais concretamente do que os ares liberais e “progressistas” muitas vezes associados aos mesmos.

Os proprietários, habituados a lidar exclusivamente com escravos, e que continuavam a conservar muitos deles trabalhando ao lado dos colonos, não tinham para com estes a consideração devida à sua qualidade de trabalhadores livres; os contratos de trabalho que os emigrantes assinavam antes de embarcar na Europa e desconhecendo ainda completamente o meio e as condições do país em que engajavam, eram geralmente redigidos em proveito exclusivo do empregador e não raro com acentuada má-fé. (Prado Jr., 1992, p. 187)

Também Andrews (1998), analisando as relações entre negros e brancos em São Paulo nesse período de transição para o regime assalariado, argumenta sobre as condições de trabalho nas fazendas cafeeiras, ressaltando o aspecto político e diplomático da questão ao relatar sobre a visão do cônsul suíço no Rio de Janeiro que afirmara ser o objetivo dos cafeicultores, ao que parecia, “substituir escravos negros por escravos brancos” (p.94). Além disso, destaca também a reação do governo italiano ao aumento das queixas sobre as condições de trabalho no Brasil, que culminaria na proibição do processo emigratório do país.

As condições no campo eram tão ruins que, em 1902, em resposta a persistentes relatos de maus tratos de seus patrícios nas fazendas de São Paulo, o governo italiano proibiu seus cidadãos de aceitar passagens subsidiadas para o Brasil, uma proibição que permaneceu em vigor até o final do programa de subsídio, em 1927. (Andrews, 1998, p.139).

Observa-se assim algumas das dificuldades associadas a esse processo de transição da mão de obra, demonstrando-se, de acordo com Prado Jr. (1992), como a adaptação não se deu de maneira fácil, resultando daí um tipo de relações de trabalho que, sem serem servis, conservariam ainda traços acentuados do regime abolido. Seria este aspecto, aliás, de acordo com o autor, uma das principais fontes de contradições sociais e econômicas na fase posterior do desenvolvimento brasileiro (p.202).

Desse modo, vai-se demonstrando como a própria natureza do processo de desenvolvimento brasileiro, “preservando intactas as estruturas fundamentais da economia brasileira durante o século XIX”, foi responsável, entre outras coisas, “pela sobrevivência de estruturas de dominação, valores e formas de comportamento compatíveis com a sociedade tradicional” (Costa, 2010, p. 268).

Lembremo-nos, por fim, de que a opção dos cafeicultores pela imigração europeia para o expediente do trabalho na lavoura liga-se também, para além do aspecto propriamente econômico já esboçado, a um intuito de embranquecimento da população, visto que o ex-escravo, antigo agente de trabalho, por sua cor e sua condição, era percebido, de acordo com a ideologia dominante e influenciada por teorias racistas da época, como um entrave ao processo de modernização, levando-os a ser relegados diante do imigrante branco e europeu. Nota-se, pois, mais uma vez

a validade daquela interpretação de Souza (2017) acerca da oposição entre os valores europeus vindos de fora e valores antieuropeus do interior.

Nesse ponto também já é possível percebermos a intrínseca relação entre o aspecto racial e o aspecto socioeconômico nesse movimento de modernização brasileira, refletindo aspectos de conservadorismo nesse processo. De acordo com Souza (2017) então,

Ser considerado branco era ser considerado útil ao esforço de modernização do país, daí a possibilidade mesma de se embranquecer, fechada em outros sistemas com outras características. Branco era (e continua sendo) antes um indicador da existência de uma série de atributos morais e culturais do que a cor de uma pele. Embranquecer significa, numa sociedade que se europeizava, compartilhar valores dominantes dessa cultura, ser um suporte dela. (Souza, 2017, p. 70-71)

Vale ressaltar que, de acordo com Andrews (1998), os “racistas científicos doutrinários consideravam a mistura racial como um processo regressivo, em que o ancestral racial europeu era enfraquecido e diluído ao ser misturado com aquele das pessoas não brancas.” (p.212). Dessa maneira, houve um certo esforço por parte de intelectuais brasileiros no sentido de adaptar tais teorias à realidade brasileira. Assim, estes

[...] imaginaram uma resposta extremamente criativa que na verdade levava o racismo científico um passo adiante. Declarando que os teóricos europeus tinham muito pouca fé em sua própria herança racial, pensadores brasileiros como João Baptista de Lacerda e F. J. Oliveira Viana disseram que, quando os brancos misturavam seus gens (ou, na linguagem da época, seu sangue) com aqueles dos não brancos, era a herança racial branca, e os atributos raciais brancos, que tendiam a dominar nos produtos dessas uniões. Por isso, com o tempo, e supondo a chegada continuada de imigrantes europeus no país, a mistura racial pouco a pouco ‘eliminará’ as características raciais africanas e indígenas e produzirá o ‘branqueamento’ final do Brasil. (Andrews, 1998, p.212)

Nesse ponto, é interessante atentarmos também à imagem pejorativa que se formou na mentalidade dos fazendeiros acerca da índole do trabalhador nacional, em especial do ex-escravizado, apontado como preguiçoso e/ou vadio. Dessa forma, devido aos “efeitos combinados do racismo científico e da ideologia da vadiagem, os fazendeiros estavam profundamente pessimistas em relação à perspectiva de lidar com trabalhadores brasileiros” (Andrews, 1998, p.96).

Observa-se, portanto, como a utilização de teorias sociais e raciais advindas da Europa não foi meramente um reflexo ou reprodução das mesmas por parte de pensadores oriundos ou ligados à elite brasileira do período, sendo “talvez mais correto dizer que eles viam aquelas ideias através de *sua realidade*. A elite branca brasileira já tinha em sua própria sociedade os elementos necessários para forjar sua ideologia racial.” (Costa, 2010, p. 375). Ideologia esta que privilegiava então o elemento europeu em detrimento do nacional.

É possível vislumbrar com tudo isso algumas das raízes que permitiriam o desenvolvimento de uma dinâmica bastante perversa e excludente nas relações de classe na nascente sociedade moderna e capitalista brasileira, mais especificamente do sudeste. Relações que originariam, portanto, uma aversão e discriminação com relação à mão de obra nacional e, de modo ainda mais pernicioso com relação à população negra. Em outras palavras, verifica-se os antecedentes de um verdadeiro abandono econômico e social desta população, visto que após 1888 boa parte da mesma se viu entregue à própria sorte. Daí a argumentação de Costa (2010) no sentido de que a Abolição não significou a emancipação do escravizado, mas tão somente uma tentativa de livrar o país dos inconvenientes trazidos pela escravidão.

Dessa maneira,

... as camadas sociais dominantes não se ocuparam do negro e da sua integração na sociedade de classes. O ex-escravo foi abandonado à sua própria sorte. Suas dificuldades de ajustamento às novas condições foram encaradas como prova de incapacidade do negro e da sua inferioridade racial. Chegou-se a dizer que era mais feliz na situação de escravo do que na de homem livre, pois não estava apto a conduzir a própria vida. (Costa, 2010, p. 343)

Nesse ponto é interessante voltarmos-nos à interpretação de Fernandes sobre a questão, destacando a situação da população negra no pós-Abolição.

Saído do regime servil sem condições para se adaptar rapidamente ao novo sistema de trabalho, à economia urbano-comercial e à modernização, o “*homem de cor*” viu-se duplamente espoliado. Primeiro, porque o ex-agente de trabalho escravo não recebeu nenhuma indenização, garantia ou assistência; segundo, porque se viu, repentinamente, em competição com o branco em ocupações que eram degradadas e repelidas anteriormente, sem ter meios para enfrentar e repelir essa forma mais sutil de despojamento social. (Fernandes, 1968 in 2007, p. 66)

Segundo Bosi (1992) o processo da Abolição avançaria então em duas direções distintas mas complementares, “Para fora: o homem negro é expulso de um Brasil *moderno*, cosmético, europeizado. Para dentro: o mesmo homem negro é tangido para os porões do capitalismo nacional, sórdido, brutesco” (p.272).

Percebe-se, assim, como o processo de substituição da mão de obra foi marcado por profundas permanências no tocante ao preconceito e à discriminação racial, encontrando-se aí, por isso, a base das relações que permeariam o contato entre os diferentes estratos sociais na consolidação da sociedade de classes no Brasil. Isto é, possibilita-nos entender algumas de suas particularidades, principalmente no que tange ao embricamento dos aspectos social, racial e de classe no Brasil moderno visto que não “se decretava oficialmente o exílio do ex-cativo, mas este passaria a vivê-lo como um estigma na cor da sua pele.” (Bosi, 1992, p.272)

Destarte, mesmo inserido numa dinâmica considerada mais moderna e capitalista, o sudeste brasileiro seria palco do desenvolvimento, de acordo com a interpretação de Fernandes (1965 in 2007), de uma percepção sobre as relações raciais ainda ligada ao passado escravista, ou seja, de relações raciais típicas da sociedade tradicional mesmo inseridas num contexto de modernidade capitalista.

Além disso, este aspecto seria central, de acordo com Souza (2017), para se vislumbrar a pré-história de uma classe de pauperizados na sociedade capitalista brasileira que o autor denominou provocativamente de “ralé de novos escravos” denunciando o abandono a que foi submetida. Uma classe social, segundo o autor, da qual todas as outras classes e indivíduos quiseram e puderam se diferenciar e sobre à qual puderam também se erguer, mesmo aquelas classes também exploradas em outras esferas e de outras maneiras.

Voltando ao debate acerca das influências das ideais liberais e suas relações com os grupos sociais no Brasil do século XIX, então, podemos observar que um liberalismo mais radical e efetivamente mais progressista não estaria associado à elite agrária. De acordo com Bosi (1992), embora seu surgimento já fosse verificável em meados da década de 1860, em decorrência do dinamismo econômico e social que a extinção do tráfico de escravizados instaurou, este “novo liberalismo” só se explicitaria de fato a partir dos anos de 1880 e estaria associado a grupos situados, principalmente, em áreas onde a urbanização se intensificara.

Segundo o autor, ele “pôde formular-se tanto entre políticos e intelectuais das cidades mais importantes, quanto junto à bacharéis egressos das famílias nordestinas que pouco ou nada podiam esperar do cativeiro em declínio” (Bosi, 1992, p.224). Era, pois, essencialmente urbano. Argumentando sobre seu contexto de surgimento, assim se manifesta Bosi:

Os capitais, que montavam em cerca de 16 mil contos, liberados para afluir ao comércio, à manufatura, à rede de transportes ou ao puro jogo da Bolsa, na verdade aceleraram o processo de urbanização e o emprego do trabalho assalariado. A situação foi alimentada, estruturalmente, pela contínua expansão agroexportadora que a demanda internacional sustentou até o fim do século: a existência de um mercado interno e de um pólo urbano em desenvolvimento na Região Sudeste foi a condição necessária para a emergência de valores liberais mais amplos do que os professados pelo discurso intra-oligárquico. (Bosi, 1992, p. 223)

Dessa forma, podemos verificar que os espaços de urbanização mais intensa eram também espaços de maior radicalização das ideias liberais, bem como, daquelas mudanças socioculturais já destacadas anteriormente. Percebe-se, também, nitidamente, um embate valorativo entre campo e cidade, entre os valores tradicionais predominantes ainda no meio rural e os valores modernos representados por indivíduos, comportamentos e instituições ligados às áreas de expansão urbana. Embate este que, segundo Souza (2017), seria uma das marcas do Brasil moderno.

Percebe-se assim a relevância do processo de urbanização para a expansão e consolidação do processo de modernização e para as mudanças de caráter estrutural decorrentes do mesmo. Voltamos então a um elemento que é central para este processo, isto é, a constituição de um Estado centralizado no Brasil que, segundo Souza (2017), apesar de suas raízes se apresentarem ainda no início do século XIX, somente se consolidaria de fato ao longo daquele século.

De acordo com autor, um dos aspectos de importância central desse processo residiria no fato de que a consolidação do Estado trouxe também consigo a necessidade crescente de um sistema de valores e regras a serem obedecidas por todos os indivíduos, inclusive pelos antigos donos de terras e de escravos que, até o período colonial, gozavam de poderes praticamente absolutos. Daí as conseqüentes e profundas mudanças na organização política e na hierarquia social do grupos (Souza, 2017, p.60).

Desse modo, a necessidade crescente de um quadro burocrático cada vez mais técnico para o funcionamento desse Estado levaria a uma contraposição também crescente entre os antigos agentes do poder, isto é, aquela elite escravista tradicional fixada no campo, e os novos agentes sociais ligados à urbanização dos espaços e dos costumes. Representaria, por isso, segundo o autor, uma crise do familismo associado ao patriarcalismo rural, visto que o mesmo se debateria, pela primeira vez, com valores universalizantes (Souza, 2017, p.58).

Nas palavras do autor,

[...] uma mudança lenta mas fundamental na forma do exercício do poder patriarcal: ele deixa de ser familiar e abstrai-se da figura do patriarca, passando a assumir formas impessoais. Uma dessas formas impessoais é a estatal, que passa, por meio da figura do imperador, a representar uma espécie de pai de todos, especialmente dos mais ricos e dos enriquecidos na cidade, como os comerciantes e os financistas. O estado, ao mesmo tempo, mina o poder pessoal pelo alto, penetrando na própria casa do senhor e lhe roubando os filhos e transformando-os em seus rivais. É que as novas necessidades estatais por mão de obra especializada, como burocratas, juízes, fiscais, juristas, etc., todas indispensáveis para as novas funções do estado, podem ser melhor exercidas pelo conhecimento que os jovens adquirem na escola, especialmente se essa fosse europeia, o que lhes conferia ainda mais prestígio. (Souza, 2017, p. 61-62)

Neste aspecto, entretanto, Costa (2010) diverge um pouco da interpretação de Souza (2017), já que para a autora, as transformações socioculturais ligadas à urbanização dos comportamentos e costumes não teriam sido suficientemente profundas, pelo menos inicialmente, para alterar de modo efetivo o patriarcalismo oriundo do meio rural e vigente até então na hierarquia das relações sociais. Veja-se, por exemplo, como se expressa a autora sobre o assunto:

O patriarcalismo brasileiro e o domínio das oligarquias sobreviveram ao século XIX, assim como sobreviveram a economia de exportação de produtos tropicais e o latifúndio como base da economia nacional e a economia de subsistência. O bacharel será, frequentemente, na cidade, o representante do fazendeiro. Liga-se a ele por laços de família ou de amizade, não sendo poucos os bacharéis que se converteram em fazendeiros, principalmente nas áreas em que a agricultura estava em expansão. (Costa, 2010, p. 264).

Apesar da perspectiva da autora de que há uma “sobrevivência” das relações pautadas no patriarcalismo rural nesse período de transição, parece-nos que ela ressalta, mesmo que indiretamente, a importância da figura do bacharel como

elemento e exemplo de mobilidade e de mudança na estrutura social. Isto nos leva, necessariamente, a perceber os desdobramentos da urbanização como elementos centrais para a transformação gradual do sistema anterior. Daí a pertinência da interpretação de Souza (2017).

À parte as diferenças de interpretação, nesse caso, o que há de importante na questão é o entendimento de que, com o avanço da urbanização e, posteriormente, da industrialização, verifica-se também, cada vez mais, a necessidade de indivíduos ligados às funções do Estado e do mercado emergentes. Indivíduos estes que, pela posse de certos valores e conhecimentos, possibilitariam mais adiante a emergência e ascensão de novos grupos, bem como, de uma nova hierarquia nas relações sociais.

Dentre estas mudanças, pode-se destacar o surgimento, ainda incipiente, de uma classe média detentora de conhecimentos técnicos cada vez mais valorizados nesse contexto de modernização capitalista, bem como, de uma classe trabalhadora semi-instruída, pelo menos. Ressalta-se, assim, “o impacto da entrada em cena no nosso país do elemento burguês democratizante por excelência: o conhecimento e, com ele, a valorização do talento individual, que tanto o novo mercado por artífices especializados quanto as novas funções estatais exigiam.” (Souza, 2017, p.63)

É interessante notar nesse contexto, como estas transformações auxiliariam também certa mobilidade e ascensão de mestiços habilitados em algumas cidades já que foi “nas necessidades abertas por um mercado incipiente, em funções manuais e mecânicas rejeitadas pelos brancos, assim como pelas necessidades de um aparelho estatal em desenvolvimento, que mestiços puderam afirmar seu lugar social.” (Idem, p.69). Contudo, é necessário destacar que este movimento pode ser verificado em cidades como Salvador, Recife e Rio de Janeiro, já que em São Paulo, como se destacou anteriormente, a situação se desenvolveria de maneira bem diferente devido ao processo de imigração na segunda metade do século e a consequente concorrência dos estrangeiros, especialmente dos italianos, que restringiria sensivelmente as oportunidades para a população negra.

De qualquer maneira, não é possível negar ou minimizar a importância dessas transformações de caráter sociocultural e suas influências para uma nova dinâmica e hierarquia sociais, principalmente na passagem para o século XX, quando

[...] com o incremento da urbanização, o crescimento da população (a população brasileira aumentou de 14 milhões para mais de uma centena de milhões desde 1890) e a relativa distribuição de riqueza, tornou-se difícil para a elite tradicional conservar sua posição. Houve divisões no interior da elite. Setores 'progressistas' opuseram-se a grupos tradicionais. As emergentes classes médias urbanas tiveram uma chance de escolher entre permanecer como clientela das oligarquias tradicionais ou seguir os novos grupos. Puderam até mesmo sonhar com o desenvolvimento de uma visão de mundo autônoma e de uma ação política independente. (Costa, 2010, p. 382)

Percebe-se, pois, como um processo amplo de modernização, ligado à urbanização de espaços e de costumes, mesmo com certas limitações, afetou paulatinamente variadas esferas da vida econômica, social, política e cultural do país durante todo o século XIX, proporcionando sensíveis modificações nos papéis sociais e na hierarquia dos grupos e explicitando cada vez mais a transição do Brasil tradicional para uma sociedade de classes moderna. Nesse sentido, o surgimento e a expansão da classe média, camada social identificada à aquisição do conhecimento técnico-científico e às necessidades e funções ligadas à urbanização, que até meados do século XIX era numericamente bastante reduzida, foi um dos elementos mais revolucionários desse processo (Souza, 2017, p. 63-68).

Podemos perceber aqui a semente da formação de uma classe decisiva para a construção do Brasil moderno: a classe média, cujo privilégio irá se concentrar na reprodução social do capital cultural valorizado. A formação incipiente dessa classe no século XIX já aponta para um mecanismo de distinção social que só iria se tornar mais importante com o tempo: a distinção em relação aos de baixo. Desse modo, o processo de incorporação do mestiço à nova sociedade foi paralelo ao processo de proletarianização e demonização do negro. Tanto o escravo quanto o pária dos mocambos nas cidades era o elemento em relação ao qual todos queriam se distinguir. (Souza, 2017, p. 66).

Evidencia-se, portanto, a partir do ponto de vista esboçado até aqui, que o entendimento sobre a constituição da sociedade de classes no Brasil não se refere somente às mudanças de caráter econômico ligado à estrutura de produção, mas a certos desdobramentos de caráter sociocultural e político que se relacionaram dialeticamente às primeiras. Evidencia-se também como o movimento de modernização e de constituição das classes na sociedade competitiva se dá por meio de avanços e retrocessos, de permanências e rupturas que permitem, no seu descortinar, o entendimento sobre a complexidade das relações na sociedade de classes brasileira.

Por fim, pode-se afirmar que, do ponto de vista político e econômico, em consonância com a interpretação de Prado Jr. (1992), é o café o elemento central da sociedade brasileira durante boa parte do século XIX e início do XX, já que é graças a ele que a economia brasileira se expande e que a elite agrária do Oeste Paulista poderia se consolidar política, econômica e socialmente, permitindo, dentre outras coisas, a manutenção de seus interesses quando da expansão dessa modernidade brasileira no período republicano. Nas palavras do autor:

[...] Vivendo exclusivamente da exportação, somente o café contava seriamente na economia brasileira. Para aquela exportação, o precioso grão chegou a contribuir com mais de 70% do valor. Social e Politicamente foi a mesma coisa. O café deu origem, cronologicamente, à última das três grandes aristocracias do país, depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, os fazendeiros de café se tornam a elite social brasileira. E em consequência (uma vez que o país já era livre e soberano) na política também. O grande papel que São Paulo foi conquistando no cenário político do Brasil, até chegar à liderança efetiva, se fez à custa do café; e na vanguarda deste movimento de ascensão, e impulsionando-o, marcham os fazendeiros e seus interesses. Quase todos os maiores fatos econômicos, sociais e políticos do Brasil, desde meados do século passado [XIX] até o terceiro decênio do atual [XX] , se desenrolam em função da lavoura cafeeira [...]. (Prado Jr., 1992, p. 167).

Todavia, observa-se também que, se o café é o elemento central do ponto de vista político e econômico, cabe às influências e às excrecências da escravidão, por outro lado, a primazia no que se refere ao posterior desenvolvimento das relações de classe e sua dinâmica, visto que ela engendrou um tipo específico de hierarquia nas relações socioeconômicas e culturais atrelada à distinção social e racial desde o período anterior.

Além disso, é a partir de sua dissolução que se forjariam os elementos preponderantes para o crescimento das classes média e trabalhadora, assim como, para o surgimento daquela classe de pauperizados, isto é, a classe dos abandonados e invisibilizados após a Abolição.

Desse modo, por consequência da maneira como se desdobrou o processo de modernização brasileira, a própria dinâmica das classes na sociedade competitiva, que permitiria a reprodução de certos privilégios oriundos do escravismo, ficaria também marcada pelo elemento racial, daí a afirmação de Souza (2017) de que a “escravidão é o nosso berço”, isto é, o entendimento de que no Brasil, a instituição que englobava todas as outras era a escravidão e que, por isso, nossa forma de

família, de economia, de política e de justiça foi toda baseada na mesma (Souza, 2017, p. 40).

1.2. Capitalismo moderno e as classes sociais em São Paulo

O quadro político-econômico e sociocultural delineado anteriormente mostrou resumidamente as principais transformações pelas quais passou o Brasil em sua fase de transição de uma sociedade tradicional escravista para a sociedade capitalista competitiva. Tentou-se dessa forma demonstrar algumas particularidades do processo de modernização brasileira e da organização das classes na nova hierarquia social em construção. Este quadro, de acordo com Souza (2017), permanecerá mais ou menos nos mesmos moldes até meados da década de 1930 quando então passa a assumir uma orientação mais especificamente burguesa e capitalista, como resultado, principalmente, de surtos industriais localizados e da consolidação de uma estrutura política mais moderna, em especial, com estabelecimento do Estado Novo (Souza, 2017, p. 76).

Vale ressaltar, entretanto, que, mesmo com tal orientação, observa-se até pelo menos a metade do século, de acordo com Prado Jr. (1992), o caráter predominantemente agrário, exportador e dependente da economia brasileira, delineando assim um desenvolvimento marcado pela concomitância entre setores de modernização ligados ao processo de industrialização e setores de manutenção de relações que podemos chamar de tradicional. Todavia, longe de demonstrarem uma dualidade no desenvolvimento do capitalismo brasileiro, este sincretismo representa uma particularidade desse processo em nosso país, fato que leva Oliveira (2001 in 2003) a, utilizando uma metáfora, compará-lo a um “ornitorrinco”, isto é, um ser cujas partes constituintes parecem “montadas” a partir de características de diferentes seres, daí a dificuldade de ser enquadrado em grupo ou família específica, bem como, difícil de enquadrá-lo no processo clássico da evolução das espécies.

Percebe-se, nesse sentido, um nítido distanciamento entre o modelo de desenvolvimento brasileiro e aqueles considerados “clássicos”, observados em países de industrialização mais antiga como em alguns países europeus e nos Estados Unidos, por exemplo. Tal característica, segundo Oliveira (1981 in 2003), definiria em

grande medida o conceito de subdesenvolvimento, isto é, um resultado específico da própria expansão do capitalismo a nível global e que pode ser observada também em outros países latino-americanos cujas economias se destinariam a “uma reserva de acumulação primitiva do sistema global” (p. 33). Países que se caracterizariam, portanto, como “não-industriais” cabendo aos mesmos, “por muito tempo, dentro dessa divisão do trabalho, o papel de produtor de matérias-primas e produtos agrícolas” (p. 63).

O subdesenvolvimento, assim, não se inscrevia numa cadeia de evolução que começava do mundo primitivo até alcançar, por meio de estágios sucessivos, o pleno desenvolvimento. Antes, tratou-se de uma singularidade histórica, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja função histórica era fornecer elementos para a acumulação de capital no centro. Essa relação, que permaneceu apesar de intensas transformações, impediu-a precisamente de ‘evoluir’ para estágios superiores da acumulação capitalista; vale dizer, para igualar-se ao centro dinâmico, conquanto lhe injetou reiteradamente elementos de atualização. (Oliveira, 2001 in 2003, p. 126)

O (sub)desenvolvimento brasileiro, por tudo isso, não foi “exatamente, uma evolução truncada, mas uma produção da dependência pela conjunção de lugar na divisão internacional do trabalho capitalista e articulação dos interesses internos.” (Oliveira, 2001 in 2003, p. 127). Por esta situação também verificar-se-á que as possibilidades e iniciativas de crescimento industrial, principalmente pós-1930, far-se-ão mediante a preservação de variadas relações atreladas à estrutura agrícola e, por isso, consideradas “primitivas”.

Percebe-se, portanto, ainda segundo este autor, um tipo de relação em que a indústria moderna alimentou-se dos setores agrícolas atrasados, resultando numa espécie de “modernização conservadora, ou de uma revolução produtiva sem revolução burguesa” (Idem, p.131), e, por consequência, “não excluindo, portanto, totalmente, as classes proprietárias rurais nem da estrutura do poder nem dos ganhos da expansão do sistema” (Oliveira, 1981 in 2003, p. 65).

Esta é a natureza da conciliação existente entre o crescimento industrial e o crescimento agrícola: se é verdade que a criação do ‘novo mercado urbano-industrial’ exigiu um tratamento discriminatório e até confiscatório sobre a agricultura, de outro lado é também verdade que isso foi compensado até certo ponto pelo fato de que esse crescimento industrial permitiu às atividades agropecuárias manterem seu padrão ‘primitivo’, baseado numa alta taxa de exploração da força de trabalho. Ainda mais, é somente a partir da

constituição de uma força de trabalho urbana operária que passou a existir também um operariado rural em maior escala, o que, do ponto de vista das culturas comerciais de mercado interno e externo, significou, sem nenhuma dúvida, reforço à acumulação. (Oliveira, 1981 in 2003, p. 46)

Destarte, outro aspecto central, verificável na economia brasileira desde fins do século XIX, é que a mesma entrara na lógica do capitalismo internacional, então em sua fase imperialista, passando a se associar (e depender) cada vez mais do capital financeiro, seja para a manutenção da produção cafeeira – principal produto brasileiro de exportação e que passaria, nesse período, por alguns momentos de crise relacionados ao crescimento da concorrência estrangeira e às fases de superprodução –, seja para alguns investimentos na área industrial.

No tocante aos investimentos estrangeiros, cabe ressaltar que estes foram em grande parte associados à instalação de indústrias subsidiárias de grandes empresas estrangeiras “que operando já de longa data no mercado brasileiro onde vendem seus produtos, acabam instalando-se no país para contornarem o obstáculo das tarifas alfandegárias, aproveitarem-se de mão de obra barata, ou por uma questão de facilidade no transporte” (Prado Jr., 1992, p. 266-267).

Todavia, como demonstra Prado Jr. (1992), mesmo levando-se em consideração a crescente dependência da economia brasileira ao capital internacional, nota-se que é este capital que, até às vésperas da Segunda Guerra Mundial, pelo menos, contribuirá majoritariamente para um certo aparelhamento moderno da economia brasileira, principalmente, “no sentido de dotar o país de estradas de ferro, portos modernos, serviços urbanos, grandes empresas industriais que sem ele não teria sido possível realizar” (p. 282). Isso significa, em outras palavras, mesmo que aparentemente de maneira contraditória, que o dinamismo da vida econômica e social brasileira ao nível do mundo moderno é deficitário em certa medida dessa ação imperialista internacional.

No tocante aos negócios do café propriamente ditos, apesar do país conseguir equilibrar mais ou menos a sua vida financeira por meio do crescimento das exportações e do reforço das inversões de capital estrangeiro na economia, consolidando assim sua posição econômica à nível mundial, o que se observa, como comentado anteriormente, é que este processo não transformou o caráter essencialmente colonial ou semicolonial da economia brasileira, ao contrário,

reforçou-o ao organizar seu funcionamento alheio aos interesses nacionais e atrelados aos do capital financeiro internacional.

[...] este progresso não representará um efetivo e real passo para diante. Ele se fará dentro dos quadros tradicionais da economia brasileira; não se terá modificado, mas apenas ajustado a um novo ritmo de crescimento, a estrutura fundamental do país. Continuará ele essencialmente produtor de uns poucos gêneros de grande expressão no comércio internacional; e esta produção repousará, em última instância, na mesma organização herdada do passado: a grande propriedade e exploração fundiária. (Prado Jr., 1992, p. 224).

O caso que se dá com o café brasileiro, que se consolida então no mercado internacional e, de certa forma, estabiliza-se no que se refere à relação entre produção, comércio e consumo por meio de manobras de especulação, de valorização do produto e de controle dos estoques, demonstra por isso a expansão do controle do capital financeiro sobre todo o processo, garantindo as maiores vantagens e lucros para os intermediários em detrimento dos próprios produtores, mesmo que estes últimos tenham também interesses na organização produtiva nesses moldes. Percebe-se então como a finança internacional conquistará sólidas posições nesse terreno durante o período em questão.

A economia cafeeira nas suas diferentes fases, desde a produção até o consumo, será largamente explorada pelo capitalismo internacional. Através do financiamento da produção, do comércio, da exportação, ele retirará uma primeira parcela de lucros, pois embora estas operações se realizem no próprio país, elas se acham direta ou indiretamente em suas mãos, seja por bancos e firmas comerciais da mesma procedência nacional, seja por casas brasileiras a ele ligadas. Depois que o café é embarcado, a exploração do capital estrangeiro se torna naturalmente maior e mais fácil; aí vem o transporte a distribuição nos países consumidores, a industrialização do produto (torração, moagem e outras manipulações). É todo um grande aparelhamento comercial e industrial que o café brasileiro vai alimentar; e os lucros de todos estes processos sucessivos (em que entra boa parte de mais-valia brasileira) canalizam-se para a remuneração dos capitais internacionais neles investidos. (Prado Jr., 1992, p. 272)

Este estado de coisas permite entender até que ponto a economia brasileira ficará dependente dos interesses e da lógica do capitalismo financeiro e de suas diretrizes internacionais. Contudo, isto não significa necessariamente um enfraquecimento da elite agrária no direcionamento da vida política e econômica do Brasil. Mesmo como sócios minoritários, digamos assim, os cafeicultores paulistas manterão sob seu controle fatias consideráveis dos lucros permitindo-lhes, durante

todo o período da Primeira República, a posse de um capital econômico indispensável para manter sua posição de hegemonia na estrutura político-econômica brasileira.

Dessa forma, depois de um período inicial de certa instabilidade econômica, de conflitos entre as oligarquias, bem como, de contradições e contraposições entre as diferentes forças que se tinham momentaneamente unido em torno dos ideais republicanos – segundo Costa (2010), “cafeicultores das áreas mais dinâmicas e produtivas, elementos ligados à incipiente indústria, representantes das profissões liberais e militares” (p. 398) –, seguiu-se um período de certa estabilidade, decorrente de mecanismos governamentais desenvolvidos para o controle político, social e econômico dos representantes da cafeicultura no período. De acordo com Costa,

Depois de um curto domínio da espada [militares], as oligarquias cafeicultoras afirmaram-se no poder garantidas por uma base econômica aparentemente sólida oferecida pela crescente produção cafeeira. O agitado período governamental do paulista Prudente de Moraes foi sucedido pelo governo do também paulista Campos Salles, que conseguiu impor uma relativa calma no cenário político, ideando a ‘política dos governadores’. Entregou os estados ao domínio das oligarquias locais, concedendo-lhes plena autonomia na direção de assuntos regionais, e recebendo delas, em troca, o apoio de que necessitava na esfera federal. A fraude eleitoral campeava por toda a parte, favorecida pelo voto a descoberto e pela falta de independência do eleitorado. Nos pleitos, a oposição era sistematicamente sacrificada. (Costa, 2010, p.399)

Mesmo após os efeitos da crise de 1929 e da chamada Revolução de 1930, com o consequente enfraquecimento dessa fração da elite agrária, o que se verifica no país é a acomodação dos interesses agrários sob novas perspectivas, agora ligada ao crescente processo de industrialização e ao estabelecimento de novas hierarquias nas relações entre as classes sociais. Nesse sentido, é interessante destacar que, apesar das possibilidades abertas para uma mudança na estrutura do desenvolvimento econômico brasileiro, pautado talvez pela indústria nacional e pelos interesses de uma burguesia nascente, as influências das estruturas do passado colonial e agrário ainda se faziam sentir por muito tempo. Isto leva Prado Jr. a afirmar, por exemplo, já em meados da década de 1970, e apesar de seu otimismo com relação às possíveis mudanças num futuro próximo, que

Uma análise atenta da organização econômica do país nos mostra que o essencial nela, desde a distribuição da população, a estrutura agrária, a disposição dos centros urbanos, a rede de transportes, até o aparelhamento

comercial e financeiro, se dispõe sobretudo para atender aos objetivos que desde os remotos tempos de sua formação até nossos dias, a ela essencialmente se impôs: a produção de gêneros exportáveis. E isto sem contar poderosos fatores sociais e políticos que agem no mesmo sentido. (Prado Jr., 1992, p.298)

Assim, apesar dos progressos econômicos no sentido de dotar o país de uma estrutura mais propriamente moderna e capitalista, este processo se impôs dentro dos quadros tradicionais da economia brasileira mantendo o país, mesmo em períodos posteriores, como “produtor de uns poucos gêneros de grande expressão no comércio internacional; e esta produção repousará, em última instância, na mesma organização herdada do passado: a grande propriedade e exploração fundiária” (Idem, p. 224).

Este cenário leva a Costa (2010) a afirmar que

[...] O desenvolvimento da economia cafeeira manteve o país submetido a um novo tipo de dominação colonial, vinculado às correntes industriais e capitalistas internacionais. A racionalização dos métodos de produção, a transição da sociedade senhorial para a empresarial, a melhoria das condições de vida do trabalhador rural, a emancipação real do país fazem parte de um processo ainda em curso. (Costa, 2010, p.344)

Dessa forma, no que se refere aos interesses e ao predomínio da elite agrária, mesmo com a desarticulação da cafeicultura como desdobramento da crise global de 1929 e das mudanças políticas proporcionadas pelo golpe/revolução de 1930, bem como, da consequente entrada em cena de outros grupos associados principalmente ao setores ligados à urbanização e industrialização, é possível observar-se o surgimento ou reacomodação de estratégias de dominação para manutenção ou mesmo, em alguns sentidos, ampliação do poder e influência daquele grupo e, consequentemente, do seu controle sobre a terra e a riqueza do país. Segundo Souza (2017), por exemplo, referindo-se a este grupo social ao longo do tempo,

A elite dos proprietários mantém seu padrão predatório de sempre. A grilagem de terra, covarde e assassina como sempre, foi e ainda é uma espécie de acumulação primitiva de capital eterna no Brasil. Os grandes latifundiários aumentavam sua terra e riqueza pela ameaça e pelo assassinato de posseiros e vizinhos, como, aliás, acontece ainda hoje. Nada muda significativamente com a elite do dinheiro de hoje que compra o Parlamento, sentenças de juízes, a imprensa e o que mais for necessário [...] para manter seu bolso cheio. O que importa é garantir o saque do orçamento, a rapina das riquezas nacionais como sócio menor do capital estrangeiro e a quebra do ânimo e da solidariedade dos trabalhadores para a maior exploração possível do trabalho. (Souza, 2017, p.107-108)

Esta situação de dependência econômica, por sua vez, que permite o controle e a exploração da riqueza brasileira pelo capital internacional em detrimento de sua população, ou seja, em detrimento dos interesses nacionais, tornar-se-ia, portanto, uma marca da inserção da economia brasileira no capitalismo financeiro internacional e, por extensão, a base sobre a qual se alicerçariam as decorrentes relações sociais, raciais e de classe na modernidade capitalista brasileira. O controle dos preços da comercialização do café desde fins do século XIX e meados do século XX, como demonstra Prado Jr., refletiram essa tendência.

Isto já aparecerá claramente por ocasião da crise cafeeira de 1895 [...]. O aumento da produção será aproveitado para forçar a baixa do preço do produto (que declinará daí por diante até 50% apenas do seu valor primitivo); mas com o controle do comércio e da exportação, impedir-se-á que os excessos cheguem até os mercados consumidores onde o preço se manterá sem modificação. Os intermediários, que em última instância não são senão agentes diretos ou indiretos da finança internacional, embolsarão assim grossas diferenças. Esta sorte de especulação com o grande gênero da produção brasileira se repetirá depois com modalidades várias, mas sempre com o mesmo resultado de tirar do produto brasileiro o máximo, e um máximo que representará porcentagem considerável de seu valor efetivo. (Prado Jr., 1992, p. 222)

Todavia, é necessário salientar que, mesmo predominantemente sob o direcionamento de interesses internacionais, é a estabilização da lógica de produção e comercialização do café à época, assim como a expansão da lavoura cafeeira e dos negócios a ela relacionados, que explicam, em grande parte, a concentração industrial brasileira no sudeste, com destaque para o Estado de São Paulo. Nesse sentido, verificar-se-á nesta região circunstâncias favoráveis para este desenvolvimento, como a presença de certa infraestrutura, de riqueza e de concentração populacional, bem como, de mão de obra com alguma habilitação técnica representada, principalmente, pelos imigrantes europeus. (Prado Jr., 1992, p. 260-261)

Nesse sentido, voltando-nos à argumentação de Andrews (1998) sobre a formação de um mercado formal de trabalho e consumo capitalistas em São Paulo e sua relação com a imigração de trabalhadores europeus, temos que

Foi tão pródigo o suprimento de trabalhadores europeus que ele [o programa de imigração subvencionada] estimulou, não somente a expansão continuada da economia cafeeira, mas também o crescimento da indústria.

Evidentemente, não era este o objetivo que os fazendeiros tinham em mente quando promoveram o programa de subsídio, mas a combinação dos ganhos com a exportação do café (que proporcionou capital de investimento e o início de um mercado local) e mão de obra abundante transformaram São Paulo, na década de 1920, no mais importante centro industrial do Brasil, superando o Rio de Janeiro. (Andrews, 1998, p.140)

Esta constatação, permite-nos vislumbrar o grau de influência que a elite cafeicultora adquiriu no período, além de nos permitir analisar algumas modificações na estrutura social dessa região no período, relacionadas a processos de mobilidade, de consolidação e de ascensão de alguns grupos e classes, bem como, segundo Souza (2017), de criação e reprodução de mecanismos que levarão à marginalidade ou abandono de outros. Observa-se então, em especial, a formação e consolidação de uma classe trabalhadora urbana, em sua maioria representada por trabalhadores europeus chegados ao país pelo processo de imigração, e, de maneira menos organizada e, por isso, com menos oportunidades de mobilidade e ascensão, trabalhadores rurais, empregados nas lavouras de café principalmente.

Nesse sentido, no que se refere à expansão e à importância da cafeicultura no período, assim como, o grau de organização e influência desta elite agrícola à frente do Estado e mesmo governo da República, comenta Prado Jr.,

A íntima dependência do progresso cafeeiro com relação à imigração foi aliás sempre notória e muito bem compreendida. A administração do Estado de São Paulo (o principal e grande produtor, e que se tornará autônomo com a implantação do novo regime republicano federativo) fez da questão imigratória o programa central de suas atividades e resolveu-a dentro de um sistema que se pode considerar perfeito e completo. O imigrante (o italiano sobretudo) será trazido, com todo auxílio e amparo oficiais, desde seu domicílio na mais recôndita aldeia dos Apeninos ou de outra região qualquer, até a fazenda de café, através de uma organização que vai da propaganda do Brasil na Europa à distribuição perfeitamente regularizada dos trabalhadores entre as diferentes propriedades do Estado. Para este complexo e dispendioso serviço que será a mola mestra da prosperidade paulista, a administração de São Paulo destinará sempre o melhor dos seus esforços e renda. (Prado Jr., 1992, p.226)

Contudo, vale destacar que, como observado anteriormente, devido a conjunção de fatores econômicos e socioculturais atrelados à permanência e reprodução da discriminação racial, durante as primeiras décadas do século XX, os empregos e serviços abertos por esta prosperidade pela qual passava região privilegiaram as populações europeias imigrantes, favorecendo sua consolidação

como elemento principal da classe trabalhadora, tanto urbana quanto rural, permitindo-lhes num médio prazo possibilidades de mobilidade e ascensão na estrutura econômica e de trabalho que os trabalhadores nacionais pouco ou nada usufruíram. Segundo Andrews (1998),

Nas cidades, os imigrantes desfrutavam – tanto quanto no campo – da mesma preferência na contratação. O censo de 1893 da Cidade de São Paulo mostrou que 72 por cento dos empregados do comércio, 79 por cento dos trabalhadores das fábricas, 81 por cento dos trabalhadores do setor de transportes e 86 por cento dos artesãos eram estrangeiros. Uma fonte de 1902 estimou que a força de trabalho industrial na capital era composta de mais de 90 por cento dos imigrantes; em 1913, o *Correio Paulistano* estimou que 80 por cento dos trabalhadores do setor de construções eram italianos; e um estudo de 1912 sobre a força de trabalho em 33 indústrias têxteis do Estado descobriu que 80 por cento dos trabalhadores têxteis eram estrangeiros, a grande maioria italianos. (Andrews, 1998, p.112)

Mais especificamente no campo, esta sobreposição dos trabalhadores brancos europeus sobre os trabalhadores de origem nacional permitiu-lhes se concentrar “nas regiões mais prósperas do Estado, e nos empregos mais desejáveis nessas regiões”, em detrimento dos trabalhadores negros e caboclos que tiveram de se retirar “para as partes mais pobres do Estado ou conseguiram empregos menos rentáveis nas fazendas mais lucrativas” (Andrews, 1998, p.110).

Cabe ressaltar ainda que, segundo Andrews (1998), a opção pelo imigrante em detrimento do trabalhador nacional, ao contrário do que as interpretações sobre uma possível produtividade maior do trabalhador europeu tentam demonstrar, envolve de maneira mais contundente aspectos e distorções relativos à discriminação racial, assim como, uma estratégia de controle das reivindicações e de organização da classe trabalhadora levada a cabo pelos fazendeiros paulistas. Tal estratégia, colocada em prática por meio do já referido programa de imigração subvencionada, visava proporcionar no Estado um grande número de trabalhadores dependentes, “particularmente vulneráveis às exigências do patrão”, enfraquecendo assim o poder de barganha desses trabalhadores, haja visto que os “subsídios da imigração atraíam os imigrantes europeus mais pobres, aqueles desprovidos de poder aquisitivo ou economia para pagar sua própria passagem” (p.136).

Assim,

Do ponto de vista dos fazendeiros, quaisquer benefícios que estes programas trouxessem aos imigrantes eram puramente incidentais. Desde as primeiras discussões da imigração subsidiada, o objetivo desse programa foi claro: inundar o mercado de trabalho com trabalhadores, dessa forma mantendo baixo o custo da mão-de-obra. O patrocinador da proposta de 1870 para o subsídio da imigração europeia declarou o desejo de criar um situação de mercado em que 'os trabalhadores devem procurar os proprietários, e não os proprietários os trabalhadores'. (Andrews, 1998, p.98)

Percebe-se desse modo que, por este expediente, os fazendeiros obtinham através da ação do Estado uma força de trabalho vulnerável e dependente em quantidade abundante, permitindo-lhes a escolha sobre quais trabalhadores utilizar e manter níveis bastante precários de relações de trabalho. Além disso, criavam ao mesmo tempo mecanismos para dismantelar ou impedir possíveis formas de organização, reivindicação e resistência dos trabalhadores nacionais, encontrando uma justificativa e um alternativa para o que eles chamavam de indolência ou preguiça da mão de obra nacional, em especial de negros e negras recém-egressos da escravidão.

Assim, segundo este autor,

O mercado de trabalho de São Paulo nos anos imediatamente subseqüentes à abolição da escravidão era moldado por um direcionamento e intervenção do Estado em um nível incomum (no contexto do liberalismo econômico dominante no mundo atlântico, incluindo o Brasil, na virada do século). Esta era uma intervenção supostamente desprovida de qualquer conteúdo racial, mas na verdade, optando por investir recursos em trabalhadores europeus e se recusando a realizar investimentos comparáveis nos brasileiros, os fazendeiros da província, e o aparato do Estado que eles controlavam, tornaram claras como o cristal suas preferências étnicas e raciais. (Andrews, 1998, p. 99-100)

Pode-se aferir, portanto, que em São Paulo as oportunidades abertas social e economicamente pelo trabalho assalariado e, mais especificamente nas cidades, pela moderna estrutura de classes, teoricamente com possibilidades de mobilidade social, não trouxeram benefícios para a população negra e, somente de maneira relativa, para os trabalhadores nacionais. Por isso Fernandes (1965) declara que a condição da população negra nas primeiras décadas do século XX eram, em muitos aspectos, ainda piores do que aquelas vivenciadas nas últimas décadas do século anterior, principalmente, com relação à condição dos mestiços artesãos libertos que até aquele

período ainda encontravam oportunidades variadas de inserção na estrutura de trabalho nas cidades.

De acordo com esta interpretação, a rápida urbanização e modernização verificada no sudeste não favorecera a população negra “que ou retorna para as regiões de origem (no período de desagregação do trabalho servil e de consolidação do trabalho livre) ou precisa aceitar condições de existência extremamente duras, em particular se vivesse nas cidades” (Fernandes, 1968 in 2007, p. 66).

Corroborando com esta visão, afirma Costa (2010) que

Os ex-escravos, marcados pelo legado da escravidão, não conseguiram, salvo raras exceções, competir com o estrangeiro no mercado de trabalho, e a maioria continuou como trabalhador de enxada, num estilo de vida semelhante ao de outrora. Alguns, atraídos pela miragem da cidade, aglomeraram-se nos núcleos urbanos, onde passaram a viver de expedientes, incumbindo-se das tarefas mais subalternas. Outros abandonaram as fazendas e dedicaram-se à cultura de subsistência. A liberdade significava para eles a possibilidade de escolher com quem, quando e como trabalhar, e, principalmente, o direito de não fazer nada. O esquema de vida a que estavam habituados dificultava-lhes a adaptação ao trabalho livre. (Costa, 2010, p. 343)

Este estado de coisas, como se pode perceber, consolidará uma estrutura de trabalho com evidentes vantagens para a população imigrante. Segundo Andrews (1998), mesmo a partir de meados da década de 1920, quando os trabalhadores brasileiros conseguiram certa paridade no emprego industrial da economia urbana, decorrente do fim do programa de imigração e das incipientes formas de organização e de reivindicação dos imigrantes, que causavam de variadas maneiras a insatisfação dos patrões, os negros e afrodescendentes “permaneciam super-representados nas áreas mal remuneradas do serviço doméstico e nas forças armadas”, enquanto os europeus, por outro lado, “conservavam uma posição preferencial no comércio e nos transportes” (Andrews, 1998, p. 112).

Nota-se, assim, como as oportunidades para o trabalhador nacional eram bastante limitadas, sendo que “a grande maioria dos negros era obrigada a realizar serviços domésticos ou ter empregos irregulares e mal pagos” (Andrews, 1998, p. 114-115), ou então ser absorvidos no setor da construção, trabalho relativamente não especializado e até, em certa medida, desprezado socialmente.

Pode-se aferir então que, mesmo com suas limitações, a intensificação do processo de urbanização a partir de meados do século XX e sua consequente expansão de serviços (no setor industrial ou não) permitiu certa absorção da população nacional, inclusa aqui a população negra. Porém, os tipos de empregos e serviços abertos eram em sua maioria mal remunerados ou atrelados ao trabalho braçal, demonstrando assim reminiscências no que tange à discriminação racial e étnica, assim como preconceitos com relação a certos tipos de trabalho. No que se refere à mobilidade ascendente na estrutura de trabalho, evidencia-se também este aspecto, isto é, muitas dificuldades e obstáculos para os trabalhadores nacionais, em especial para os negros.

Segundo Andrews (1998), analisando a documentação de censos do período, bem como, de duas empresas da época (a fábrica têxtil Jafet e a empresa de eletricidade e bondes da capital do Estado, a São Paulo Tramway, Light and Power), “essa mobilidade ascendente tinha uma limitação cruel: a barreira entre os cargos de trabalho braçal e de colarinho branco, uma barreira aplicada vigorosamente aos trabalhadores brancos, mas aplicada de maneira irrestrita – e virtualmente sem exceção – aos negros” (p. 193).

Desse modo, segundo o autor

Para os trabalhadores brancos, as promoções ocorriam em média um ano, já que experimentavam um movimento ascendente após um período médio de 28,5 meses. Além de chegarem mais cedo, também tendiam a conduzir os trabalhadores brancos a posições mais elevadas que os negros. O máximo que um trabalhador negro podia realisticamente esperar era ascender até o nível de capataz. Somente dois trabalhadores negros desta amostragem conseguiram promoção para cargos de escritório, e a nenhum foi jamais oferecida uma posição de chefia ou gerência. Entretanto, essas posições eram disponíveis aos brancos. Não em grandes números, é claro; dos 363 trabalhadores brancos contratados para preencher posições braçais, somente 11 conseguiram chegar a gerentes, e 9 a cargos de escritório. A maior parte dos cargos de colarinho branco eram preenchidos por empregados contratados desde o início para aqueles níveis. Mas esses 20 indivíduos indicam um nível de progresso dos cargos braçais para aqueles de colarinho branco dez vezes mais elevado para os trabalhadores brancos do que para os negros. (Andrews, 1998, p.191)

Fernandes (1966 in 2007), por sua vez, mesmo utilizando-se de uma linha interpretativa em certos pontos divergente de Andrews (1998), chega nesse quesito a conclusões similares, isto é, de proeminência dos trabalhadores brancos em relação

aos negros. Ao analisar o aspecto relativo à estrutura de serviços e à proeminência dos imigrantes, afirma que tal contexto explicita a “sobrevivência do passado no presente”, isto é, um mecanismo de adaptação da herança cultural ligada à sociedade tradicional escravista na esfera das relações raciais no Brasil moderno, que se materializaram pois “as transformações da estrutura da sociedade, apesar da extinção da escravidão e da universalização do trabalho livre, não afetaram de modo intenso, contínuo e extenso o padrão tradicionalista de acomodação racial e a ordem racial que ele presumia.” (p. 43)

Nas palavras do autor:

Como se o passado se reproduzisse continuamente no presente, a concentração racial de renda, do prestígio social e do poder engendra um arcabouço social que nada (ou muito pouco) ostenta de competitivo, de igualitário e de democrático em suas linhas raciais. Os brancos desfrutam de uma hegemonia completa e total, como se a ordem social vigente fosse, literalmente, uma combinação híbrida do regime de castas e do regime de classe. No que diz respeito à integração do branco ao sistema de relações sociais, só o último regime possui vigência plena. Quando se trata do negro ou do mulato, porém, os dois regimes se combinam de formas variáveis, sempre fazendo com que influências arcaicas operem livremente, revitalizando de modo extenso e profundo uma ordem racial que já deveria ser uma relíquia histórica. (Fernandes, 1965 in 2007, p. 117)

Segundo Florestan (1965), então, este estado de coisas engendraria um desajustamento estrutural do negro na sociedade de classes em desenvolvimento no Brasil e mais especificamente em São Paulo. Percebe-se assim, para além dos pontos já destacados, os antecedentes para o desenvolvimento do que se denominaria mais tarde de mito da democracia racial, isto é, a ilusão de que na sociedade capitalista então em consolidação em São Paulo haveria uma igualdade de oportunidades característica da lógica de competitividade desse modelo de sociedade e, consequentemente, a base de sustentação da ideia de meritocracia na modernidade. Nesse sentido, a crítica do autor vai no sentido de que

O que parece ser ascensão social no horizonte cultural do negro e do mulato muitas vezes não passa de mera incorporação ao sistema de classes. A ascensão social verdadeira, isto é, a mobilidade social vertical no sentido ascendente, dentro do sistema social vigente, ainda não se organizou, para eles, como um processo histórico e uma realidade coletiva. Atinge a alguns segmentos (ou melhor, certos indivíduos) da ‘população de cor’, sem repercutir na alteração dos estereótipos negativos, nos padrões que regem as relações raciais e sem suscitar um fluxo constante de mobilidade social do

“meio negro”. Em suma, a expansão urbana, a revolução industrial e a modernização ainda não produziram efeitos bastante profundos para modificar a extrema desigualdade racial que herdamos do passado. Embora ‘indivíduos de cor’ participem (em algumas regiões segundo proporções aparentemente consideráveis), das ‘conquistas do progresso’, não se pode afirmar, objetivamente, que eles compartilhem, coletivamente, das correntes de mobilidade social vertical vinculadas à estrutura, ao funcionamento e ao desenvolvimento da sociedade de classes. (Fernandes, 1968 in 2007, p. 67)

Destarte, o autor destaca ainda que, apesar de transplantado à sociedade moderna de classes, tal mito teria sua origem ainda no mundo colonial, ligado à miscigenação e à possibilidade de uma “espécie de mobilidade social vertical por infiltração” de alguns indivíduos, contribuindo para uma certa elasticidade na composição dos estratos raciais dominantes. Analisando então este processo em relação ao passado e à contemporaneidade daquele período, afirma o autor que

[...] miscigenação e mobilidade social vertical operavam-se dentro dos limites e segundo as conveniências daquela ordem social, na qual elas preenchiam funções sociais relevantes para a diferenciação e a continuidade da estratificação racial engendrada pela escravidão. Após a Abolição, sem que se manifestasse qualquer tendência ou processo de recuperação humana do negro e do mulato, esses fenômenos foram focalizados à luz dos requisitos econômicos, jurídicos e políticos da ordem social competitiva. Passou-se a ver nesses fenômenos a matriz da democracia racial e a fonte de solução pacífica para a questão racial no Brasil. À parte o que haja de verdade em tais verbalizações, o fato é que ainda hoje a miscigenação não faz parte de um processo societário de integração das ‘raças’ em condições de igualdade social. (Fernandes, 1966 in 2007, p. 45-46)

Apesar dessa situação contraditória, então, ao enfatizar as possibilidades de inserção e até mesmo de ascensão social de alguns indivíduos, observa-se como o mito da democracia racial teve uma função bastante explorada no contexto de consolidação da sociedade competitiva em São Paulo já que, por meio do discurso da competitividade inerente ao sistema, bem como, da ideia de meritocracia, permitiu aos ex-senhores de escravos – e aos brancos brasileiros de maneira geral – “sustentar que os danos e as injustiças da escravidão, embora objetáveis, não eram tão ruins quanto poderiam ter sido” (Andrews, 1998, p. 206), visto que tanto antes como depois houve possibilidades de ascensão socioeconômica por parte de indivíduos da população negra através do trabalho e de seu esforço pessoal.

Esta situação é observada e reafirmada ainda pelo fato de que até mesmo indivíduos da população negra também se beneficiaram deste mito, mesmo que de

maneira limitada e contraditória. Segundo Costa (2010), mesmo criando-se oportunidades de ascensão na escala social, os indivíduos negros que a usufruíam “tinham, entretanto, de pagar um preço por sua mobilidade: tinham de adotar a percepção que os brancos possuíam do problema racial e dos próprios negros. Tinham de fingir que eram brancos” (Costa, 2010, p. 377). Verifica-se, pois, o grau de complexidade envolvendo este aspecto, daí a análise de Andrews (1998) de que

Foi assim que o Brasil – o último país do mundo cristão a abolir a escravidão – tornou-se o primeiro a se proclamar uma democracia racial: uma sociedade que ofereceu uma genuína igualdade de oportunidade a todos os seus cidadãos, e se libertou da tensão, discriminação e conflitos raciais. Essas esperanças e promessas coincidiram não apenas com a transição da escravidão para a liberdade, mas também com a transição da monarquia para a república, e com uma correspondente visão de um sistema mais abrangente e participante. Assim, desde o seu início a democracia racial esteve intimamente associada ao ideal da democracia política e supostamente fazia parte de uma ordem política liberal e progressista. (Andrews, 1998, p.207)

Percebe-se, pois, com estas indicações, como o Estado republicano recém-constituído se isentou dos problemas e da discriminação pelas quais ainda passava a população negra brasileira, bem como, pode-se observar como a formação da classe trabalhadora em São Paulo também é, em grande parte, resultado dessas contradições. É por isso que esta classe se consolidará neste período verificando-se um predomínio dos trabalhadores imigrantes, sobretudo italianos, principalmente no que refere aos serviços mais rentáveis e com algum prestígio, enquanto a mão de obra nacional tendeu a se estabelecer em serviços de menor prestígio e rentabilidade, quando não foi simplesmente abandonada, tendo que se sustentar às custas de expedientes de trabalho temporários ou de caráter informal.

Nesse sentido, ganha lógica a análise de Souza (2017) de que

Abaixo da aristocracia rural que se moderniza, [...] na esfera aberta pela livre empresa em expansão, prevalecia a ideia liberal do homem certo para o lugar certo. O ‘estrangeiro’ aparecia aqui, inclusive, como a grande esperança nacional do progresso rápido. Nesse quadro, a realidade e a fantasia do preconceito se encontram e o imigrante eliminava a concorrência do negro onde quer que ela se impusesse. (Souza, 2017, p. 76)

Há que se ressaltar contudo uma diferença central entre a interpretação de Fernandes (1965), para quem a sociedade moderna convivia de maneira contraditória

com aspectos da sociedade tradicional, e a interpretação de Souza (2017). Para este último, longe de representar uma contradição ou dualidade na constituição do capitalismo no Brasil, esta situação de permanência e reprodução da discriminação racial demonstra características particulares do próprio desenvolvimento desse sistema no país. Dessa maneira, a atitude de relegar o ex-agente de trabalho escravo ao abandono ou distanciar-se socialmente do mesmo, constituiria parte da própria dinâmica das relações de classe num Brasil em modernização, já que estes indivíduos, pela ausência daqueles valores europeus vinculados à modernidade passariam a constituir a classe social da qual todos os outros grupos e classes podiam e queriam se diferenciar.

Vislumbra-se aqui então, de acordo com este autor, a pré-história da classe social que ele denominou provocativamente de “ralé brasileira”, denunciando seu abandono econômico e social no pós-Abolição. Nas palavras do próprio autor,

[...] dá-se a constituição histórica daquilo que eu chamo de ‘ralé brasileira’: composta pelos negros recém-libertos e por mulatos e mestiços de toda ordem para quem a nova condição era apenas uma nova forma de degradação. A submersão na lavoura de subsistência ou a formação das favelas nas grandes cidades passam a ser o destino reservado pelo seu abandono. Temos aqui a constituição de uma configuração de classes que marcaria a modernização seletiva e desigual brasileira a partir de então. (Souza, 2017, p. 77)

A seguinte citação de Costa (2010), que vai ao encontro do aspecto ressaltado na análise de Souza (2017) apesar de suas diferenças interpretativas, permite-nos entender a centralidade deste argumento no que tange às peculiaridades do desenvolvimento da moderna configuração de classes no Brasil.

Como a Abolição resultara mais do desejo de livrar o país dos inconvenientes da escravidão do que de emancipar o escravo, as camadas sociais dominantes não se ocuparam do negro e da sua integração na sociedade de classes. O ex-escravo foi abandonado à sua própria sorte. Suas dificuldades de ajustamento às novas condições foram encaradas como provas da incapacidade do negro e da sua inferioridade racial. Chegou-se a dizer que era mais feliz na situação de escravo do que na de homem livre, pois não estava apto a conduzir a própria vida. (Costa, 2010, p. 343)

Nota-se, pois, uma correlação direta entre questão racial e a divisão de classes na sociedade, o que marca uma particularidade importante da formação deste modelo

de sociedade no Brasil e favorecendo a formação de uma “classe de inadaptados” ao novo modo de vida moderno que sofrerá as consequências perversas do abandono e do desprezo por parte dos poderes públicos e das outras classes. Apesar de majoritariamente composta por negros recém-egressos da escravidão, juntar-se-ão a ela com o decorrer do tempo e o aprofundamento das relações capitalistas toda sorte de indivíduos considerados distantes ou mesmo opostos às características consideradas propriamente modernas representadas então pela “europeidade” e à visão burguesa de mundo. Entre estes encontrar-se-ão, por exemplo, brancos pobres, caipiras, indígenas, entre outros, guardadas, é claro, suas diferenças no que tange ao processo social e histórico que os levaram a esta condição.

Assim, centralizando-nos na análise sobre a população negra, segundo Souza

Para o negro, sem a oportunidade de competir com chances reais na nova ordem, restavam os interstícios do sistema social: a escória proletária, o ócio dissimulado ou a criminalidade fortuita ou permanente como forma de preservar a dignidade de ‘homem livre’. Ao perderem a posição de principal agente de trabalho, os negros perderam também qualquer possibilidade de classificação social. A ação concomitante da extinção de estratégias de acomodação do passado, que propiciaram a negros e mulatos ocupações compensadoras e até nobilitantes, mostra o grau dramático para esse setor na nova configuração de vida econômica. (Souza, 2017, p. 77)

As novas chances da ordem competitiva, dessa forma, abriam-se na medida em que certos grupos ou indivíduos conseguiam se inserir de maneira mais ou menos vantajosa na estrutura econômica e assim arregimentar maior qualificação comparativa do trabalho, permitindo-lhes oportunidades de mobilidade espacial, ocupacional e social, bem como, em certos casos, alguma poupança. Percebe-se, pois, como este processo histórico é o caminho pelo qual se constituíram tanto a classe trabalhadora, como demonstrado anteriormente, quanto, mais paulatinamente e de maneira restrita, a classe média em São Paulo. Esta última oriunda das possibilidades que certos indivíduos encontraram de ascensão socioeconômica ligadas às novas necessidades econômicas e sociais criadas principalmente nas regiões em rápido processo de urbanização e, em especial, às oportunidades abertas pelo crescimento do processo industrial e seus desdobramentos.

No que tange à classe média, afirma Andrews (1998) que

Em São Paulo, como se poderia esperar, esta classe média tinha uma composição esmagadoramente branca. Durante o século XIX, os pardos e pretos livres compuseram uma proporção substancial, talvez a maioria, de artesãos e operários especializados, muitos deles proprietários de pequenos negócios. E alguns afro-brasileiros conseguiram ascender além daquele nível, para a burocracia governamental, empregos de colarinho branco e profissões liberais. Entretanto, tais oportunidades para os negros sempre foram mais restritas em São Paulo do que no Rio de Janeiro e no Nordeste, e com a chegada dos imigrantes elas se reduziram mais ainda. Tendo o acesso negado à educação pública elementar, e já marginalizada nos empregos de trabalho braçal, a população negra de São Paulo estava muito mal posicionada para lutar para ser admitida nesta nova classe de colarinho branco. (Andrews, 1998, p. 198)

Estas características de desenvolvimento econômico e social permitem-nos entender como a população afro-brasileira situava-se bem aquém da população branca em diversas áreas, “e particularmente nos setores urbanos das profissões liberais e na posse de empresas industriais e comerciais.” (Andrews, 1998, p. 198), dificultando-lhes a mobilidade e a ascensão na estrutura econômica e social. Permite-nos também entender como os trabalhadores brancos, em especial imigrantes europeus, tiveram maiores oportunidades de se adaptarem a nova realidade econômica e social e, em alguns casos, acumularem algum capital para ascenderem econômica e socialmente.

O raciocínio precedente pode ser comprovado ao observarmos que os industriais brasileiros do período, que nessa fase representam em sua maioria a classe média em ascensão, são, ou indivíduos oriundos da elite agrária que diversificaram suas atividades, ou imigrantes que conseguiram acumular capital suficiente para investir em ramos industriais, aproveitando-se assim da íntima relação que se foi constituindo, concreta ou idealmente, entre iniciativas de empreendedorismo, acúmulo de riqueza e a visão de mundo burguesa e europeia.

Observa-se assim um dado interessante no que diz respeito à iniciativa industrial no Brasil desse período, isto é, que a mesma é um fato individual, já que aqueles “que têm capitais aplicados na indústria são unicamente indivíduos que lograram reunir fundos suficientes para se estabelecerem nela por conta própria e independentemente.” (PRADO JR., 1992, p. 264). Assim, no que tange à relação entre iniciativa industrial e a visão e valores de mundo ligados à modernidade, aponta-se que

Analisando-se o tipo dos industriais brasileiros, observa-se que boa parte deles se constituiu de indivíduos de origem modesta que estabelecendo-se com empreendimentos a princípios insignificantes, conseguiram graças aos grandes lucros dos momentos de prosperidade e um padrão de vida recalcado para um mínimo do essencial à subsistência, ir acumulando os fundos necessários para ampliarem suas empresas. Este será o caso, em particular, de imigrantes estrangeiros, colocados em situação social que lhes permitia tal regime de vida. Efetivamente, a maior parte da indústria brasileira encontrou-se logo nas mãos de adventícios de recente data ou seus sucessores imediatos – os Matarazzo, Crespi, Jaffet, Pereira Ignacio, etc. (Prado Jr., 1992, p. 265)

Têm-se assim, portanto, um quadro geral das classes sociais surgidas e gradualmente consolidadas nessa fase de expansão do capitalismo moderno em São Paulo. Cabe-nos agora, para finalizarmos este nosso primeiro capítulo, explicitar algumas de suas relações destacando certos conflitos e contradições que se foram constituindo e que, em muitos aspectos, segundo Souza (2017), ainda se observam no Brasil contemporâneo.

1.3 Conflitos sociais e relações de classe e raça no Brasil

O esboço que traçamos acerca do desenvolvimento do capitalismo em nosso país e, mais especificamente, em São Paulo, permite-nos vislumbrar um ponto fundamental para entendermos as relações de classe que foram se consolidando na organização desse Brasil moderno, isto é, os conflitos e disputas que os indivíduos e classes travaram pela posse dos capitais disponíveis na sociedade capitalista, que de modo geral podem ser resumidos nos capitais econômico, cultural e/ou social.

De acordo com Souza (2017), mais do que somente a posição na estrutura produtiva da sociedade, é a luta pela posse e manutenção desses capitais que definem o pertencimento dos indivíduos a determinada classe, bem como, estabelece a própria dinâmica das classes sociais no mundo moderno. Portanto, segundo o autor, esse entendimento “é a chave para a compreensão de tudo que é realmente importante na sociedade.” (p.84). Dessa forma,

Como o pertencimento de classe prefigura e predetermina, pelo menos em grande medida, todas as chances que os indivíduos de cada classe específica vão ter na sua vida em todas as dimensões, negar a classe equivale também a negar tudo de importante nas formas modernas de produzir injustiça e desigualdade. Afinal, sem que se reconstrua a pré-história de classe de cada um de nós, temos apenas indivíduos competindo em

condições de igualdade pelos bens e recursos escassos em disputa na sociedade. Tudo muito merecido e justo. Sem a ideia de classe e o desvelamento das injustiças que ela produz desde o berço, temos a legitimação perfeita para o engodo da meritocracia individual do indivíduo competitivo. (Souza, 2017, p. 85)

Nesse sentido, faz-se necessário um aprofundamento acerca do entendimento relativo às classes sociais, isto é, explicitar o fato de que as mesmas não se resumem a um aspecto puramente econômico, mas se explicitam na maneira como os indivíduos se produzem e reproduzem socialmente ao longo do tempo. Em outras palavras, só conseguimos entender adequadamente as classes sociais enquanto uma manifestação acima de tudo sociocultural, “posto que o pertencimento de classe é um aprendizado que possibilita, em um caso, o sucesso, e, em outros, o fracasso social” (SOUZA, 2017, p. 88). Dessa maneira, são os estímulos que os indivíduos recebem (ou não) no seio da família primeiramente que vão direcionar em grande parte seus resultados na estrutura e na hierarquia sociais.

É preciso partir, portanto, literalmente do ‘berço’, ou seja, da socialização familiar primária, para que se compreenda as classes e sua formação e como elas irão definir todas as chances relativas a cada um de nós na luta social por recursos escassos. As classes são reproduzidas no tempo pela família e pela transmissão afetiva de uma dada ‘economia emocional’ pelos pais aos filhos. [...] É esse ‘patrimônio de disposições’ para o comportamento prático, que é um privilégio de classe entre nós, que vai esclarecer tanto a ocupação quanto a renda diferencial mais tarde. Como cada classe social tem um tipo de socialização familiar específica, é nela que as diferenças entre as classes têm que ser encontradas e refletidas. (Souza, 2017, p. 88)

Percebe-se, então, que a posse e a manutenção dos capitais econômico, cultural e social, em proporções variadas de acordo com os diferentes grupos, assim como, a garantia dos mesmos para os descendentes, são centrais para reprodução das vantagens ou das desvantagens de classe no mundo moderno. É a posse maior ou menor desses capitais, portanto, que precede o acesso aos bens e recursos na sociedade competitiva e as classes sociais, “pela força da transmissão familiar, vão reproduzir por sua vez, capitais que serão decisivos na luta de todos contra todos pelos recursos escassos”.

Assim, mesmo sendo os indivíduos que lutam concretamente na vida cotidiana, “quem precede as lutas individuais são os pertencimentos diferenciais às classes

sociais e seu acesso ou obstáculo típico aos capitais que facilitam a vida” (p. 90). Assim, segundo Souza,

Na base da nova hierarquia social moderna está a luta entre indivíduos e classes sociais pelo acesso a capitais, ou seja, tudo aquilo que funcione como facilitador na competição social de indivíduos e classes por todos os recursos escassos. Como, na verdade, todos os recursos são escassos e não apenas os recursos materiais como carros, roupas e casas, mas também os imateriais como prestígio, reconhecimento, respeito, charme ou beleza, toda a nossa vida é precedida pela posse ou ausência desses capitais. (Souza, 2017, p. 90)

Como o capital econômico é o mais visível também é ele quem permite primeiramente uma maior mobilidade e influência na disputa social. Seu monopólio por certos grupos ou elites permite, inclusive, a compra de outras elites não econômicas, como a intelectual e/ou a jurídica, por exemplo. Daí sua importância mais concreta e efetiva já que não existe dominação econômica possível sem a justificação dessa dominação por outras elites (Souza, 2017, p.90).

No contexto analisado, a elite dos proprietários – oriunda da elite agrária cafeeira principalmente, mas não apenas, pois faziam parte da mesma também oligarquias de outros Estados, se bem que não tão influentes nesse período quanto as oligarquias do sudeste – detém o privilégio mais visível que é o econômico. Sua constituição deita raízes no estabelecimento de alianças entre famílias de proprietários rurais, bem como, no controle sobre as riquezas locais e também o contato, direto ou indireto, com as redes de comércio e financiamento internacionais. Pegando de empréstimo as palavras de Souza (2021), a “relação familiar e de sangue, por meio dos títulos de propriedade e das estratégias de casamento e amizade dentro da mesma classe social, cria a classe da elite de proprietários, que detém todas as riquezas em pouquíssimas mãos.” (Souza, 2021, p.18)

Como o capital econômico no período estudado havia sido monopolizado em grande medida por esta elite de proprietários, foram outros os aspectos que, segundo Souza (2017), foram colocados em jogo entre as demais classes, em especial, o capital cultural que se tornara então disponível para a disputa social. De acordo com este autor, este capital foi se tornando crescentemente um instrumento de diferenciação e de ascensão sociais, daí a tendência da classe média brasileira em formação de “perceber o conhecimento valorizado como algo que deve ser exclusivo

à sua classe social.” (Idem, p. 95) e daí também a raiz de seu menosprezo para com as classes populares.

Cabe ressaltar ainda que o capital cultural, que “significa basicamente incorporação pelo indivíduo de conhecimento útil ou de prestígio” é, ao lado do capital econômico “o outro capital fundamental para as chances de sucesso de qualquer um no mundo moderno”, pois ele “é tão indispensável para a reprodução do capitalismo quanto o capital econômico” (Souza, 2017, p. 91) visto que age no sentido de justificar a lógica capitalista, bem como, é indispensável para as funções de mercado e da burocracia estatal, por exemplo. Além disso, como está ligado ao indivíduo, sua incorporação é necessária para que se expresse como prestígio individual ou de classe. Nesse sentido,

A acumulação de capital cultural exige uma incorporação que, enquanto pressupõe um trabalho de inculcação e de assimilação, custa tempo que deve ser investido pessoalmente pelo investidor. Sendo pessoal, o trabalho de aquisição é um trabalho do ‘sujeito’ sobre si mesmo (fala-se em ‘cultivar-se’). O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da ‘pessoa’, um habitus. Aquele que o possui ‘pagou com sua própria pessoa’ e com aquilo que tem de mais pessoal, seu tempo. Esse capital ‘pessoal’ não pode ser transmitido *instantaneamente* (diferentemente do dinheiro, do título de propriedade ou mesmo do título de nobreza) por doação ou transmissão hereditária, por compra ou troca. Pode ser adquirido, no essencial, de maneira totalmente dissimulada e inconsciente, e permanece marcado por suas condições primitivas de aquisição. [...] Por consequência, ele apresenta um *grau de dissimulação* mais elevado do que o capital econômico e, por esse fato, está mais predisposto a funcionar como um capital simbólico, ou seja, desconhecido e reconhecido [...]. (Bourdieu, 1979 in Nogueira, M. A.; Catani, A., 1998, p.74-75)

Desse modo, foi a posse do capital cultural necessário às novas categorias de trabalho e ligado também à nova visão sobre o trabalho e à poupança, que permitiu a certos indivíduos algum pecúlio permitindo-lhes iniciativas de caráter empreendedor e, portanto, possibilidades de mobilidade e de ascensão social mais rápidas. Como o ponto de partida da população afro-brasileira foi marcado por elementos de discriminação e de abandono, suas possibilidades de acúmulo tanto de capital cultural quanto das outras formas de capital foi bastante obstaculizada e suas chances na disputa pelos recursos sociais foram assim muito dificultadas.

Nesse ponto, chegamos a um elemento central que reflete a hierarquia social das classes no Brasil moderno e que se refere à relação estabelecida entre a classe

média brasileira e o capital cultural. Relação esta, ainda incipiente no período em que nos concentramos, mas que, segundo Souza (2017), já é verificável em suas linhas mais gerais. A citação seguinte demonstra a perspectiva deste autor no que tange à disputa entre indivíduos e classes pelo capital cultural.

Aqui será, antes de tudo, a família de classe média – a classe média *real*, baseada na reprodução do privilégio educacional – que vai criar e implementar de modo invisível, e por isso mesmo extremamente eficiente, a farsa da meritocracia pela incorporação privilegiada e tornada invisível de capital cultural. É que o sucesso escolar, ou seja, a chave de todo sucesso social, que será expresso em renda diferencial anos mais tarde, tem pressupostos emocionais e afetivos que são construídos desde o berço no horizonte familiar de cada classe social. Disposições para o comportamento prático como disciplina, autocontrole, visão prospectiva e capacidade de concentração e de pensamento abstrato não são naturais nem algo a que todos têm acesso. Em sociedades como a brasileira, essas competências são, antes de tudo, verdadeiros *privilégios de classe*. (Souza, 2021, p.18)

Por fim, fechando a tríade que ora nos interessa neste trabalho, temos o capital social que *grosso modo* “se refere às relações pessoais que se criam no meio caminho entre interesse e afetividade [...] e que representam alguma vantagem na competição pelos recursos escassos para quem as possui” (Souza, 2017, p. 91). De acordo com a análise de Bourdieu,

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade. O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico). (Bourdieu, 1979 in Nogueira, M. A.; Catani, A., 1998, p.67)

Percebe-se então que, ao lado do capital econômico, outros capitais também se fazem presentes para a organização e direcionamento da hierarquia social no mundo moderno, bem como, para o estabelecimento de uma posição mais ou menos influente na sociedade. Garantir uma posição de hegemonia por parte de um grupo ou classe, portanto, exige a posse e a manutenção de mais do que um desses capitais.

Segundo Souza (2017), como a “luta pelo acesso a esses capitais constrange os muito ricos como constrange a todos”, em qualquer período, para se fazerem hegemônicas, as “classes dominantes devem possuir os três capitais em alguma medida para reproduzir seus privilégios no tempo” (p. 93).

Nota-se novamente o papel central da socialização familiar na facilitação da transmissão desses capitais e, portanto, para o estabelecimento dos diferentes “pontos de partida” dos indivíduos no interior da sociedade moderna e de suas disputas sociais. E é justamente esta diferença de “pontos de partida” que permitiu, de acordo com Souza (2017), a reprodução incessante das desigualdades de classe no Brasil com o decorrer e ao longo do tempo. É, portanto, como já ressaltado anteriormente, no tipo de socialização familiar que encontramos a explicação fundamental para o entendimento das classes e sua dinâmica na hierarquia social moderna, reproduzindo em alguns casos o privilégio recebido de mão beijada e, em outros, a própria inadaptação social.

Nesse sentido,

Nas nossas classes abandonadas, a produção desde o berço, ao contrário das classes de privilégio, é do inadaptado à competição social em todos os níveis. Primeiro, a herança vem de longe. Essa classe descende dos escravos ‘libertos’ sem qualquer ajuda, que se junto a uma minoria de mestiços e pobres brancos também com histórico de abandono. Embora a dominação agora seja de classe e não de raça, a raça e o odioso e covarde preconceito racial continuam contando de um modo muito importante. A nossa ‘ralé’ atual de todas as cores de pele é o inadaptado à competição social que herdou todo o ódio e desprezo que se devotava ao negro antes. (Souza, 2017, p. 99)

Cabe destacar ainda que, de acordo com Souza (2017), as camadas populares não foram somente abandonadas após a Abolição, elas foram “humilhadas, enganadas, tiveram sua formação familiar conscientemente prejudicada e foram vítimas de todo o tipo de preconceito” (p. 89). Trata-se, portanto, de um mecanismo sociocultural de reprodução de privilégios e das desigualdades de classes ligado à “nossa herança escravocrata, que agora é usada para oprimir todas as classes populares independentemente da cor da pele, ainda que a cor da pele negra implique uma maldade adicional” (p. 89).

Como a produção da desigualdade de classe desde o berço é reprimida tanto consciente quanto inconscientemente, é o estereótipo do negro, facilmente reconhecível, que identifica de modo fácil o inimigo a ser abatido e explorado. O 'perigo negro' usado como senha para massacrar indefesos e quilombolas durante séculos é continuado com outros meios no massacre aberto, e hoje aplaudido sem pejo, de pobres e negros em favelas e presídios. Ainda mais um ponto. Como houve continuidade sem quebra temporal entre a escravidão, que destrói a alma por dentro e humilha e rebaixa o sujeito, tornando-o cúmplice da própria dominação, e a produção de uma ralé de inadaptados ao mundo moderno, nossos excluídos herdaram, sem solução de continuidade, todo o ódio e o desprezo covarde pelos mais frágeis e com menos capacidade de se defender. (Souza, 2017, p. 83)

O entendimento sobre a relação entre socialização familiar e a hierarquia social no mundo moderno, portanto, é fundamental não somente para entendermos as classes sociais, mas também é imprescindível para vislumbrarmos as complexas relações entre a questão de classe e a questão racial no Brasil. Por consequência, é fundamental também para refletirmos sobre aspectos relacionados ao racismo em nossa sociedade e como o mesmo, de acordo com Souza (2021), "criou o Brasil". Isso porque em países como o nosso, com um longo passado escravocrata, não há como separar os preconceitos de raça e de classe, visto que as classes excluídas, "mesmo que existam minorias de todas as cores entre elas, são uma forma de continuar a escravidão e seus padrões de ataque covarde contra populações indefesas, fragilizadas e superexploradas" (Souza, 2017, p.82).

Nesse sentido, segundo Souza,

Para se falar de racismo no Brasil e em qualquer lugar deste mundo, é necessário perceber, antes de tudo, o amálgama inextricável entre classe social e raça, senão não poderemos compreender como o sucesso e o fracasso social já estão embutidos na socialização familiar e escolar primária da classe/raça negra e pobre. No Brasil, esse amálgama constrói uma classe/raça de condenados à barbárie eterna. Uma classe/raça de 'novos escravos'. E qualquer tentativa de possibilitar sua inclusão social ou resgatá-la, como fizeram Vargas e Lula, irá produzir golpes de Estado que buscam mantê-la eternamente exploradas, oprimida e humilhada. (Souza, 2021, p. 20)

Estes condicionamentos sociais, entretanto, não determinam de modo imutável o movimentos dos indivíduos enquanto agentes sociais com interesses e objetivos. A organização desses indivíduos em grupos, por exemplo, possibilita-lhes maiores e mais amplas possibilidades de ação sobre o mundo social. Como a população a negra, ao longo de todo este período que descrevemos e até posteriormente, se utilizou das

diferentes possibilidades abertas pela sociedade moderna em consolidação é o próximo tema que precisamos tratar. De qualquer forma, cabe ressaltarmos sua atividade e organização estabelecendo assim seu protagonismo, como afirma Domingues (2019), na cidade de São Paulo.

2. A FRENTE NEGRA BRASILEIRA E A ORGANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NO INTERIOR DA MODERNIDADE CONSERVADORA BRASILEIRA

2.1 A organização da população negra frente aos desafios cotidianos

A organização da população negra para a reivindicação de direitos, liberdades e alternativas mais dignas de vida sempre ocorreram ao longo de sua história no Brasil, remontando ao período colonial por meio das muitas formas de resistência à escravidão, por exemplo. As variadas alternativas de ação, que vão desde manifestações sutis, como a resistência a aderir ao ritmo de trabalho intenso ou a preservação de elementos socioculturais afrocentrados, até embates mais explícitos, como as fugas, as revoltas e/ou a formação de quilombos, demonstram a variedade das formas com as quais a população negra lidou com as dificuldades e contradições cotidianas. Na visão de João José Reis e Eduardo Silva (1989), estas manifestações refletiram um complexo e variado quadro de negociações e conflitos que demonstraram “sua resistência permanente a ser um mero objeto nas malhas do sistema” (p. 7).

Desse ponto de vista, estas diferentes formas de organização caracterizaram-se como manifestações de indivíduos concretos, dentro das limitações e possibilidades que a própria realidade material colocava e, por isso, às vezes de maneira avassaladora tendendo ao imutável, outras vezes, passível de luta e de transformação. Indivíduos, portanto, que não podem ser percebidos simplesmente por uma ótica dicotômica, como heróis ou vítimas passivas das circunstâncias, mas sim como agentes sociais na busca de alternativas para o fazer de sua própria história e, conseqüentemente, com ações que iam desde “formas explícitas de resistência física (fugas, quilombos e revoltas), passando pela chamada resistência do dia-a-dia – roubos, sarcasmos, sabotagens, assassinatos, suicídios, abortos –, até aspectos menos visíveis, porém profundos, de uma ampla resistência cultural” (Reis & Silva, 1989, p. 62).

Desta perspectiva, então, entende-se como estes indivíduos, ora tiveram condições de subverter ou transformar aspectos da ordem imposta, ora tiveram de se acomodar à realidade tantas vezes opressora e cruel, mas tanto em um quanto noutro

caso, demonstraram alternativas, que em boa medida, foram criadas ou forçadas por eles próprios no seu viver e fazer cotidianos. Nesse sentido, quanto ao período da escravidão, é importante a observação dos autores supracitados para quem

Os escravos não foram vítimas nem heróis o tempo todo, se situando na sua maioria e a maior parte do tempo numa zona de indefinição entre um e outro pólo. O escravo aparentemente acomodado e até submisso de um dia podia tornar-se o rebelde do dia seguinte, a depender da oportunidade e das circunstâncias. Vencido no campo de batalha, o rebelde retornava ao trabalho disciplinado dos campos de cana ou café e a partir dali forcejava os limites da escravidão em negociações sem fim, às vezes bem, às vezes malsucedidas. (Reis & Silva; 1989, p. 7)

Estes expedientes utilizados pelos escravizados e escravizadas devem ser entendidos, portanto, de acordo com a perspectiva dos autores mencionados, como procedimentos de barganha que se relacionavam a variadas esferas da vida, não se limitando somente ao aspecto propriamente material, mas atrelado também a aspectos de caráter cultural e espiritual, demonstrando formas de disputa que ultrapassavam assim o mero sobreviver.

Em outras palavras, entende-se estas formas de negociação e conflito como elementos indispensáveis à (auto)organização da população negra na busca de alternativas para uma vida mais digna, de preservação e de afirmação de aspectos identitários ligados a seu passado e a seu presente. Aspecto este, responsável também, pelos vários processos de sincretismo observados nas mais variadas esferas da cotidianidade, como a religiosa, a linguística, a culinária, a musicalidade, entre outras. Processos estes que, por isso, resultaram não somente da preservação de elementos culturais trazidos de África, mas também da incorporação e transformação de elementos culturais outrora impostos e que se tornariam ao longo do tempo, em não poucos casos, elementos da manutenção de suas próprias raízes.

Constata-se, pois, a partir desta perspectiva, como este procedimento de negociação foi central para a organização e para as reivindicações da população negra, em muitos casos mais importante até do que a luta aberta contra o sistema, numa espécie de heroísmo prosaico do cotidiano, demonstrando que mesmo na escravidão, apesar “das chicotadas, das dietas inadequadas, da saúde seriamente comprometida ou do esfacelamento da família pela venda, os escravos conseguiram viver o seu dia-a-dia” (Graham *apud* Reis; Silva; 1989, p. 13).

Cabe destacar, entretanto, que apesar das variadas formas “de viver o seu dia-a-dia”, um dos elementos centrais de organização no interior do meio negro, antes, durante e também após a escravidão, foi o expediente da associação entre pares, já que por meio dessa cumplicidade e coletividade, seria possível vislumbrar maneiras mais amplas e efetivas de resistência e de preservação de certos elementos materiais, socioculturais e identitários. Chegamos, portanto, à questão do associativismo negro, fundamental para os movimentos de barganha, de negociação e de conflito, por meio dos quais os negros, em coletividade, puderam criar alternativas não somente para continuidade de sua existência, mas também para exigir direitos, ampliando aquilo que atualmente se denomina cidadania (Silva, 2010).

Em seu artigo acerca dos significados em torno da ideia de associativismo negro, Mario Augusto Medeiros da Silva (2010) deixa explícita a existência de diferentes formas de associativismo negro ao longo da história do Brasil, como demonstra a citação abaixo, afirmando ainda que para se entender o quadro associativo do século XX, faz-se necessário um olhar atento às formas de associação dos negros no passado, de modo a estabelecer continuidades no sentido de uma memória associativa coletiva.

Associativismos negros em prol de um fim coletivo fazem parte da história política, religiosa e cultural brasileira. Estão presentes no período colonial, imperial e republicano as irmandades leigas católicas (desde o século XVIII, como as de Boa Morte, do Rosário dos Homens Pretos, de São Benedito etc.), a imprensa negra (desde o século XIX); clubes e sociedades beneficentes, recreativos, protetivos negros (criados em meados do século XIX) na Bahia, em Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul etc., além dos mais conhecidos como espaços de religiosidade africana, encontrados no candomblé (desde o século XIX em São Paulo...). Tais associações figuram na paisagem social organizando redes de solidariedade e troca de ideias, acompanhando a luta por direitos, antirracista e antidiscriminatória. (Silva, 2021, p. 445)

Também Andrews (1998), em sua obra sobre as relações entre negros e brancos em São Paulo, reportando-se ao período que vai de fins do século XIX a fins do século XX, destaca bem o aspecto ressaltado, caracterizando a vida associativa dos negros no Brasil como muito rica e variada, central para a manutenção e satisfação de muitas necessidades da população negra, cujas raízes se encontrariam ainda no período colonial. Nas palavras desse autor,

Mesmo quando escravos, os africanos e os afro-brasileiros encontraram maneiras de se reunir em associação com seus pares. Algumas formas organizacionais por eles empregadas – como a capoeira e o candomblé – eram secretas e subreptícias; outras como as irmandades religiosas organizadas sob a égide da Igreja Católica, eram abertas e públicas, e toleradas pela sociedade em geral. Todas tinham como objetivo satisfazer as necessidades culturais, religiosas, econômicas e humanas de um povo que vivia e trabalhava sob condições de exploração extrema. (Andrews, 1998, p. 218)

Estas formas de negociação e de associação levadas à cabo pela população negra desde a época da escravidão, de acordo com Reis e Silva (1989), chegavam inclusive a revelar conhecimentos sobre mecanismos jurídicos e sociais bastante complexos, demonstrando a perspicácia de alguns destes indivíduos quanto ao funcionamento legal e burocrático da sociedade e contrapondo-se, portanto, à percepção de que a população negra escravizada encontrar-se-ia paralisada ou atomizada perante às imposições da estrutura social.

Além disso, esta perspectiva permite-nos também entender como a população negra em diferentes períodos, por meio de sua organização, conseguiu utilizar elementos da própria ordem social para o usufruto de vantagens e liberdades tantas vezes negadas a ela. Demonstra, em outras palavras, como a resistência da população negra às agruras do cotidiano não se fizeram somente por meio do rompimento ou negação do sistema, mas também do uso de suas brechas para benefício próprio, num misto de absorção e transformação, pelo menos em partes, da lógica estrutural.

A utilização de elementos e mecanismos de caráter social e comportamental considerados hegemônicos em cada período, portanto, não pode ser visto como mera reprodução ou adequação à estrutura social dominante. Do ponto de vista aqui levantado, estas manifestações podem, inclusive, ser entendidas como aspectos de subversão do sistema social imposto, de cima para baixo, aos mais variados indivíduos. A citação abaixo, por exemplo, referente ainda ao período colonial, demonstra claramente este aspecto.

A iniciativa dos escravos revela-se, ainda, quando recorrem às autoridades – seja através das irmandades do Rosário, que se organizam desde a era colonial, seja, mais tarde, através dos clubes abolicionistas – contra o arbítrio ou desonestidade dos senhores. A luta, às vezes, podia fazer-se também à moda burguesa, através de pressões para o cumprimento de leis. Felizarda, por exemplo, recorreu ao Poder Judiciário contra Ana Maria da Conceição,

sua proprietária, que pretendia abocanhar as economias que amealhara para comprar a própria liberdade. Já Carlota, que pertenceu a Lino Ferreira, obteve a liberdade em Juízo conseguindo provar que tinha sido importada depois da Lei de 1831 – uma lei apenas para ‘inglês ver’, como se dizia – e lutava, ainda, pela libertação de seus três filhos. (Reis; Silva; 1989, p. 18)

Percebe-se, com isso, um elemento que pode ser considerado central e de extrema importância na dinâmica de resistência e organização da população negra no Brasil, quer seja, que estas se refletem tanto nas formas de subversão aberta em relação sistema quanto no processo de adaptação, incorporando elementos da estrutura sociocultural dominante com vistas a uma maior mobilidade e mais cômoda existência social. Uma incorporação, no entanto, ativa e seletiva, refletindo, por isso, uma relação dialética entre a subversão da ordem e a integração ao meio social. Destaca-se, portanto, o caráter político das manifestações negras, já que estas se organizavam com vistas à conquista de autonomia e reconhecimento social.

O elemento de negociação e barganha, desse modo, foi, e será também em outros contextos – como, por exemplo, no que se refere ao início do século XX em São Paulo, período que nos ocupamos no presente estudo –, um dos principais expoentes das relações entre negros e brancos, bem como, entre a população negra e o sistema econômico, político, social e cultural como um todo. É por isso um dos elos que nos permitem observar as formas de organização da população negra ao longo de sua história, com suas permanências e transformações no decorrer do tempo.

Permite-nos, ainda, estabelecer mais especificamente a ideia de associativismo negro, ou seja, como explana Silva (2021), ligados ao querer e fazer coletivos de frações do grupo étnico negro, organizados em certos espaços e em torno objetivos “voltados para os interesses do grupo que procuram representar, em grande medida reivindicativos de direitos de cidadania e respeitabilidade da diferença social de existência” (p.446). Perspectiva que coaduna com as percepções de Domingues (2018), refletidas no trecho abaixo:

Todas tinham como objetivo satisfazer necessidades sociais, econômicas, culturais, religiosas e humanas de um segmento populacional que vivia em condições adversas [...] As associações negras não se limitaram a denunciar problemas, mas tentaram apontar caminhos para superá-los. Diversas foram as soluções preconizadas: o soerguimento moral, a melhora do nível educacional e cultural, a valorização da subjetividade, relacionada à

construção de identidades; a necessidade de protestar diante das injustiças e de atuar politicamente. Contudo, a principal solução advogada foi a união, considerada pré-requisito para os negros se fortalecerem, conquistarem espaço na sociedade e, assim, superarem problemas comuns que enfrentavam. (Domingues, 2018, p. 119)

No que tange ao contexto que mais nos interessa nesse trabalho, isto é, a transição para o século XX e a consolidação do sistema capitalista e da sociedade de classes, o recurso ao expediente da união e da negociação por parte da população negra não será diferente. Também não o serão os aspectos de subversão e integração à ordem estabelecida. Todavia, pela própria estrutura organizacional da sociedade à época, os modos de negociação e de barganha assumirão outros vieses, mas sempre refletindo o intuito de se construir “modos de viver seu dia-a-dia” como referido anteriormente.

Dessa forma, como debate Andrews (1998) como a Abolição ocorrida em fins do século XIX não respondera a muitas das demandas da população negra, gerando ademais outras, impôs-se à população negra a necessidade de se organizar sob condições diferentes daquelas utilizadas no período escravista, com graus variados de liberdade e atuação. Assim, apesar do contexto desfavorável em que se encontrava a população negra, principalmente no que se refere à inserção na estrutura produtiva formal, à concorrência desigual com os imigrantes e a organização formal da vida nos moldes exigidos pela sociedade competitiva, observa-se, a partir de meados da década de 1920, uma multiplicação dos grupos e organizações da população negra em São Paulo.

Nesse sentido, fazem-se pertinentes as palavras de Domingues (2019), com relação à atividade e à organização da população negra no período pós-Abolição e princípios do século XX em São Paulo, que demonstrava, portanto, formas de ser e viver muitas vezes divergentes das normas padrões da sociedade competitiva, todavia, nem por isso, que devessem ser consideradas como desajustadas ou disfuncionais. Formas estas, então, que forçavam uma abertura maior da estrutura social, assim como, do próprio entendimento do conceito de cidadania.

As mulheres e os homens negros lutaram para manter a rédea de suas vidas nas mãos, enfrentando os desafios do destino. Desenvolveram gramáticas culturais e repertórios políticos próprios, foram protagonistas de vários projetos de liberdade e cidadania, forjaram trajetórias (individuais e coletivas),

tramas e narrativas multifacetadas, desempenharam múltiplos papéis sociais e construíram experiências identitárias singulares. (Domingues, 2019, p. 23).

Demonstra-se, assim, por parte da população negra, não uma apatia ou anomia tantas vezes associada a ela no período pós-Abolição – interpretação, aliás, ligada a Fernandes (1965) –, mas, ao contrário, ressalta-se o protagonismo do negro em São Paulo, através de sua união, sua organização e da busca por alternativas de (sobre)vivências, responsáveis pela manutenção, em maior ou menor grau, de aspectos socioculturais e identitários muitas vezes ligados a suas ancestralidades e não à imposição de símbolos e percepções dessa modernização conservadora que se consolidava então no Brasil e, mais especificamente, no sudeste.

Mesmo não dando ênfase a este aspecto do protagonismo negro em São Paulo, Florestan (1965) foi sensível à observação do papel das associações negras em princípios do século XX, relatando que no “período de 1927 a 1945 surgiram várias associações, beneficentes, culturais ou recreativas, e muitas delas fomentaram campanhas ou realizações com objetivos práticos.” (p.34). Assim, apesar de muitas delas, nesse primeiro momento, terem um período relativamente curto de existência, sua presença demonstra inegavelmente como

... os afro-brasileiros aproveitaram sua nova liberdade para começar a criar novas organizações [...] através das quais poderiam prosseguir com suas danças e encontros. Estas organizações variavam consideravelmente em seu caráter e organização, dependendo da origem de classe e das aspirações sociais de seus membros. Algumas eram agregações informais de negros pobres da classe operária que se reuniam regularmente para tocar música, dançar e conversar. Desses encontros originaram-se os ‘grupos de Carnaval’ – precursores das atuais escolas de samba. (Andrews, 1998, p. 219-220)

O aspecto associativo, portanto, que permitiu a aglutinação da população negra para os mais diversos fins é, aqui também, um elemento central das organizações negras no período e, mesmo que em muitos dos casos não demonstrassem um caráter propriamente político, constituíram-se como um dos elementos de continuidade histórica com relação às organizações do passado escravista, perspectiva que também é compartilhada por Silva (2021). Percebe-se ainda como o caráter associativo permite uma comunhão de interesses e ideais, aparecendo como espaço para elaborações coletivas, independente se de caráter especificamente

político ligado às condições socioeconômicas adversas, ou de caráter mais lúdico ligado a espaços de lazer e divertimento.

Nesse sentido, no que tange à importância e aos objetivos dessas associações em São Paulo no início do século XX, Pahim Pinto (2013) afirma que estas agremiações, bem como, os jornais e periódicos criados por algumas delas, se constituíram em espaços potenciais para a conscientização da população negra; “as associações por reunirem pessoas que partilhavam dos mesmos problemas, e os jornais, por darem espaço àqueles que tratavam desses problemas” (p. 64).

Vê-se, pois, apesar da variedade das formas de associação, presentes os elementos centrais de organização, de socialização e de reivindicação coletivas, abrindo espaço para a criação de discursos próprios e em torno de uma lógica de pertencimento e identidade. O que nos leva então, a destacar novamente as contribuições de Domingues acerca do tema, para quem “associativismo é uma noção dinâmica envolvendo um processo contraditório e conflitivo que combina resistência, assimilação e (re)apropriação de ações coletivas e formas organizativas para a defesa dos interesses específicos do grupo” (2014, p. 254). E ainda:

Em comum, esses distintos agrupamentos construíram projetos por meio dos quais as pessoas se sentiam parte de um mesmo grupo e se identificavam mutuamente, forjaram solidariedades fluidas e contingenciais, (re)inventaram tradições que alimentavam suas práticas sociais, estabeleceram diálogos entre si e com as agências do Estado e da sociedade civil, sem contudo deixarem de proclamar os interesses sociopolíticos e direitos civis dos “homens de cor” na esfera pública. (Domingues, 2014, p. 271)

Esta percepção, mesmo que um ponto de vista teórico diferente, encontra eco também na interpretação de Fernandes (1965), para quem as associações negras tiveram um importante papel no processo de adaptação e mobilidade dos negros na sociedade de classes em consolidação naquele período. Nesse sentido, de acordo com este autor,

A proliferação de associações recreativas, culturais e beneficentes teve importância bem definida na ressocialização do ‘homem de cor’. Essas associações não só alargavam a área de contactos internos no ‘meio negro’; elas difundiam e consolidavam novos padrões de vida, que contribuíram para aumentar o auto-respeito do ‘negro’ por si mesmo, seus laços de solidariedade e, especialmente, a insatisfação pelo fato de ver-se posto à margem no seio da sociedade inclusiva. (Fernandes, 1965, p. 30)

Lembremos novamente que, no período em questão, princípios do século XX, a população negra esteve abandonada à própria sorte, tendo de encontrar meios próprios para sua integração à vida socioeconômica e ao cotidiano cada vez mais marcados por relações de competitividade e individualismo atrelados à sociedade de classes. As diferentes formas de associação da população negra, por isso, permitiram a criação de alternativas para socialização e conscientização dessa parcela da população num contexto marcado pela crescente desarticulação dos laços e relações tradicionais de solidariedade.

Nesse sentido, como demonstra Domingues (2019), também os clubes e bailes dos afro-paulistas, como instituições informais, tiveram uma grande importância preenchendo lacunas socioculturais de grande relevo, caracterizando-se como espaços “de sociabilidade, de troca de experiências, de (re)definição de identidades, de atualização das tradições, de produção de símbolos culturais afro-diaspóricos e de lazer” (p.65). Permitiram, assim, espaços de convivência e de lazer não orientados pelo racismo e pelas hierarquias sociais e raciais impostas pela então sociedade de classes paulistana.

Este ponto de vista, referente à importância das associações negras para a aglutinação e criação de redes de apoio entre os indivíduos, é refletida também nas entrevistas concedidas à Márcio Barbosa por pessoas ligadas à Frente Negra Brasileira e reproduzidas em seu trabalho “Frente Negra Brasileira: depoimentos”. Encontramos ali indicações bem explícitas no sentido de como esta organização possibilitou uma articulação entre diversos membros da população negra paulistana, reforçando assim os argumentos anteriormente levantados.

A Frente Negra tornou-se a minha segunda casa. Tinha sido fundada na praça da Sé e sua sede era na Liberdade. Eu estava lá todas as noites. Era mocinho ainda, aquele movimento todo me entusiasmava. Num aniversário da Frente, vieram aquelas delegações de cidades do interior, a rua da Liberdade ficou lotada, a Frente alugou bondes pra ir buscar o pessoal na estação de trem. O que atraía a gente era aquele aspecto de grandeza, quer dizer, o conteúdo político só muito tempo depois a gente conseguiu compreender. (Aristides Barbosa *apud* Barbosa, 2017, p.1 7-18)

Eu entrei para a Frente Negra Brasileira mais ou menos em 32. Eu ainda era menor de idade, estava na adolescência. Eu tinha amigos ali, era perto de casa e achei bem interessante aquilo. Embora não tivesse conhecimento político, achei interessante porque, em princípio, era oferecida a oportunidade de se ter uma associação com rapazes e moças e também havia o aprendizado de algumas coisas interessantes como música, alfaiataria, ler e

escrever bem. Havia muitas pessoas que iam lá e não sabiam ler e escrever, muitas pessoas com as quais eu fazia um relacionamento. (Marcelo Orlando Ribeiro *apud* Barbosa, 2017, p. 82-83)

Foi uma felicidade ter conhecido a minha senhora lá. O pessoal se conhecia nas festas, nas reuniões domingueiras. Quando chegava o domingo, em vez de você ir para o cinema, você ia para a Frente Negra. Passava umas horas divertidas porque ali havia aqueles meninos inclinados a cantar, a fazer exibição de sapateado, às vezes os dirigentes faziam palestras. Começava às oito horas, ficava-se ali até dez e meia, às onze horas vinha-se embora. Lá podia entrar qualquer um, quem chegasse era bem recebido. (Placidino Damaceno Motta *apud* Barbosa, 2017, p. 107)

As associações negras no período estudado, dessa forma, por seu caráter associativo e por suscitarem em seus membros uma visão comparativa entre a situação do negro e de outros estoques raciais e étnicos em constante relação na sociedade paulistana, contribuíram grandemente “para que se solidificasse entre os negros o sentimento de pertencimento a um grupo, a consciência da sua situação, das discriminações que o afetavam e, sobretudo, para que o negro começasse a reivindicar os seus direitos, a protestar contra aquilo que o incomodava” (Pinto, 2013, p. 64).

Segundo Fernandes (1988 in 2017), este contexto de efervescência associativa da população negra verificado nas primeiras décadas do século XX, somado à percepção dos negros acerca das oportunidades de ascensão abertas aos imigrantes em detrimento das suas, criaram as bases para que alguns indivíduos do meio negro, congregados em agremiações de caráter mais especificamente político, desenvolvessem então uma percepção mais crítica da realidade socioeconômica do negro e, principalmente, da existência e dos efeitos do preconceito de cor na sociedade, permitindo, por isso, cada vez mais sua movimentação contra este estado de coisas. Assim, nas palavras do próprio autor,

O negro entrou na corrente histórica e interrogava-se por que o imigrante tivera êxito e a massa negra continuava relegada a uma condição inferior e iníqua. Surgem, assim, as primeiras sondagens espontâneas do ‘meio negro’, feitas por intelectuais negros, e os primeiros desmascaramentos contundentes. O ‘preconceito de cor’ entra em cena, na consciência social negra, como uma formação histórica. Nem as sondagens eram superficiais nem as respostas contingentes. O negro elabora uma radiografia racial da sociedade brasileira e é com base nos resultados dessa radiografia que ele se insurge contra o paternalismo, o clientelismo e a expectativa de conformismo dos brancos das classes dominantes. (Fernandes, 1988 in 2017, p. 57-58)

2.1 Associações negras e o caráter político da organização do meio negro em São Paulo no século XX

Pelo que foi visto até aqui é inegável a importância que o caráter associativo das primeiras organizações teve para a população negra paulistana no período ora estudado. Contudo, é necessário ressaltar que, do ponto de vista da criticidade para com a realidade social e racial, as mais importantes delas visavam objetivos mais amplos do que puramente a união de pessoas para a diversão, entretenimento e/ou lazer, apesar da importância que estes elementos tiveram para a população negra de modo geral. Vislumbra-se, então, em algumas dessas organizações um caráter mais propriamente político, ligado à preocupação com relação à situação socioeconômica, cultural e racial vivenciada pela população negra de maneira geral.

É nesse rol que se insere a Frente Negra Brasileira, organização criada em 1931 e que tinha como uma de suas principais bandeiras a “integralização absoluta, completa, do negro, em toda a vida brasileira (política, social, religiosa, econômica, militar, diplomática, etc.)”. (Arlindo Veiga dos Santos, “A Frente Negra Brasileira e um artigo do sr. Austregesilo de Athayde”, *A Voz da Raça*, ano 1, n.2, 25/03/1933, p.1). Nota-se, portanto, sua preocupação com uma efetiva integração socioeconômica e cultural da população negra, haja visto a persistência da discriminação e a situação de marginalização a que era submetida boa parte da mesma no período destacado.

Este aspecto integracionista, aliás, não se ligava somente à F.N.B, mas também a outras organizações negras do período, que formulavam, assim, em seu conjunto, uma perspectiva de integração não completa e intrinsecamente ligada aos padrões impostos pela estrutura socioeconômica e cultural, mas, principalmente, como um primeiro passo na busca por sua transformação e democratização efetivas. Daí a perspectiva de que esta postura traz consigo elementos não somente de integração, mas também de subversão à ordem estabelecida.

Percebemos este duplo aspecto relativo à integração também na interpretação de Regina Pinto (2013) acerca dos objetivos perseguidos pelas associações negras. Segundo a autora, num primeiro momento, marcados pela experiência do “preconceito de cor”, os negros associados pensavam em si mesmos, em sua situação e nos fatores responsáveis pela mesma, buscando sua inclusão na sociedade de classes.

Já num segundo momento, impulsionado mais precisamente por uma identidade negra, o associativismo negro passou direcionar suas atividades para uma questão mais étnica centrada em suas raízes afro, metamorfoseando-se, portanto, e assumindo uma postura de crítica e de questionamento da própria sociedade de classes e de suas contradições. Vê-se, pois, nitidamente, como os elementos de integração e subversão estão presentes de forma concomitante nessas associações, bem como, os elementos ligados ao caráter socioeconômico e também étnico e identitário.

Na observação e análise dos fascículos do jornal A Voz da Raça, por exemplo, periódico oficial da Frente Negra Brasileira, observa-se muitas vezes este aspecto crítico ligado à percepção da realidade socioeconômica lado a lado a aspectos da questão racial. O trecho reproduzido abaixo, construído utilizando como subterfúgio indagações dirigidas à população negra, exemplifica bem o que viemos explanando.

Patrício negro!
O Sr. está contente com a sua situação social atual?
Vive bem?
Não sofre contínua diminuição por toda parte?
É o senhor respeitado pelos brancos?
Tem o seu salário garantido?...
E a sua instrução como anda? Sabe lêr bem, escrever e contar?... Tem profissão? Más suponhamos que o sr. tenha tudo quanto é bom. E que é que o sr. espera de futuro para seus filhos?
[...]
E na doença? E na invalidez se o sr. por qualquer desgraça na vida, não puder mais ganhar para o sr. e para os seus?
[...]
Os srs. todos não pódem proteger-se sósinhos, e fiquem certos de que, estando cada negro separado para um lado, ninguém cuidará dêles. É preciso união que cooperativamente facilitará tudo, cada vez que um precisar.
(Pensando na Vida, A Voz da Raça, Ano I, n.12, 10/06/1936)

Observa-se no trecho, não somente a percepção crítica quanto à situação socioeconômica do negro, relacionando-se, portanto, a aspectos de ordem econômica e racial, mas também a referência à necessidade de união dos negros como única alternativa para a mudança dessa realidade social, reportando-nos novamente para a concepção do associativismo negro em São Paulo como promotor de coletividade e de alternativas para os dilemas cotidianos.

No trecho abaixo, retirado de outro artigo do periódico A Voz da Raça, ficam claras as percepções relativas às diferenças de oportunidades encontradas por

negros e brancos na cidade de São Paulo, enfatizando-se ainda o papel da Frente Negra no auxílio a este processo de percepção.

É preciso um impulso forte de maldade e inconsciência para afirmar que no convívio social, o negro gosa das mesmas prerrogativas e regalias que o branco.

E a sua má condição, sob todos os pontos de vista, advem exatamente da relegação em que é tido, criando-se-lhe dificuldades e entraves para tudo: - *para trabalhar, para viver, para respirar. O preconceito de côr, repito – e o negro o sabe – não é inspirado nas magnanimas leis nacionais: – é fogo ateadado com lenha particular da sociedade.*

E a finalidade da *Frente Negra Brasileira*, é construir um imenso reservatório de água capaz de apagar para sempre essa fogueira.

Depois do seu arduo trabalho – quando lhe dão – é quase sempre mesquinhamente remunerado, continua na senzala do seu cortiço. (Isaltino Veiga dos Santos, “Liberdade Utópica”, A Voz da Raça, ano 1, n.9, 13/05/1933, p.1)

É visível no trecho, a percepção crítica com relação a como os fatores socioeconômicos, advindos de sociedade que simplesmente virava às costas ao negro, misturavam-se intimamente a elementos de caráter racial. Nota-se ainda, como o entendimento da concomitância destes fatores leva a necessidade de iniciativas que envolvendo no mesmo plano elementos raciais e socioeconômicos, isto é, ligados ao combate ao racismo e à discriminação, bem como, à inserção na sociedade em condições de igualdade de direitos. Cabe ressaltar ainda o papel atribuído à F.N.B. nesse processo de desvelamento, organização e luta da população negra paulistana.

Os trabalhos de Pahim Pinto (2013) e Fernandes (1965), apesar das diferenças teóricas e de concepção, concordam que o desenvolvimento desta perspectiva mais crítica e política por parte de algumas associações foi decorrência da atuação de apenas uma pequena parcela da população negra paulistana que assumiu uma posição mais combativa com relação à situação em questão. Esta elite, por assim dizer, oriunda do que poderíamos considerar uma classe média negra, posicionava-se “a respeito da situação do negro brasileiro, explicitando, analisando e propondo soluções para os problemas que, de acordo com sua visão, afetavam [toda] a população negra à época” (Pinto, 2013, p. 63).

Nas palavras de Pahim Pinto, observando o contexto em questão,

Foi principalmente através das associações negras e, sobretudo, de uma imprensa ativa e combativa, cuja existência se confunde com essa tomada de posição, que essa elite exerceu, ou pelo menos tentou exercer, um papel

conscientizador da população negra perante os seus problemas, como também estimulou a sua reação e, ao mesmo tempo, iniciou, ainda que de modo ambíguo, a luta para que o negro se assumisse enquanto tal, procurando mostrar-lhe o seu valor e os seus direitos. (Pinto, 2013, p. 63)

Apreende-se do trecho acima, além do aspecto ressaltado no parágrafo anterior, também a importância e centralidade da imprensa negra no sentido de ampliar os objetivos e o alcance das demandas e das propostas de algumas associações para a população negra de modo geral. Nesse sentido, como argumenta Santos (2012), os jornais foram paulatinamente ganhando feições mais políticas passando a exercer ações de cunho político-reivindicatório, como ocorreram, por exemplo, com o *Clarim da Alvorada* e *A Voz da Raça*, este último, objeto de análise em nosso estudo.

Santos (2012) enfatiza, então, o papel da imprensa negra no processo de tomada de consciência e de posição por parte de alguns setores da população negra paulistana, visto que “esses ‘papéis’ foram o meio que aqueles sujeitos encontraram para comunicar publicamente alguns de seus códigos e para comunicar à sociedade o repúdio às desigualdades sociais e à discriminação sofrida pelos ‘pretos e pardos’(...)” (p.100). Ainda nas palavras do autor,

Foi por meio de sua imprensa que o negro conseguiu expressar sua opinião, expor sua cultura, mostrar suas reivindicações e pôde fazer comentários e críticas sobre determinados assuntos. E, na medida em que a população negra soube potencializar aqueles jornais como um instrumento para efetivação de seus interesses, ela conseguiu criar o indivíduo consciente e ciente de seus ‘direitos e ‘deveres’ na sociedade. A imprensa negra conseguiu criar o cidadão negro ciente e consciente de sua condição de ‘cidadão negro’.” (Santos, 2012, p. 103)

Além disso, ao se apropriar de mecanismos de comunicação ligados à cultura letrada, modelo cada vez mais hegemônico na sociedade moderna, bem como, enfatizando o papel da instrução para a educação e a aceitação do negro socialmente, podemos aferir que, mesmo que de uma maneira não completamente consciente da amplitude dessas ações, estes segmentos da população negra agiam no sentido possibilitar a aquisição e o usufruto daquilo que Bourdieu (1979 in: Nogueira & Catani, 1998) denominou capital cultural, isto é, o conhecimento útil ou de prestígio que, segundo Souza (2017), no caso da cultura letrada, tornou-se crescentemente um instrumento de diferenciação e de ascensão sociais na modernidade.

Veja-se, nesse sentido, o trecho de artigo abaixo, relacionado a importância da escola e da instrução para vida em sociedade nos moldes modernos.

[...] A escola é o recinto sagrado onde vamos em comunhão buscar as ciências, artes, música, etc. É na escola que encontramos os meios precisos para nos fazer entendidos pelos novos irmãos. Somos seus fiéis discípulos e os mestres sacerdotais amáveis que nos dão a luz do saber. Para eles devemos a nossa educação em geral. Esta é a perfeição da educação. A perfeição da educação é a instrução combatida com polidez é o bem viver e a ciência unida a virtude. Oh pais! Manda vossos filhos ao templo da instrução intelectual! – ‘a escola’ não os deixe analfabetos como dantes! Hoje temos tudo, aproveitai as horas noturnas se os trabalhos vos impedem. Ide à escola! Aproveitai o precioso tempo para engrandecer a nossa raça e nosso querido Brasil! (Editorial, “Rumo à escola”, A Voz da Raça, ano 1, n. 13, 17/06/1933, p. 3)

Vê-se, pois, pelo trecho, como há uma associação entre a aquisição da cultura letrada difundida pela escola e o surgimento do “novo negro”, moderno e portador de atributos aceitos socialmente, daí “entendidos pelos novos irmãos”. Ademais, como muitos dos periódicos em questão propunham e caracterizavam a instrução como um dos principais meios para as disputas no mundo moderno, como no caso do mercado de trabalho, acabavam por dar à esfera educacional o importante papel de instrumento para integração racial, ascensão social e conquista de direitos para os negros. Além disso, por meio destes jornais, os negros não tinham somente a possibilidade de adquirir recursos socioculturais (capital cultural) para a vida na sociedade capitalista paulistana, mas também favoreciam um fortalecimento de sua consciência e solidariedade étnicas frente a uma sociedade que os discriminava constantemente.

Destaca-se mais uma vez, então, o embricamento de elementos raciais e socioeconômicos atuando na dinâmica da realidade social brasileira do período, bem como, o aspecto do protagonismo da população negra em São Paulo buscando a construção de alternativas viáveis para a vida da população negra paulistana, reinventando cotidianamente, a partir de sua própria perspectiva, formas de viver sua liberdade, imprimindo seus próprios valores nessas ações. Enfatiza-se, por isso, novamente, como “os negros não eram ‘anômicos’, mas (res)semantizaram de forma diversa os códigos sociais, políticos e culturais vigentes [...] articularam valores próprios que orientaram suas escolhas, atitudes e expectativas nas situações concretas que vivenciaram.” (Domingues, 2019, p. 23)

Veja-se, abaixo, mais algumas palavras de Santos (2012) acerca dessa imprensa negra no período estudado e sua relação com os aspectos anteriormente levantados, principalmente no tange à centralidade da questão racial e sua relação com a integração social e com a necessidade de instrução:

a questão da cor foi um fator de fundamental importância para a criação desses periódicos, afinal, um dos objetivos dos protagonistas dessa imprensa consistia em acessar os principais códigos de comunicação e comportamento da elite política e econômica brasileira e o jornal foi a maneira que aqueles negros encontraram para terem aceitação e participarem efetivamente da vida em sociedade. Assim, os jornais negros propunham e caracterizavam a instrução como o principal meio de disputa no mercado de trabalho, eles visualizavam na escolarização a possibilidade de integração racial, ascensão social e conquista de direitos para os negros. (Santos, 2012, p. 101)

A confluência entre os aspectos socioeconômico de integração e ascensão sociais e o aspecto racial de luta por igualdade, expresso nos trechos e nos argumentos anteriores, também é percebido e destacado por Guimarães (2003), para quem a ênfase na igualdade de direitos e na superação das diferenças raciais e culturais como principais metas a serem atingidas, apesar de se difundirem para variados segmentos da população negra no período em destaque, são propostas inicialmente por “aqueles mais bem aquinhoados pela fortuna, por terem acesso à educação e experimentarem uma socialização mais próxima às classes médias” (p. 247).

Tal confluência é também destacada por Santos (2012) para quem os objetivos da imprensa negra no início do século XX vinculavam-se à “construção e [a]o reforço de laços identitários entre os negros, alicerçados, entre outros aspectos, ao processo de mobilidade social dos segmentos populacionais pretos e pardos – seja através do trabalho, seja através da educação escolar.” (p.101). Vê-se, portanto, como a posição socioeconômica de alguns indivíduos influenciou diretamente nos objetivos e amplitude das reivindicações por direitos por parte de algumas associações da população negra, com destaque para a F.N.B.

Este posicionamento político mais crítico, segundo Fernandes (1988 in 2017), reflete a rebelião e a organização latentes do protesto negro nas primeiras décadas do século XX e, de acordo com a concepção por ele levantada, teria como um intuito central “lutar pela incorporação à sociedade de classes em formação e expansão e

contrapor à ideologia racial dos brancos das classes dominantes uma ideologia peculiar dos negros e mulatos” (p. 57). Enfatiza-se daí, segundo este autor, o caráter autêntico e mesmo revolucionário do protesto negro, visto que ele “exigia a plena democratização da ordem republicana – através das raças e contra os preconceitos e privilégios raciais” (Fernandes, 1959 in 2017, p. 32).

Como uma porta-voz das demandas e necessidades da população negra, a F.N.B., por isso, não se absteve dessa tarefa de propor e estimular esta integração à ordem social através de sua imprensa e de suas iniciativas educativas, mas sempre sob o signo da igualdade de condições e de direitos. Enfatizava, assim, os feitos e o papel do negro para construção da nação brasileira, propondo a união entre os vários segmentos populacionais com vistas a construção de uma verdadeira ideia de nação onde todos tivessem igualmente seus direitos e deveres. Vejam-se, nesse sentido, os trechos abaixo:

Outros dizem, que a ação da F.N.B., póde trazer para o Brasil uma *QUESTÃO*, que não existe, com tendencia a uma *divisão racial*, mas nada disso existe, não adeanta esse *envenenamento*, não é nada disso que se préga na *Frente Negra Brasileira*, o que desejamos é estar sempre ao lado dos nossos irmãos brancos, em todos os ramos de atividade, especialmente na parte em que toca a nossa nacionalidade... *ainda mesmo que aqueles, por qualquer motivo fujam de nossa convivencia*, nós os fretenegrinos os procuraremos, porque só compreendemos um Brasil forte e unido, com a união de todos os brasileiros, sem distinção de côr ou crêdo político, [...]
(Isaltino Veiga dos Santos, “Liberdade Utopica”, A Voz da Raça, ano 1, n.9, 13/05/1933, p.1)

É direito absoluto dos construtores de nossa Nacionalidade – o Bugre – o Negro – o Português – terem parte nos destinos de Nossa Patria; o Bugre por si, o Negro pelo Negro e o Português pelos seus decendentes aqui nascidos. Para que êsse direito seja exercido, é mister que haja o preparo. E êsse preparo o que poderia ser, si não houvéra uma associação que congregasse todos os esforços, harmonicamente, para a elevação moral e mesmo material dos homens da Raça?
(Henrique Dias, “Discurso que eu não disse!!”, A Voz da Raça, ano 1, n.4, 15/04/1933, p.1)

O nacionalismo ressaltado nos trechos, como pode ser visto, confunde-se com a própria ideia de integração à sociedade em condições de igualdade de direitos, afinal, assim como outros segmentos da população, o negro também foi parte substancial para o processo de formação da sociedade e da população brasileiras, daí seu direito a usufruir das benesses e possibilidades abertas por uma sociedade que se afirmava democrática. Ressalta-se, novamente, portanto, de acordo com as

indicações de Domingues (2018), a perspectiva de que o associativismo negro, refletido aqui na organização e nos ideais propalados pelo periódico *A Voz da Raça*, criou instrumentos não somente para a concretização, mas até mesmo para a ampliação do conceito de cidadania.

Observa-se, portanto, que o caráter revolucionário do protesto negro ressaltado por Fernandes (1965) e comentado anteriormente, deve ser entendido dentro dos limites da ordem estabelecida, visto que as reivindicações não iam “contra a ordem econômica, social e política estabelecida. Mas contra a espécie de *espoliação racial* que ela acobertava, graças aos mecanismos imperantes de acomodação entre ‘negros’ e ‘brancos’” (p. 3-4). Este protesto configurou-se, então, segundo o autor, como uma “revolução de caráter moral” e, por isso, mais uma vez, podemos vislumbrar tanto aspectos de integração quanto aspectos de subversão da ordem social vigente.

Assim, ainda que confinado aos limites da ordem estabelecida, isto não diminuiu, segundo o autor, o teor revolucionário desse protesto, já que o mesmo possibilitou a coletividade negra uma “luta por sua ‘redenção’ e contra a ‘espoliação secular’ (com o objetivo de compartilhar, ‘em condições de igualdade completa e absoluta’, os direitos e garantias sociais consagrados pela ordem legal vigente)” (p.85). Uma luta, portanto, por direitos e pela conquista de posições e papéis dentro da estrutura de poder e de funcionamento da sociedade.

Pelo o que foi visto até aqui, pode-se aferir que essa busca por direitos e posições melhores no quadro da sociedade de classes perpassava necessariamente pela inserção dos negros à estrutura produtiva da sociedade e pela afirmação do valor do negro, social, cultural e economicamente. Daí, por exemplo, o apelo da F.N.B. no que se refere à necessidade do negro brasileiro “ter toda formação e toda aceitação, em tudo e em toda parte dadas as condições (que devem ser favorecidas) físicas, técnicas, intelectuais, morais, exigidas para a ‘igualdade perante a lei’” (Arlindo Veiga dos Santos, “A Frente Negra Brasileira e um artigo do snr. Austregesilo de Athayde, *A Voz da Raça*, ano 1, n. 2, 25/03/1933, p. 1).

Nesse sentido, podemos entender como o aspecto socioeconômico de inserção social, econômica e cultural na sociedade, se intensifica e se complexifica com o aspecto racial, já que esta integração era até então negada principalmente à população negra. Em outras palavras, podemos observar como o ideia de um

associativismo negro, centrado nas necessidades e demandas da população negra e, portanto, centrado num elemento de caráter étnico e identitário, vai se amalgamando intrinsecamente a reivindicações de caráter socioeconômico e material, característico do contexto de avanço da modernidade capitalista em São Paulo.

Na visão de Almeida (2019), os aspectos da modernização e da modernidade são bastante contundentes para entendermos a organização e as propostas da F.N.B. no intuito de buscar a “integralização completa do negro em toda a vida brasileira”. Veja-se, pois, o trecho abaixo:

Primeiro o moderno, segundo o negro moderno – capacitado moral e civicamente – e, por último, o negro no moderno, integrado. Etapas autoritariamente dirigidas, potencializando o caráter nacional brasileiro com a integração capacitada de homens e mulheres pretos. A questão étnica, está, portanto, para a FNB, diretamente relacionado à questão cívica e moral. A estratégia deve ser, pois, segundo os propósitos da FNB, civilizatória e não só racial, mesmo porque os caminhos da integração estão abertos, segundo os correligionários da Frente, pela vereda da modernização. (Almeida, 2019, p. 21)

Ressalta-se mais uma vez, nesse sentido, como o caráter integracionista, presente em muitas das manifestações e organizações negras do período, em especial da F.N.B., relaciona-se diretamente ao contexto sócio-histórico vivenciado pela população negra no período. Assim, como observa Fernandes (1965), é a situação socioeconômica de miséria, tratamento diferencial e de isolamento que “irão provocar um doloroso processo de autoafirmação e de protesto, que projetará o ‘homem de cor’ no cenário histórico, como agente de reivindicações econômicas, sociais e políticas próprias” (p.3).

Desse modo, segundo Fernandes (1965), esta percepção mais propriamente política e, por isso, mais crítica acerca da realidade socioeconômica, acabou por destacar alguns núcleos no interior do meio negro pelo fato destes se empenharem em projetar a população negra nas tendências globais de modernização. Segundo o autor, eles alcançaram êxito em pelo menos três pontos, quer sejam:

Suscitaram um novo estado de espírito, que polarizou as aspirações integracionistas e assimilacionistas em direções reivindicativas de teor igualitário. Despertaram o interesse pelo conhecimento objetivo da ‘realidade racial brasileira’, como condição de esclarecimento da ‘população de cor’ e de sua atuação consciente na cena histórica. Mobilizaram o ‘elemento negro’, tentando inseri-lo, diretamente, no debate e na solução dos ‘problemas raciais

brasileiros', o que representava, em si mesmo, um acontecimento revolucionário. (Fernandes, 1965, p. 6)

Vê-se, pois, como os apelos e iniciativas destas associações negras, com destaque para F.N.B., estão inseridas num contexto mais amplo de consolidação da modernidade e da lógica de classes e capitalista no Brasil e, mais especificamente, em São Paulo. Aliás, aspecto bastante ressaltado por Almeida (2019), para quem a F.N.B. “antes de ser um veículo de velhas ideias da organização negra é um movimento típico do Brasil moderno, urbano e industrial que nasceu em meio às transformações da revolução de 1930.” (p.19). Dessa forma, na concepção desse autor, a F.N.B. reconhecia que “era preciso realizar a modernização de homens e mulheres pretas e isto significava gerar os aportes morais e materiais que garantissem o aparecimento do cidadão negro inserido e integrado à sociedade de classes” (p. 20).

De modo geral, portanto, como demonstra Fernandes (1965), pode-se perceber como os movimentos reivindicatórios negros (destacando-se novamente aqui a F.N.B.) conseguiram realizar uma aprendizagem de práticas e papéis sociais mais ligados à estrutura moderna da sociedade de classes. Permitiram por isso, uma aprendizagem que se pode chamar de “cívica” para os negros que participavam dos mesmos. Dessa maneira, por meio de sua “arregimentação para reagir” e de sua orientação, estes movimentos “canalizaram e fortaleceram tendências amorfas e difusas; impeliram as impulsões vagas, preexistentes, em direções novas e construtivas, imprimindo-lhes vigor e o sinête de algo que é irreversível, por ser *coletivo, imperioso e realizável*” (Fernandes, 1965, p. 65).

O trecho a seguir, também retirado do periódico A Voz da Raça, embora longo, demonstra bem esta perspectiva de tomada de consciência e de criticidade acerca das condições e das necessidades da população negra. Além disso, ele também demonstra uma percepção crítica acerca da história e da construção do Brasil enquanto país, bem como, com relação ao papel da população negra para tanto, demonstrando, portanto, a tendência e o esforço para a valorização da história e do status do negro social e culturalmente.

O trecho é a transcrição de um artigo escrito por Vicente Ferreira, quando dos debates para a Constituinte de 1933, e publicado no jornal Correio da Manhã.

Assim é que, na larga discussão para a Constituinte vem se ventilando todos os pontos culminantes da vida nacional, mas parece que a raça negra vae ficar outra vez esquecida, até ir desaparecendo aos poucos, pela pobreza e falta de agasalho dentro da propria patria que ella ajudou a construir chorando! Nesta hora em que a nacionalidade desperta, para o caminho das reivindicações sociaes, o negro que foi presente no amenhecer do Brasil, tem direito de ser lembrado, não como um motivo preterito mas actuando na vida do paiz, conquistando o direito historico, moral e político, na participação da vida do paiz. Apesar de não haver preconceito visivel, a raça negra tem força para constituir-se em partido representativo, para ir discutir os direitos que lhe cabem na grandeza, dos serviços prestados á nação.

[...]

E, se a raça negra não despertar agora, terá sobre ella o mesmo silencio que a condemnou até hoje. Irmãos negros do Brasil, levantae-vos para o despertar vigoroso, tocando a rebate, para glorificar as cinzas dos nossos antepassados, na esperança de que a raça palpita na esperança de ser respeitado nos direitos humanos, levantados pela voz de Patrocinio, o vulcão que calcinara os élos da escravidão. Negros do Brasil. É chegada a hora de vos reunirdes em torno de uma bandeira, para a defesa e a reivindicação dos vossos direitos.

Para a Constituinte!

(Vicente Ferreira, "Para a Constituinte, negros do Brasil!", A Voz da Raça, ano 1, n. 6, 22/04/1933, p. 1)

Como pode ser visto, portanto, no trecho acima e conforme à interpretação de Fernandes (1965), os movimentos reivindicatórios auxiliaram a “configurar novas impulsões psicossociais, que incentivaram o ‘negro’ a confiar no próprio ‘negro’ e na sua capacidade de atuação”, servindo, de acordo com o autor, “como forças intermediárias entre as tendências de modernização da cidade e a transformação do próprio ‘negro’, compelindo-o a tomar consciência do que teria de fazer para tornar-se membro ativo (...) da sociedade inclusiva” (p. 67).

Para além dos aspectos já ressaltados, nota-se também, pela análise do trecho anterior, que existe um apelo por parte do periódico analisado e, consequentemente, por parte da F.N.B., de incentivar o negro à tomada de atitude frente às injustiças e a sua condição precária na sociedade. Este, aliás, é um aspecto presente em variados artigos e em diferentes números desse periódico, demonstrando como a tomada de consciência incentivada pelas organizações negras tinha também como um de seus elementos o incentivo à atuação sobre a realidade. Nesse sentido, como lembra Pahim Pinto (2013),

As lideranças negras, contudo, não se limitaram a denunciar os problemas, a detectar as suas causas e consequências, mas tentaram apontar caminhos para superá-los. Diversas foram as soluções propugnadas: o reerguimento moral do negro, o tom de admoestação e de aconselhamento nesse campo,

bem como a preocupação com a sua imagem, nos diversos setores onde ele atuava, é uma constante nesses jornais; a melhoria do seu nível educacional e instrucional; a valorização da sua condição de negro e, portanto, de uma identidade negra: a necessidade de reagir perante as injustiças e até de atuar politicamente. Mas, a principal solução vislumbrada, que subsidiava todas as demais e que era colocada como condição para que elas se realizassem, foi a união do negro e, por consequência, o seu fortalecimento, para poder reivindicar, melhorar e, assim, superar os problemas que enfrentava. (Pinto, 2013, p. 65)

Este outro trecho de artigo reproduzido abaixo, datado de 1934, traz novamente essa importância com relação à tomada de atitude frente às agruras e contradições da realidade social, assim como, a percepção da necessidade e da possibilidade de mudanças.

O negro brasileiro de hoje tem tudo, porém lhe falta tudo, porque lhe escasseia confiança nas suas possibilidades, nas suas qualidades objetivas, no seu poder de querer e de construir. Urge uma reação, é imprescindível que lutemos contra esse desânimo deplorável, essa onda de pessimismo que nos vem caracterizando e impelindo para longe das civilizações dos povos cultos que vanguardizam as evoluções do mundo contemporâneo. (Raul J. Amaral, “Avante – Que destino afinal nos aguarda?”, *A Voz da Raça*, ano 1, n. 33, 17/03/1934, p. 4)

Percebe-se, então, como a identificação das condições precárias pelas quais passava grande parte da população negra era um elemento central na percepção crítica da realidade promovida e incentivada pelas associações e lideranças negras do período. Segundo Pahim Pinto (2013), eram constantes as denúncias dessas condições nos jornais negros. Dentre as preocupações mais frequentes estavam aquelas ligadas às dificuldades do negro em encontrar uma colocação no mercado de trabalho, assim como, com relação às consequências perniciosas que esta situação proporcionava, isto é, “fama de vagabundo, impossibilidade de morar decentemente, reduzido poder de barganha na sociedade, principalmente frente aos empregadores e aos proprietários das casas onde moravam, em geral, cortiços” (Pinto, 2013, p. 187).

Como caminho para solução desses problemas então, enfatizava-se o caráter moral e cívico dos comportamentos e posturas que os negros deveriam adotar, facilitando-se assim sua aceitação pela sociedade como um todo. O trecho abaixo, também retirado do periódico *A Voz da Raça*, traz nitidamente este aspecto, destacando-se especialmente o aspecto de mudança na postura e no comportamento para a aceitação social e para a estabilidade ou mesmo ascensão econômica.

Assim, pois, entre os males da prodigalidade e os perigos e crimes da avareza, deve o Brasileiro escolher o caminho certo, que é o duma economia bem ordenada, para que possa tirar algum provento do trabalho, ainda mesmo dentro da anarquia económica do presente estado social.

E a gente negra especialmente. Porque é ela, entre todos os mais brasileiros, a mais descuidada, a mais fútil no gastar, a mais imprevidente no dispor dos bens que Deus permite que, com boa saúde, ela possa adquirir.

Precisa o negro saber que êle tem família, ou há-de ter; que precisa conquistar o futuro para si e para os seus;. Que precisa prever os maus dias da vida, a que ninguém está escapo; precisa ter propriedades, seja, pelo menos, a CASA PROPRIA.

Cada pai negro, cada família negra deve cultivar êsse IDEAL e trabalhar por êle: TER UMA CASA PROPRIA VINCULADA. (Arlindo Veiga dos Santos, "Apêlo à economia", A Voz da Raça, ano 1, n. 24, 23/10/1933, p. 1)

As dificuldades e problemas que o negro enfrentava no setor de moradia eram, aliás, uma grande preocupação levantada nos jornais, levando a F.N.B., como lembra Pahim Pinto (2013, p.188), "a desenvolver uma intensa campanha para tirá-lo dos cortiços, estimulando-o a adquirir terrenos e a construir a sua própria casa". Inúmeros são os anúncios no periódico A Voz da Raça acerca desta questão, tanto para denunciar a situação de ausência deste patrimônio, quanto fazendo um apelo para a sua aquisição, como demonstrado no trecho anterior e também neste abaixo:

Meus irmãos.

É com muito prazer que eu venho fazer a propaganda da campanha 'Pró Cassa Propria'.

É com este ideal que a comissão de honra vem se debatendo para que um dia tenhamos a nossa casa própria.

Onde quer que esteja plantada a F.N.B., meus amigos, procuremos ter a nossa casa própria, porque assim fazendo iremos conquistando o nosso patrimonio; iremos suavisar a existencia dos nossos netos; iremos demonstrar mais uma vez o valor da nossa geração.

Que cada um de vós que lerdas este artigo seja um propagandista e um componente da nossa campanha: "Pró Casa Propria da Frente Negra Brasileira. (Silvia de Oliveira, "A Casa Própria da Frente Negra Brasileira", A Voz da Raça, ano 1, n. 33, 23/10/1933, p. 1)

Observa-se, portanto, como foi se construindo no interior dessas organizações uma percepção própria acerca do entrelaçamento entre os aspectos racial e socioeconômico e como os mesmos ligavam-se diretamente às condições da população negra em variados aspectos da vida cotidiana. O entendimento sobre esta dinâmica entre as esferas socioeconômica e racial, por sua vez, ajuda-nos a perceber a observação de Florestan (1965) sobre as motivações dessas organizações, para as

quais “a luta por classificação e ascensão sociais tinham de ser, forçosamente, também uma luta contra o ‘preconceito de cor’” (1965, p. 64).

Desse modo, seguindo a interpretação de Fernandes (1965), o movimento de conscientização sobre a realidade social e o posterior processo de “ressocialização” levados a cabo pelos movimentos reivindicatórios no meio negro modificaram profundamente a percepção do próprio negro com relação a sua posição na ordem racial da sociedade, permitindo-lhes perceber o preconceito de cor não como elemento anômico do sistema, mas como elemento constituinte dessa mesma sociedade. Mesmo que esta compreensão não fosse universal no meio negro, ela permitiu, segundo Fernandes (1965) ao negro gradativamente entender que

[...] êle não era rejeitado ‘por ser negro’, pura e simplesmente. Mas, que a cor e outros caracteres raciais serviam como um sistema de referência para mantê-lo como um ‘estrato social inferior’, que não tinha acesso aos padrões de vida e às garantias sociais desfrutados por outros grupos nacionais, étnicos ou raciais. Surgiu, então a noção de ‘preconceito de cor’ como uma categoria inclusiva de pensamento. Ela foi construída para designar, estrutural, emocional e cognitivamente, todos os aspectos envolvidos pelo padrão assimétrico e tradicionalista de relação racial. (Fernandes, 1965, p. 27)

O trecho a seguir do jornal a Voz da Raça demonstra nitidamente esta percepção do preconceito de cor enquanto questão racial e seu papel no sentido de preterir a população negra em variados aspectos da realidade social.

A raça negra no Brasil é, incontestavelmente, vítima de impressionante injustiça. Injustiça tanto mais grave, tanto mais dura, quanto mais corre o tempo. Se o leitor se der ao trabalho de investigar o pensamento de cada homem negro, letrado ou ignorante, há de ficar pasmado. Há uma perfeita comunhão de idéas! Todos, ou a maioria pensa duma mesma forma no tocante ao ideal. Todos sofrem do amesquinamento e da diminuição; sentem do preconceito e das preterições; sabem dos vexames e do pouco caso. Sofrem pela marca indelevel de sua epiderme, pelo crime de terem nascido escuros. De nada lhes serve o saber, de pouco lhes vale a dignidade, de muito menos se lhes adianta as qualidades boas e a competência. A tudo que os faz superior se opõe um obstaculo: A cor. (Rajovia, Nôvo Rumo, A Voz da Raça, Ano 3, n. 54, 06/1936)

Percebe-se, assim, como estes movimentos contribuíram para o desmascaramento da situação racial no país ao debater questões relativas ao preconceito e à discriminação em concomitância com as dificuldades de ordem

material e socioeconômica. Portanto, deve-se àqueles movimentos “o amplo equacionamento do ‘preconceito de côr’ como *realidade histórica* e como *problema social*. Êles engendraram as fórmulas que prescreviam a sua existência e que ordenavam a sua correção através do comportamento coletivo” (Fernandes, 1965, p. 66-67).

Este desvelamento cada vez maior da questão racial no país, possibilitava, por isso, através da reflexão e da tomada de atitude diante dos casos de preconceito, a crítica e o combate às situações de discriminação e de racismo. Percebe-se, pois, a importância desse processo para o entendimento da falácia daquilo que se convencionou chamar de democracia racial, isto é, o mito social construído neste período e segundo o qual haveria no Brasil uma harmonia no tocante ao contato entre os diferentes estoques raciais e às próprias relações étnico-raciais de maneira geral, assim como, com relação às possibilidades de ascensão que, segundo este viés, estariam abertas a todos os indivíduos mediante seu esforço.

Para contrapor as mentiras propaladas sob a égide do discurso da democracia racial, muitos jornais então destacavam o descaso dos poderes públicos e o desamparo a que ficou relegada a população negra desde o período da Abolição, opondo-se, portanto, ao discurso hegemônico que colocava este processo como início da democratização das relações sociais e raciais. De acordo com Pahim Pinto (2013), estas observações encontradas em diversos periódicos negros, demonstram um “tom de denúncia e uma grande mágoa”, principalmente no período em questão, “quando o negro constata que era preterido em favor dos estrangeiros” (Pinto, 2013, p. 192).

Veja-se, por exemplo, o trecho abaixo, também retirado de um artigo publicado no periódico A Voz da Raça:

[Depois da Abolição] o negro se viu com as pernas e os braços livres, porém lhe faltou a iniciativa, porque esta havia sido tirada pelas correntes mentais de pessoas que não lhes concederam o desenvolvimento necessário ao labor da vida de perspectiva própria. Ficou o negro livre, porém a sugestão da vida monotona não lhe abandonou a impressão e acompanhou como se estivesse com o carrasco senhor de então. Desse modo, ficou o negro se batendo no seu território, nu, sem dinheiro, sem lar e sem o conforto material para sua manutenção. O Senhor, ainda rancoroso nada fazia em benefício daquele que iniciou a sua vida financeira e que soube derramar o sangue e o suor para fazer aparecer as suas pompas, exgotando a sua energia, ganhando unicamente o pão e não importando a roupa e o lar onde dormia. (Olimpio Moreira da Silva, O que foi a raça negra, A Voz da Raça, Ano I, n. 25, 11/11/1933)

Desse modo, ao simplesmente negar ou abertamente entrar em conflito com a ideologia racial dominante, a iniciativa desses movimentos de reivindicação ajudava na criação, de acordo com Fernandes (1965), de uma espécie de “contra-ideologia, construída para minorar as frustrações psico-sociais de uma categoria racial e, eventualmente, para auxiliá-la na luta direta pela modificação do *status quo*” (p. 76). Explicitava-se, então, com esta contra ideologia a contradição ou duplicidade de uma ordem social que se afirmava aberta juridicamente, mas que era fechada do ponto de vista racial, negando direitos básicos à população negra.

Nas palavras do autor:

O principal do protesto negro configura-se na elaboração de uma contraideologia racial. Por um jogo dialético, o farisaísmo do branco rico e dominante era tomado ao pé da letra; e o liberalismo vazio, acima de tudo, via-se saturado em todos os níveis. [...] O que resulta é uma cabal e indignada desmistificação: na lei, a ordem é uma; nos fatos, é outra; na consciência, as variações não são registradas. O negro desmascara e, ao mesmo tempo em que ergue a sua denúncia e mostra a sua ira, exige uma *Segunda Abolição*. Em suma, clama por participar da revolução social que não o atingiu [...]. (Fernandes, 1959 in 1989, p. 31-32).

Cabe ressaltar nesse ínterim que por Segunda Abolição, entende-se o processo levado à cabo pelos movimentos reivindicatórios do meio negro no intuito de efetivamente inserir e integrar o negro à sociedade, exigindo assim a tão aclamada igualdade de oportunidades e, por isso, em consonância com a liberdade e a igualdade formais presentes na Constituição de 1934. Valorizava-se, então, não somente o indivíduo, mas também a família e toda uma gama de aspectos e relações ligados à população negra com vistas à construção de um solidariedade racial que permitisse aos negros e negras possibilidades para enfrentar a competição por espaços e oportunidades na ordem social competitiva então em formação em São Paulo.

Observa-se novamente com isso como o protesto negro, derivado de suas organizações no período em questão, inclinava-se para uma luta de redenção e de afirmação de direitos. “O ‘negro’ pretendia elevar-se à condição de ‘raça’ livre, autônoma e respeitada, projetando-se no processo histórico como agente de uma revolução social que abortara.” (Fernandes, 1965, p. 84). A chamada Segunda

Abolição, portanto, era uma elaboração do próprio negro com seus símbolos, avaliações e aspirações sociais, criando um “conteúdo de afirmação do ‘negro’ para o ‘negro’ dentro da ordem social estabelecida” (Fernandes, 1965, p. 84).

Nesse ponto, a perspectiva levantada por Fernandes (1965), coincide com interpretação de Domingues (2008), que afirma que, para a população negra nesse contexto adverso de princípios do século XX, “ser cidadão significava ter direitos iguais – e não ser visto como inferior. Porém, diante da inclusão marginal e das práticas de discriminação racial e tratamento diferenciado em relação à população branca, a cidadania plena continuava sendo um sonho” (p. 3). Daí, portanto, a necessidade de luta e de organização coletiva, daí a necessidade de uma “Segunda Abolição” que tornassem efetivos os direitos da população negra.

Desse modo, é bastante representativo o trecho a seguir, também retirado do periódico *A Voz da Raça*, em que se evidencia esta percepção crítica acerca do preconceito e seus desdobramentos, bem como, da necessidade de união dos negros para o seu combate.

Embora muita gente queira dizer o contrário, nós, os Negros que continuamos sofrendo, afirmamos o que dizemos, e eu em boa hora já disse que – O PRECONCEITO DE CÔR NO BRASIL, SÓ NÓS, OS NEGROS, O PODEMOS SENTIR.

[...]

O brado de alerta da *Frente Negra Brasileira*, porém, não é contra as leis do país, que não abrigam preconceitos de côr; – não é contra a sociedade que tem o direito de pensar como ordene os ditames da própria consciência; – é a favor do negro brasileiro que tem sido um exótico na sua própria Terra e uma simples *COISA* na sociedade. *É preciso um impulso forte de maldade e inconsciência para afirmar que no convívio social, o negro goza das mesmas prerrogativas e regalias do branco.*

E sua má condição, sob todos os pontos de vista, advem exatamente da relegação em que é tido, criando-se-lhe dificuldades e entraves para tudo: – *para trabalhar, para viver, para respirar. O Preconceito de côr, repito – e o negro o sabe – não é inspirado nas magnanimas leis nacionais: – é fogo ateado com lenha particular na sociedade.*

E a finalidade da *Frente Negra Brasileira*, é construir um imenso reservatório de água capaz de apagar para sempre essa fogueira. (Isaltino Veiga dos Santos, *Liberdade Utopica*, *A Voz da Raça*, Ano I, n. 9, 13/05/1933)

Por meio da constituição gradativa dessa contra ideologia racial, portanto, percebe-se cada vez mais a tomada de posição de algumas parcelas da população negra, consubstanciando-se “em duas repulsas elementares: a de conformar-se com as condições de vida imperantes e a de conformar-se com as ideias simplistas de que

o negro tinha aberta diante de si a estrada que lhe concederia a cidadania e tudo o que pudesse conquistar através dela” (Fernandes, 1988 in 2017, p. 58).

Segundo Florestan Fernandes (1965), então, entende-se a importância e a atuação das associações negras no período analisado em pelo menos três aspectos: 1. preparação do negro para a lógica de competitividade da sociedade de classes; 2. percepção do preconceito racial como elemento constituinte da realidade e problematizador da situação do negro; 3. percepção da necessidade de união do negro para a transformação de sua condição.

Por fim, resumindo e ressaltando o papel das associações negras para a organização e a luta do negro frente a realidade social da época, mesmo que num trecho um pouco longo, fazem-se importantes as palavras do próprio autor:

O ‘negro’ redescobriu, portanto, o seu lugar na sociedade graças à ruptura violenta com o passado e com um destino de submissão imutável, a qual os movimentos reivindicatórios fomentaram e propagaram no nível ideológico. O temor de sair do isolamento e de concorrer com os outros constituía um plano inclinado. Contra êle, o ‘negro’ nada podia, como *indivíduo isolado* nem como *raça dependente*. O ponto de apoio, para subverter êsse plano inclinado, tinha de vir do ‘negro’ senão como ‘raça’ pelo menos como coletividade. Apesar da descontinuidade, da fluidez e das deficiências dos movimentos reivindicatórios, eles forneceram, estrutural e dinamicamente, êsse ponto de apoio indispensável. Ajudaram, decisivamente, a quebrar o ‘temor do branco’ e, o que é deveras mais importante, puseram em seu lugar ‘a coragem de enfrentar o branco em todos os terrenos’. Da ocupação à representação política e à dignidade inviolável da pessoa, tudo ficará aberto à ânsia de competir e de concorrer, *sem restrições*. Dêsse ponto de vista, os movimentos reivindicatórios preencheram uma função decisiva, impulsionando o ‘negro’ a converter-se em ‘homem de sua sociedade e de sua época’. Na conjuntura histórico-social em que surgiram e atuaram, tentaram organizar e abreviar a transição de um estado de isolamento sócio-cultural, para o estado alternativo de participação sócio-cultural consciente, intensa e reponsável. (Fernandes, 1965, p. 66).

Cabe ressaltar, contudo, que esta efervescência a que nos referimos com relação ao movimentos reivindicatórios negros teve seu período de vigência na cena histórica paulistana entre os anos de 1927 e 1937 principalmente, seguindo-se a partir de então um período de relativo silenciamento, devido especialmente à instalação do Estado Novo de Vargas e seu caráter de governo ditatorial. Mesmo assim, malgrado suas limitações e insuficiências, oriundas, aliás, do próprio contexto em que se desenvolveram, eles se constituíram inegavelmente como uma “força de ajustamento

numa era de transição”, alargando “o horizonte cultural do negro e ajustando-o melhor à natureza da sociedade de classes” (Fernandes, 1965, p. 70).

Ademais, esta continuidade do associativismo negro paulista, ora com mais, ora com menos intensidade, reflete sua força e resiliência, principalmente levando-se em consideração as precárias condições materiais de seu surgimento e sua manutenção, demonstrando assim a sua “capacidade de se fazer e refazer permanentemente, com perseverança, plasticidade e habilidade na construção de práticas, discursos, representações e utopias emancipatórias.” (Domingues, 2019, p. 47).

2.3 Educação e algumas áreas de atuação das associações negras

Com a exposição feita até aqui, percebe-se como a construção de uma contra ideologia negra foi um fator importantíssimo para a organização e para a arregimentação da população negra na luta contra o preconceito de cor e suas consequências. Um dos pré-requisitos fundamentais dessa contra ideologia assentava-se, portanto, necessariamente, na construção de uma nova imagem do negro na sociedade, quebrando assim, segundo Fernandes (1965), com o imobilismo, a passividade e o apego direto ou indireto aos mitos raciais dos brancos.

Impunha-se, então, a necessidade de uma ressignificação positiva da imagem do negro no Brasil e de seu papel na história e na construção do país. Uma ressignificação, portanto, que permitisse uma identificação cultural própria, abrindo “caminho para a auto-afirmação do ‘negro’ como e enquanto ‘raça’”, descortinando com isso uma nova perspectiva que, por sua vez, estimulasse “atitudes de independência e comportamentos francamente inconformistas.” (Fernandes, 1965, p.87). Percebe-se, portanto, novamente o caráter étnico-racial ligado aos discursos da imprensa negra e às iniciativas e atividades das associações negras, enfatizando novamente como o aspecto identitário ligado à questão étnica aparece como elemento de coletividade e de pertencimento, e como este encontra-se também ligado a aspectos de caráter socioeconômico já que favorece a aproximação de indivíduos com semelhantes dificuldades econômicas e sociais.

A imprensa negra, por isso, através de seus jornais transformaram-se em um dos principais instrumentos para o objetivo anteriormente assinalado, isto é, para a

valorização do negro, de suas capacidades e de seus feitos ao longo da história do Brasil. É nesse sentido que José Antônio dos Santos (s/d) afirma que a imprensa negra, entendida como o conjunto de jornais ligados a algumas associações negras, nascera “com a intenção de criar meios de comunicação, educação e protesto para os leitores aos quais se dirigia” (p.3), sendo portanto um instrumento para difusão daquela contra ideologia ressaltada por Fernandes (1965).

Apesar de seu amadurecimento crítico no que se referia à perspectiva de “igualdade de todas as raças” e a valorização do próprio papel dos escravizados para a construção da sociedade brasileira, bem como, sua maior difusão entre a população negra, é necessário salientar que a imprensa negra das primeiras décadas do século XX ainda era um reflexo dos interesses dos grupos ou camadas de negros que, de maneira geral, passavam por um certo movimento de ascensão social. Grupos estes que situavam-se, por isso, na maior parte dos casos, no interior daquilo que poderíamos denominar de uma classe média negra. Isso por outro lado, não negava seu aspecto reivindicativo e crítico, como afirma Santos (s/d) no trecho destacado abaixo.

Os jornais do pós-abolição que reconhecemos como *imprensa negra*, tinham um escopo, interesse temático e circulação muito mais amplo [do que no passado], discutiam a *questão do mulato* enquanto um problema que atingia todos, entendiam que o *estigma da cor preta ou parda* era reflexo da ignorância da sociedade em que viviam. A sociedade branca repudiava todos eles enquanto indivíduos sem *instrução*, não enquanto *homens de cor ou pardos*. A afirmação da *raça*, realizada pelas principais lideranças, ao contrário das teorias científicas que hierarquizavam e dividiam a humanidade em grupos, era acionada como um instrumento político que buscava unir todos – negros e mulatos. O objetivo era terem acesso aos principais códigos de comunicação e comportamento da elite, forma que encontraram para uma maior aceitação e vida em sociedade. O que passou a caracterizar a *instrução* como o principal meio de disputa no mercado de trabalho, possibilidade de integração racial, ascensão social e conquista de direitos para aquela população. (Santos, s/d, p. 5).

Percebe-se pois, como o aspecto racial aqui está intimamente ligado à estrutura socioeconômica, isto é, o discurso racial também está atrelado às condições socioeconômicas dos grupos que organizam a imprensa negra no período. É por isso que Santos (s/d) afirma com relação a esta imprensa que “a construção e o reforço de laços identitários está associado, entre outros aspectos, ao processo de mobilidade

social de negros e mulatos” que ao “criarem seus meios de comunicação buscavam a distinção, o prestígio e a inserção social permitida naquele momento” (p. 4).

Destarte, a perspectiva mais crítica associada aquela contraideologia ressaltada por Fernandes (1965) e que citamos anteriormente, portanto, vai se construindo paulatinamente, como já o afirmamos. Nas primeiras décadas do século XX, tal perspectiva encontra-se presente em variados textos de diversos jornais negros. A título de exemplo, registramos aqui dois trechos do periódico *A Voz da Raça* que consideramos bastante pertinentes acerca desse aspecto.

Irmão negro:

Atentai sinceramente para o que te digo.

O sangue de teu avô, negro-escravo, banhou a pedra fundamental de nosso progresso?

O seio de tua avó, negra-escrava, foi o berço, foi o princípio de vida de nossa nacionalidade?

Exatamente. Isto a síntese do que foi o negro-escravo no Brasil.

[...] (Irmão Branco, Isto é contigo, *A Voz da Raça*, Ano I, n.4, 08/04/1933)

Depois de quatrocentos anos de sofrimento e abatimento, depois de quatro séculos de uma vida de desprezo e desconfiança, cheia dos mais amargos féis que se puderam encontrar na Patria Brasileira, érgue-se a Raça que com o maior contingente contribuiu para que se construísse êste grande Brasil-Nação, ésta Patria imortal que enche de orgulho os véros nacionais.

A argila brasílica, unida ao sangue escravo do Negro ‘caçado’ nas florestas africanas, formou a argamássa robusta com que se fez o alicérce, com que se fizéram as fundações deste monumento indestrutível e infracionável que chama BRASIL! (Henrique Dias, Discurso que eu não disse!!, *A Voz da Raça*, Ano I, n. 5, 15/04/1933)

Fica nítido nos trechos acima a preocupação com uma ressignificação histórica elevando-se a condição do negro, desde os antepassados escravizados, ao principal pilar de construção da sociedade e Nação brasileiras. Discurso que rompe, portanto, com a visão conservadora e bastante parcial da história considerada oficial à época e que diminuía, quando não simplesmente excluía, a contribuição do negro da história do país. É nesse sentido que podemos entender a função de reforço de laços identitários e posituação da imagem do negro enquanto raça que teve a imprensa negra, como debate Leandro José dos Santos (2012), principalmente num contexto em que vigoravam ideias de inferioridade da raça negra e de embranquecimento da população, como chama à atenção José Antonio dos Santos (s/d).

Além disso, este discurso inverte a perspectiva de passividade e de marginalidade para a figura dos escravizados, colocando-os, assim como a seu

trabalho, como centrais para construção do Brasil. Tenta romper, portanto, com uma visão cristalizada de modo geral na sociedade e que traz uma invisibilidade quanto às contribuições dos escravizados para a história do país. Observa-se, portanto, um movimento de autovalorização do negro, “de chamar atenção para os seus feitos, para as personalidades negras que tiveram destaque nos diversos setores da vida nacional, inclusive para o negro escravo, procurando-se ressaltar a sua rebeldia perante essa condição” (Pinto, 2013, p. 248).

O trecho abaixo demonstra novamente com precisão o aspecto abordado, observando-se literalmente uma reconstrução e ressignificação da narrativa histórica sobre Palmares, com críticas abertas à maneira como este tema era tradicionalmente trabalhado pela história oficial.

A arrancada gloriosa de Palmares, tem sido desvirtuada, por grande parte dos nossos historiadores. Acusam eles os heróis daquela epopéia gloriosa de ladrões, assassinos e outras coisas feias, esquecidos de que a História ou é imparcial ou não é história, é tapeação; e já é tempo de deixar de tapeação e fazer-se coisa séria, pois quando alguém procura uma crônica qualquer sobre fatos da História Patria o que deseja é instruir-se e não ser tapeado. Para injuriar-se tando os homens de Palmares, na mesma página do livro em que se elogia escandalosamente o ambicioso aventureiro Domingos Jorge Velho? Porque aqueles eram negros e este era branco? Ora tenham a santa paciência; e a ‘igualdade’ perante a lei de que tanto se ufana os chamados ‘espíritos’ emancipados libertos de preconceitos sejam de que espécie for? Pois queiram os brancos atrasados ainda imbuidos de ideias escravocratas, Palmares é para nós que marchamos a passos largos para a integração completa, (religiosa, moral, social e intelectual) do negro na vida brasileira, Palmares constitui para nós o exemplo do quanto pode a nossa Gente quando liberta do despotismo escravocrata, Palmares representa para nós, que o conhecemos por outros meios que não os da literatura de sentimentalismo doentio e de ‘xingação’ envenenada das nossas atrasadíssimas escolas, Palmares representa para nós, o negro organizando um dos mais perfeitos governos da América justamente quando os corifeus da perpetua escravatura o apresentava como naturalmente ignorante e ‘incapaz de evoluir’.

Comemoremos pois, mais este aniversário do início da abolição da escravatura, dando um grandioso viva aos imortais heróis Palmarinos. E teremos iniciado a reparação de uma das mais graves injustiças da ‘história’ [...] (José Bueno Feliciano, Em defesa de Palmares, A Voz da Raça, Ano I, n. 10, 20/05/1933)

Pelo trecho reproduzido nota-se não apenas o aspecto de afirmação do negro e de seu papel na história, mas também uma crítica explícita à maneira como a História tradicional foi e é contada, isto é, com centralidade na figura do branco e de suas ações, muitas vezes mostradas com heroísmo, em detrimento da figura e do

papel dos negros. Nesse sentido, é interessante ressaltar ainda a referência que o trecho reproduzido faz sobre a questão da igualdade perante à lei e à verdadeira liberdade, aspecto que aparece não somente como afirmação de sua existência em lei, mas principalmente como crítica a sua falta de efetividade na prática.

Nota-se, portanto, como este ideal de liberdade citado se vincula também a uma demanda do contexto vivenciado e, por isso, referente à busca por participação social em nível de igualdade com outros segmentos da população, isto é, num sentido de integração social. Vemos também como as demandas e necessidades de base socioeconômica, como a efetiva participação em diferentes espaços sociais, como no mercado de trabalho, por exemplo, se mistura com demandas de caráter racial, já que a exclusão social ou marginalização afetava principalmente e mais intensamente a população negra em São Paulo, como já demonstramos anteriormente.

Cabe destacar ainda que, de acordo com esta narrativa, Palmares se transformou em símbolo de liberdade e de libertação, bem como, em modelo de governança e de heroísmo. Nesse sentido, não deixa de ser interessante notar como o modelo palmarino suplantou em muitas das organizações negras, com o tempo e com certo amadurecimento crítico, outros símbolos referentes à Abolição, como a própria princesa Isabel, figura que durante muito tempo e em muitos espaços ainda ficou associada à imagem de redentora e ao processo de libertação dos escravizados.

Todavia, cabe-nos ressaltar que, apesar dessa concepção crítica acerca dos acontecimentos em Palmares e das referências à capacidade de organização, de rebeldia e de luta da população negra escravizada, este discurso também tinha suas limitações. Muitas das revoltas, fugas e outros protestos negros do período da escravidão, por exemplo, não eram mencionados nos periódicos e jornais. Como lembra Pinto (2013), havia, ademais, uma tendência a não mencionar ou não ressaltar o caráter político às ações dos escravizados. Também no que se refere às referências aos cultos afros, pairava um quase completo silêncio.

Este aspecto que poderíamos chamar dúvida, também ressaltado por Pinto (2013) em sua análise, demonstra como o processo de percepção do negro sobre a realidade de preconceito e racismo foi carregado também de ambiguidade, devido, entre outras coisas, “ao seu desnorreamento e à maneira como a questão racial é tratada na nossa sociedade, que afirma não admitir o preconceito e a discriminação,

porém nela estão presentes atitudes e comportamentos visivelmente discriminatórios.” (p. 248). Isto não desvalida, por outro lado, o aspecto de percepção mais crítica da história do Brasil e, principalmente, da história do negro no Brasil por parte dos jornais da imprensa negra. Pelo contrário, só faz ressaltar o esforço de superação de uma ótica hegemônica associada à ênfase no papel e na positividade do branco em detrimento do negro na história e na cultura brasileira.

Coisa semelhante pode ser dita no que concerne à Abolição, isto é, tantas vezes ressaltada nos periódicos, havia, no entanto, em grande parte das vezes, uma ênfase no papel desempenhado pelos abolicionistas nesse processo, em detrimento da ação dos próprios escravizados. Isto, por outro lado, continua Pinto (2013), não implica “uma crítica ao negro que, naquele momento, comungava com o ponto de vista defendido pela maioria dos estudos que se debruçaram sobre o término da escravidão no Brasil” (p. 178).

Outro aspecto que poderíamos citar dessa aparente ambiguidade, como aponta Pinto (2013), é que, se de um lado procurava-se combater a conotação negativa associado ao negro, por outro lado, em muitos momentos, a significação negativa atribuída ao vocábulo “negro”, que aparecia nos mais diferentes veículos de comunicação da época, também apareceria na imprensa negra onde “o negro e a cor negra são identificados com o mal, com o feio. Em contrapartida, o branco ou a cor branca são associados ao bom, ao belo. E, ainda mais, quando se quer valorizar o negro, costuma-se identificá-lo ao branco” (Pinto, 2013, p. 258).

Estes e outros aspectos que podemos entender como limitações ou contradições na maneira como se expressavam as associações negras através de seus periódicos, entretanto, devem ser entendidos, como já indicado, como reflexo da própria situação em que o negro se encontrava, isto é, marginalizado e desvalorizado social e culturalmente. Dessa maneira, mesmo constatando-se passagens em que o negro parece incorporar uma visão negativa de si mesmo, esta constatação só reforça e demonstra as dificuldades do negro para se firmar numa sociedade que constantemente o desvalorizava. Demonstra também todo o esforço e a importância da imprensa negra no sentido de criar laços de solidariedade e de incentivo à população negra e naquilo que concernia à raça negra, mesmo que num primeiro momento isso significasse equiparar o negro e suas possibilidades ao branco.

Ainda segundo Pahim Pinto (2013), até no que concerne às denúncias de preconceito e de seus efeitos negativos para a população negra, nota-se algumas vezes a mesma atitude dúbia, isto é, ao lado de artigos que fazem nitidamente a crítica ao preconceito e a seus efeitos deletérios, encontram-se também, mesmo que em número menor, artigos que “negam a sua existência no Brasil ou tendem a considerá-lo como um problema menor”, chegando-se, inclusive, em certos casos, “a responsabilizar os negros por eles não corresponderem à expectativa dos brancos, isto é, não exibirem os comportamentos que a sociedade esperava deles” (p.240).

Nota-se nitidamente, portanto, que aquilo que Florestan chamou de contra ideologia do negro, foi, como já o afirmamos, construindo-se paulatinamente e ganhando força ao longo de certo tempo, daí o entendimento de que, do ponto de vista histórico, os discursos sobre os negros e suas possibilidades passavam ainda por um processo de transição para uma postura cada vez mais crítica e reivindicatória.

Este aspecto associa-se também a um certo moralismo bastante presente nos discursos da época e que, segundo Almeida (2019), mesmo a F.N.B. não conseguiu escapar. Segundo este autor, este moralismo era compatível com o próprio contexto da época, isto é, ligado às exigências da modernidade ao enfatizar, por parte dos indivíduos, uma postura de seriedade e austeridade em oposição àquilo considerado vagabundagem e preguiça. Segundo Dias (2017), em muitos artigos publicados n’*A Voz da Raça* “as reflexões sobre a miséria e o abandono da população negra são divididas com mensagens em tom conservador e moralista. São conselhos sobre as tentações de ceder aos riscos que rondavam a comunidade, especialmente os integrantes jovens” (p. 92).

Veja-se, pois, o exemplo abaixo, que coloca o consumo do álcool como algo extremamente pernicioso para a vida em sociedade e, em especial, para a juventude negra:

Não tratamos agora do mal produzido pelo álcool através da espécie e nem nosso intuito é esse. Queremos, todavia, abrir os olhos aos milhares de jovens de nossa raça, no caminho errado que vão seguindo tragando um veneno como se fora um bom refresco. Entregam eles, às vezes, ordenados inteiros numa simples bebedeira, enriquecendo o botiqueiro ardiloso que dá os mais variados nomes à sua droga sem atentar para o prejuízo moral e físico que a sua ganância vai acarretando.

Cumpra a nosso ver que todas as sociedades negras reiniciem uma forte propaganda no sentido de mostrar bem claraente os malefícios causados pelo alcool.

Sabemos bem que todas elas se interessam pelo problema. Não é suficiente. Não é necessario ter em mira os trabalhos dessas agremiações, mas convem frisar que essa nova campanha deve se iniciar sem tardança, com conferencias, palestras, avisos, cartazes, aulas. Para tanto, com boa vontade, far-se-ia uma troca de oradores educacionais entre as sociedades, desde as pequenas ás de maiores responsabilidades, ao mesmo tempo que se prendiam mais os laços de amizade que as unem. (Rajovia, "O vicio de beber", A Voz da Raça, ano 3, n.49, 23/11/1935, p. 3)

Nota-se, para além da ênfase nos efeitos deletérios do consumo de álcool, um aconselhamento no sentido de guiar a vida por comportamentos, do ponto de vista moral, mais bem aceitos socialmente e permitam a "colheita de bons frutos" no futuro, procedimento nitidamente de caráter prospectivo, já que coloca o usufruto de benesses para o futuro graças ao esforço e à seriedade no presente. Dessa forma, como ressalta José Antonio dos Santos (s/d), no que tange aos discursos da imprensa negra, o "protesto contra o preconceito racial e a marginalização social, poesia, teatro, música, conselhos e *fofocas* [...] tinham o objetivo de indicar regras morais e de comportamento" (p. 3) para a população negra de modo geral. Entretanto, este autor mesmo faz ressalvas sobre este aspecto:

Aceitar os modos de ser, vestir e comportar da *raça dominante*, por um lado, pode ser entendido como uma forma de *embranquecimento*, por outro, como uma estratégia de luta ou a inserção de um cavalo de Tróia-negro no interior da fortaleza grega-branca. Não devemos esquecer que a aceitação de valores brancos, pode mudar o comportamento e até os espaços de circulação dos negros, mas não muda a sua cor/raça, principal atributo de identificação. A trajetória histórica, matriz cultural e experiências em comunidade ou os *signos da origem* é que identificam a raça e são alvo da discriminação, independente de posses, posturas educadas e bem comportadas, muitos deles no correr da vida se deram conta disso. (Santos, s/d, p. 5).

O trecho acima reflete bem a simultaneidade dos aspectos de integração e de subversão associados às iniciativas das associações negras no período, dentre elas, a F.N.B., e que temos tentado demonstrar em nossa explanação até aqui. Voltamos, nesse sentido, aos significados daquela afirmação de Fernandes (1965), de que o protesto e a reivindicação das organizações negras no período podem ser considerados como uma "revolução dentro da ordem". E assim, apesar da existência de algumas passagens e artigos que podem ser consideradas ambíguos, estes não

eram hegemônicos, encontrando-se muitas vezes, lado a lado com passagens bem mais críticas quanto à percepção do negro e de sua valorização, principalmente com o decorrer do tempo e do amadurecimento dos movimentos.

Lembremos que a própria F.N.B. reconhecia que “era preciso realizar a modernização de homens e mulheres pretas e isso significava gerar os aportes morais e materiais que garantissem o aparecimento do cidadão negro inserido e integrado à sociedade de classes” (Almeida, 2019, p.20), isto é, com os comportamentos e posturas considerados adequados àquela sociedade. Ainda mais, levando-se em consideração à política de imigração europeia e as facilidades encontradas por imigrantes na conquista de empregos e posições mais vantajosas em detrimento dos negros observadas no contexto em questão.

Assim, aqueles episódios em que o negro era tratado de maneira depreciativa, ou em que se atribuía à cor negra uma conotação negativa, passaram a receber cada vez mais a repulsa de veículos da imprensa negra. Exemplo disto é o trecho abaixo, também retirado do periódico A Voz da Raça, já no ano de 1936.

Geralmente, do negro que se apresenta em algum ambiente mais ou menos elevado, ou de alguma projeção e quando se realça por qualquer motivo (Literario ou Social), dizem logo. ‘Esse é um negro que tem alma branca’!... Esse conceito não se coaduna com a época e muito menos com a mentalidade nova. Não concordamos com semelhante aberração [...]. Essa mania de querer incrustar nas nossas cabeças que tudo quanto é ‘negro’, derivado ou sinônimo de negro não presta, é preciso acabar porque é mentira. (F. Lucrécio. “O preto que tem alma própria”, A Voz da Raça, Ano 3, n. 60, dez/1936, p. 1)

De qualquer forma, independentemente das possíveis limitações e das dificuldades apontadas anteriormente, é nítido como há na grande maioria das vezes uma perspectiva de valorização do negro, principalmente ao enfatizar-se com orgulho, nos jornais e periódicos, seus feitos e aspectos históricos. Orgulho de ser negro, isto é, invertendo o discurso vigente de branqueamento da população e de inferioridade da raça negra. Daí, novamente, a função da imprensa negra no que se refere ao fortalecimento dos laços identitários e do discurso racial.

Veja-se, por exemplo, os trechos abaixo retirados de artigos do jornal A Voz da Raça onde se percebe novamente este elemento do orgulho negro:

NEGRO BRASILEIRO: não te corre nas veias o sangue mestiço, então porque tremes, ante a palavra de um branco qualquer? Não és igual a ele, não corre nas veias dele o sangue brasileiro? Então porque humildemente curvas, como a ovelha ouvindo as manhas do faminto lobo. Vê homem da pele escura que as nossas capacidades, individuais e intelectuais, são iguais as de muitos brancos da atualidade. ("Valor próprio", *A Voz da Raça*, Ano 1, n.26, 25/11/1933, p. 1)

Sou fretenegrino porque sendo meu pae preto e minha mõe branca eu não quero absolutamente passar por branco.
Dizem por aí na giria que escapou de branco é preto e eu sigo este rifão.
Ademais todos devem reconhecer a sua progenitura.
O negro que se nega a sua côr o que poderá ser? (Cantidio C. Alves, "Porque sou fretenegrino", *A Voz da Raça*, Ano 1, n. 19, 19/08/1933, p. 4)

Além desse aspecto de enaltecimento e valorização do negro e de sua história, demonstrado nos trechos anteriores retirados do periódico *A Voz da Raça*, Pahim Pinto (2013) chama a atenção ainda para a preocupação de muitos jornais negros quanto a certas datas consideradas marcantes para história do negro e/ou de seu papel na história do Brasil e que por isso deveriam ser lembradas.

São recorrentes, nesse sentido, as citações àquelas datas e eventos que exaltam o papel do negro na construção do país, bem como, daquelas relacionadas às questões da liberdade e da igualdade. O 13 de maio, por exemplo, data formal da Abolição, aparece com frequência nos periódicos, sendo dedicado um grande espaço nos jornais para a sua divulgação e exaltação, "seja discorrendo sobre o seu significado, seja anunciando ou descrevendo as cerimônias realizadas em sua homenagem e, até mesmo, dedicando-lhe números especiais" (Pinto, 2013, p. 173).

O trecho reproduzido abaixo reflete esta percepção do 13 de maio:

A Frente Negra Brasileira comemorou condignamente a passagem do 46º aniversário da abolição da escravidão em nossa terra. Para isso organizou, como nos anos anteriores, uma romaria cívica, em visita aos tumulos dos saudosos abolicionistas e outros destemidos elementos que batalharam pela causa da redenção.
A' noite, no seu extenso salão nobre, presente grande número de associados e convidados realizou uma imponente sessão solene.
Os discursos havidos foram de uma finalidade altamente significativa. Homenageados em belas e entusiasticas orações, foram todos os vultos do passado. ("Comemorações do dia 13 de maio", *A Voz da Raça*, Ano 2, n. 38, 26/05/1934, p. 2)

O trecho seguinte, também reflexo da perspectiva ressaltada anteriormente, demonstra o inconformismo por parte dos apoiadores e editores do periódico em questão quanto à extinção do feriado do 13 maio no ano de 1930.

Foi visível e indisfarçável o descontentamento produzido no seio da raça negra brasileira o fato dos altos poderes da republica terem subtraído dentre os feriados nacionais o dia 13 de maio. Além de ser esse ato de resolução privativa do governo, não existe base para que se lhe possa atribuir uma diminuição ou um sacrilegio contra a aurea data, o que seria absurdo e incompreensível. Certo que razões endossadas por fundamentos logicos fe-los agir desse modo. Tal supressão não desnaturou, porém, o alto teor civico que permanece inalterado no moral dessa abnegada raça e da nossa gente, pelo que quadrava perfeitamente bem a instituição do DIA DA RAÇA – festa simbólica comemorativa de significação exclusivamente sua, sem atavio oficial – consagração que teria ainda o ‘aval’ de ser a data da Imprensa Nacional [...]. (Silverio de Lima, O dia da raça, A Voz da Raça, Ano 3, n. 53, maio/1936, p. 1)

Assim, mesmo que em alguns casos as datas mencionadas apareçam sem uma contextualização histórica mais aprofundada acerca dos acontecimentos que as envolvem, suas referências demonstram, segundo Pinto (2013), o apreço que os negros tinham para com o registro, (res)significação e exaltação de certas datas ligadas à história do negro no Brasil, criando símbolos de identidade e pertencimento e, por isso, invertendo a visão hegemônica sobre a história e sobre o negro no Brasil.

O trecho reproduzido abaixo, por exemplo, mesmo que não intrinsecamente ligada à atuação da população negra, demonstra uma exaltação ao conceito de liberdade, já que exalta o 7 de setembro, outra data representativa do conceito de emancipação já que associada ao processo de independência política do país,.

Talvez que depois de 7 de Setembro, data máxima que lembra a nossa emancipação política, não ocorra, em nosso calendario civico, outra que encerre em seu conjunto maior relevo. Esse duplo acontecimento político-social amalgamou-se nesse dia com a abertura do traçado-real por onde enveredou a civilização brasileira para nivelar-se às suas co-irmãs universais. Indiferentes a todos os impecilhos, e destruindo todos os castelos e baluartes opóostos, realizou-se com o maior desassombro a obra mais nobre e humana que se firmou entre os povos da livre América! Espalhando-se por esse modo abundantes braçadas de benefícios com o máximo desprendimento, dentro de um espírito consciente do dever cumprido. Assim, com o mais belo gesto e firmeza de atitudes, atendeu-se [...] os justos reclamos de uma raça duplamente vilipendiada! (Silverio de Lima, O dia da raça, A Voz da Raça, Ano 3, n. 53, maio/1936, p. 1)

É importante destacar aqui, entretanto, o fato de que, por ser organizado de forma coletiva, com textos e publicações de diferentes pessoas ligadas à F.N.B., as opiniões e narrativas que aparecem no periódico refletem perspectivas diferentes em alguns pontos, algumas vezes carecendo de mais informações e de criticidade, enquanto outras vezes refletindo um nítido teor de crítica. Nesses últimos, enfatizando, por exemplo, as consequências perniciosas que uma Abolição puramente formal, isto é, ocorrida somente no papel, trouxera para a população negra de maneira geral.

O contraste evidente entre os trechos reproduzidos abaixo, demonstra bem este aspecto diverso.

A lei triunfal veio libertar o Brasil do erro que havia elaborado não por seus filhos e sim por pessoas que pretendiam retirar a riqueza antes que os brasileiros acordassem do sono da juventude. Mas, graças aos corações generosos, a iniciativa despertou a tempo e a REDENTORA PRINCEZA D. IZABEL, orientada por Nabuco e aconselhada pela consciencia que lhe vinha sendo inculcada pela igreja, sentio a dôr repentina que seu povo fez depositar em seu coração. (Olimpio Moreira da Silva, "O que foi a raça negra", A Voz da Raça, Ano 1, n. 25, 11/11/1933, p. 1)

Passa-se hoje, mais um aniversario da abolição da escravatura negra no Brasil... e que liberdade, e que abolição... uma liberdade mentirosa, esfacelada e vergonhosa; *uma tapeação* muito bem engendrada pelos magnatas, e pela falada aristocracia escravocrata brasileira, que ainda hoje por aí andam, com a sua consciencia roída pelos remorsos, provindos dos crimes ediondos que praticaram, com o cinismo torpe dos desumanos. E a raça foi liberta em 13 de Maio de 88, e nós os Negros, dentro do Brasil que é nosso e que foi construido com o nosso sangue, continuamos escravos. (Isaltino Veiga dos Santos, Liberdade Utopica, A Voz da Raça, Ano 1, n. 9, 13/05/1933)

Nota-se, pois, como o fato de as lideranças negras do período exaltarem certas datas consideradas tradicionais não significava necessariamente uma falta de espírito crítico com relação a seus significados. Pinto (2013) afirma, por exemplo, que muitos artigos divulgados em periódicos negros, apesar de destacarem o 13 de maio e o movimento abolicionista como ligados ao ideal de liberdade, consideravam a Abolição apenas "uma etapa inicial da libertação do negro, que deveria ser complementada com a sua libertação moral" (p. 176). Ou seja, uma percepção de que este processo ainda não havia se concretizado por completo, necessitando-se da continuidade da luta para a concretização de uma Abolição verdadeira.

Alguns veículos da imprensa negra chegavam inclusive a denunciar os elementos negativos deste processo, destacando como as condições desfavoráveis em que o mesmo ocorrera ainda refletia e influía no desamparo a que foi relegada a população negra e no descaso com que foi tratada após esta data. Denunciava, portanto, por consequência, a influência negativa do passado escravista sobre as condições de vida e existência da população negra no período pós-Abolição. Veja-se, por exemplo, o trecho abaixo, retirado do jornal *A Voz da Raça*:

[Depois da Abolição] o negro se viu com as pernas e os braços livres, porém lhe faltou a iniciativa, porque esta havia sido tirada pelas correntes mentais de pessoas que não lhes concederam o desenvolvimento necessário ao labor da vida de perspectiva própria. Ficou o negro livre, porém a sugestão da vida monotona não lhe abandonou a impressão e acompanhou como se estivesse com o carrasco senhor de então. Desse modo, ficou o negro se batendo no seu território, nu, sem dinheiro, sem lar e sem o conforto material para sua manutenção. O Senhor, ainda rancoroso nada fazia em benefício daquele que iniciou a sua vida financeira e que soube derramar o sangue e suor para fazer aparecer as suas pompas, exgotando a sua energia, ganhando unicamente o pão e não importando a roupa e o lar onde dormia. (Olimpio Moreira da Silva, "O que foi a raça negra", *A Voz da Raça*, Ano 1, n. 25, 11/11/1933, p. 1)

Note-se que ao relacionar os problemas e a situação precária pelas quais passava a população negra aos efeitos negativos do processo de Abolição puramente formal, a imprensa negra contribui para a criação de laços de identidade étnicos ao colocar os negros lado a lado em semelhantes condições socioeconômicas e ligadas a uma construção histórica sobre a questão racial.

Esta imbricação entre elementos de caráter racial e sócio-histórico é bastante representativa da necessidade de se ancorar os estudos sobre a questão racial em elementos da estrutura socioeconômica vigente, nesse caso, das contradições e lacunas de uma estrutura sociopolítica e econômica discriminatória e que passa a ser hegemônica na sociedade moderna em São Paulo a partir de fins do século XIX, principalmente. Representativo também, consequentemente, das influências que os aspectos racial e socioeconômico tem um em relação ao outro, misturando-se e complexificando-se mutuamente na dinâmica da realidade social.

Voltando à questão das datas e das ressignificações históricas, de acordo com Pinto (2013), mesmo com a importância dessas primeiras narrativas e das críticas presentes nos periódicos negros, seria somente a partir de meados da década de 1970 que um movimento mais crítico em relação às datas consolidar-se-ia. As críticas

e a ressignificação do 13 de maio, por exemplo, iriam se desenvolver somente neste período posterior, quando também ocorreriam amplos debates em torno da importância e dos significados do 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, que refletiria melhor o ideal de um dia nacional do negro, em detrimento do 13 de maio, data tradicionalmente ligada à Abolição.

Nesse sentido, cabe enfatizar, como o faz Fernandes (1988 in 2017), que uma data histórica não se define por si mesma, mas é criada, definida e redefinida pela ação dos indivíduos e grupos ao longo do tempo, trazendo “o passado para dentro do presente e de combates que se renovam sem cessar” (p.49). Nesse sentido, o 13 de Maio apareceria ao mesmo tempo como evento e como processo histórico, sendo o negro, de acordo com este autor, o grande responsável pelo provimento de novos significados ligados a esta data e desnudando-a, no período ora analisado, como uma falácia social visto que o ideal de liberdade se reduzira a uma ficção legal.

Além disso, mais do que as datas e do que os acontecimentos entendidos como importantes, havia também na imprensa negra uma preocupação em exaltar seus próprios ídolos e símbolos, com vistas ao mesmo objetivo de reafirmar a importância e o papel do negro para a história do Brasil. Desse modo, “apesar de os fatos históricos ligados à Abolição serem, sem dúvida, os mais lembrados, já se inicia, entre as lideranças negras, um movimento, no sentido de cultuar os próprios feitos” (Pinto, 2013, p. 176). Veja-se, aqui, novamente, o aspecto de reforço de um sentimento de identidade e de afirmação da identidade associada à questão da negritude, isto é, a valorização de personalidades negras, reforçava um sentimento de pertencimento a uma coletividade e de orgulho de ser negro.

A referência a Palmares e seus significados, ressaltados anteriormente, são exemplos disso, visto que a formação dos quilombos no passado escravista se elevava como símbolo da resistência e da união negras. Nesse sentido, há em muitos casos um destaque a figuras proeminentes de ascendência negra, num nítido movimento de se elevar personalidades negras como exemplos e modelos a serem apreciados e enaltecidos. Como nota Pahim Pinto (2013), esta postura crítica fez parte do esforço de muitos jornais negros do período no sentido de reafirmar a importância do negro e de suas ações para construção do país, daí seu empenho “em instilar no

negro o orgulho de sua condição, a confiança na sua capacidade, através de preleções e de exemplos de negros que se destacaram.” (p.248).

Destarte, alguns nomes de pessoas consideradas heróis ou mártires da história do negro eram ressaltados, aparecendo em diversos números d'*A Voz da Raça*. Como observa Pinto (2013), era uma tendência dos jornais negros dar espaço e exaltar os negros e outras pessoas de ascendência negra. “O poeta Cruz e Souza, o músico Frei José Mauricio, o marinheiro Marcílio Dias, o militar Henrique Dias, o escritor Lima Barreto e o engenheiro André Rebouças estão entre as figuras mais citadas.” (p.184)

Veja-se, por exemplo, a citação abaixo, do jornal *A Voz da Raça*:

Falar do negro, é falar do braço, forte, que a golpes de machados, foices, desbravaram as matas intensas desta terra, na qual foi marcado o grande quadrante da nação brasileira. Dizer alguma coisa sobre o negro, é comentar a grandiosidade, a beleza fulgurante da nossa lavoura; é lembrar das grandes minas auríferas que encerra o nosso sólo patrio; é recordar de uma intelligencia luminosa de um Patrocínio, Gama e outros; é mais ainda meus irmãos de raça, é dizer da grandiosidade deste Brasil que tem sido, e é a joia da raça negra sofredora, esta raça gigante e heroica, que debaixo de relhos e vexames, demarcaram com seu sangue purissimo esta terra de Santa Cruz, onde ainda impera o preconceito tolo, que a humanidade não deve tolerar. (Beija Flor de Lili, “Considerando”, *A Voz da Raça*, Ano 1, n. 11, 03/06/1933, p. 2)

Ou ainda:

O negro necessita ser modernizado, sim; dentro de uma investidura de robustez perfeita, polindo a sua intelligencia, com o saber, engrandecendo-se com a certeza da sua sapiencia e com a sinceridade inabalavel em todos os sentidos. Porque não se formar entre os de capacidade intelectual, um centro que preze as escolas admiraveis de Cruz e Souza, o grande vale que pontificou com a sua arte poetica o symbolismo nato do negro? a de Castro Alves a de Patrocínio, a de Luiz Gama, a de Luiz Delfino e outros grandes homens da nacionalidade nossa? temente, no seio da mocidade de hoje, homens que, se apoiados vivessem com o amparo necessario, a ajuda menos interesseira pelo ouro da cobiça: - poetas, prosadores, novelistas, atores e autores de animo forte para dar no teatro do negro os seus elementos de formação. Paulo Gonçalves não fôra o escritor admiravel de ‘1830’, ‘Comedia do Coração’ e outros, seja êle o nosso medianeiro. Cruz e Souza, Benedito Otavio, Euclides de Oliveira e outros, incentivos para que se leve a termo esta iniciativa nobre e nova entre nós. (Jim de Araguay, “Justa Vaidade”, *A Voz da Raça*, Ano 1, n. 12, 10/06/1933, p. 2)

A variedade de personalidades negras enaltecidas nos jornais negros demonstrava, assim, como o negro, dadas as condições necessárias, podia destacar-se em uma grande variedade de habilidades e funções. Além de proporcionar um

reforço positivo com relação às capacidades do negro, relacionado portanto a um aspecto de reforço da identidade racial, estes exemplos também demonstram, mesmo que de uma maneira um pouco mais indireta, a necessidade do negro de interiorizar e utilizar mecanismos e habilidades associadas à modernidade e à sociedade de classes que se configurava em São Paulo.

Vemos, novamente, então, como os discursos de muitos artigos publicados na imprensa negra, nesse caso no periódico *A Voz da Raça*, refletem demandas e valores da sociedade da época, aparecendo, portanto, de maneira concomitante e, na maior parte das vezes, misturada, tanto aspectos de caráter racial ligados à identidade, quanto aspectos de caráter mais socioeconômico como a integração e ascensão sociais, por exemplo.

A esta altura, para melhor entendermos o amadurecimento pelo qual passaram algumas das associações negras no sentido de permitir um olhar mais crítico para com a realidade social e a percepção da necessidade de atuação sobre a mesma, faz-se necessário ressaltar também o papel que a rápida urbanização, em especial em São Paulo, teve no sentido de estimular e intensificar, como observa Fernandes (1965), as transformações de caráter psicossocial e cultural pelas quais passava, consciente ou não disso, parte da população negra. Ou seja, como os pressupostos da modernidade foram, cada vez mais intensamente, se alastrando e interiorizando na sociedade e nos indivíduos.

Nesse sentido, observa-se que foi o ambiente urbano que permitiu uma expansão do horizonte cultural do negro, alargando sua experiência pessoal e seu conhecimento e compreensão de mundo, haja visto que “a situação de existência no mundo urbano abria muitas vias de comunicação com a comunidade local, com o resto do País e com o exterior”, propiciando a emergência de “uma espécie de ‘radicalismo secular’ que exerceria as funções de regulador na substituição de antigas categorias de pensamento e de ação por novas modalidades de apreciar e de avaliar as coisas, os acontecimentos ou as pessoas.” (Fernandes, 1965, p.20). Em outras palavras, um processo de urbanização do estilo de vida.

Este processo de urbanização do estilo de vida ligado dinamicamente à secularização de atitudes e comportamentos acabou por se associar também, como argumenta Fernandes (1965), a anseios de classificação e de ascensão na ordem

social. Daí a preocupação de muitas das organizações negras com relação a uma educação formal do negro, isto é, educação no sentido de lhes proporcionar ferramentas culturais e materiais para a vida na cidade e para seu reconhecimento social. A instrução assim, em consonância com as afirmações do autor citado, foi colocada como uma condição da luta do negro contra a miséria, o preconceito de cor e a desorganização social.

Notamos aqui, portanto, como é pela via da educação que muitas associações negras, com destaque para a F.N.B., conseguiram articular as várias demandas de caráter racial (discriminação e o racismo permanentes) e socioeconômico (pobreza, exclusão, marginalização...) sistematizando iniciativas e ações para compensar ou combater as situações adversas encontradas cotidianamente pelos negros. A imprensa negra foi, nesse sentido, fundamental ao criar canais de comunicação para a expressão da população negra, bem como, para divulgar e incentivar ações em prol da comunidade negra.

Também Domingues (2008) ressalta esta importância da educação para as associações negras, enfatizando inclusive a preocupação e a ênfase de muitos jornais negros nesse sentido. Segundo este autor, esta preocupação refletiu a organização e a ação coletivas do negro reivindicando e fazendo projetos para a “conquista de respeito, reconhecimento, dignidade, empoderamento, participação política, emprego, educação, terra”, ressaltando que dentre estas bandeiras de luta, “uma das prioritárias foi a defesa da educação. Afinal, o analfabetismo era um dos principais problemas que assolavam a ‘raça negra’.” (p.3), relaciona-se, portanto, com a própria ideia de associativismo trabalhada por este autor (2018).

Os trechos seguintes, extraídos do periódico *A Voz da Raça*, são bastante representativos do aspecto ressaltado

Alfabetizar, instruir, educar – que belo apostolado!... A escola da F.N.B. que sob a direção do dr. F. Lucrecio, auxiliado pela sta. Celina Veiga, os quais vêm dedicando seus maiores esforços para educar e preparar as crianças – o elemento basico formador de uma nacionalidade vigorosa, fisica e moralmente – a criança de hoje, o homem de amanhã, as almas infantis assemelham-se á dos passaros, ao buscar as alturas; alacridade, vivesa, susto, chóques, para depois descreverem elegantes e graciosas curvas rasgando o ar com rumor e entusiasmo. Eis porque a F.N.B. mantem as aulas noturnas: para instruir não só as crianças, mas como os adultos, os quais tendo as suas obrigações cotidianas, poderão frequentar as aulas frentenegrinas, que são noturnas. Esta é mais uma gloria para F.N.B. em

possuir em seu seio um departamento de combate ao analfabetismo. (A escola da F.N.B., A Voz da Raça, ano 2, n. 36, 28/04/1934, p. 4)

Pergunta-se a qualquer administrador, a qualquer cidadão, a qualquer homem do povo, de que mais necessita o Brasil? Todos responderão a uma só voz: Instrução. E o éco desse braddo, se repercute nos ouvidos da raça negra. Mandai os seus filhos para a escola. A F.N.B. possui cursos diurno e noturno, para menores e adultos regidos pelas professoras nomeadas pelo governo do Estado donas Francisca Andrade e Jerseia Paula Barbosa, que funcionam das 12 às 16 e das 19 às 22 horas. (Editorial, "Frentenegrinos paes", A Voz da Raça, ano 2, n. 42, 15/12/1934, p. 1)

As referências à importância do processo educativo e da escola para a população negra, bem como, os anúncios e lembretes sobre as propostas e iniciativas educativas da Frente aparecem constantemente e em diversos números do periódico oficial desta organização, enfatizando como a instrução era entendida como o principal caminho para o engrandecimento e a aceitação do negro em sociedade. De acordo com Domingues (in 2008), este era um aspecto comum às associações negras que floresceram nas primeiras décadas do século XX que, segundo ele, "vislumbravam, na educação, senão a solução, pelos menos um pré-requisito indispensável para a resolução dos problemas da 'gente de cor' na sociedade brasileira" (p. 3).

Como destaca Souza (2017), com o avanço da modernidade na sociedade brasileira o conhecimento foi se tornando uma ferramenta importantíssima para ascensão e para conquista de posições sociais. Entretanto, este conhecimento, entendido como capital cultural, passou no período em questão a ser monopolizado cada vez mais por uma classe média em ascensão, que o utilizava para a manutenção de seu status social e poder, visto que o capital econômico já estava, em grande parte, monopolizado pela elite ainda ligada ao latifúndio e a seus negócios. A possibilidade de educação no sentido da instrução escolar para a população negra era, portanto, bastante difícil, o que torna os discursos e as iniciativas das associações negras nesse sentido bastante importantes e pertinentes. A iniciativa da F.N.B. de criar uma escola com vistas à alfabetização vai nesse sentido.

Veja-se, por exemplo, este outro trecho de artigo do jornal A Voz da Raça, onde é possível perceber a relação entre a instrução e melhores oportunidades de vida, bem como, a preocupação da F.N.B. para com este aspecto:

[...] A raça negra em nosso paiz foi a mais devastada pelo alcool, a mais explorada pelos argentarios, a que sempre foi procurada para servir ao capanguismo, o qual, a troco de um punhado de ouro, explorava e ainda explora a sua bravura indomita. E tudo isso se dá, porque a lei que libertou os pretos não cuidou de os instruir, de os elevar mental e moralmente. Por isso, para levar a efeito a obra que o governo não quis ou não poudo fazer, formou-se em S. Paulo a 'Frente Negra Brasileira'. O fim dessa nobre associação é difundir intensamente a instrução e a civilização, implantar as mais modernas noções de higiene, aperfeiçoar moral e profissionalmente e dar assistencia medica eficiente e suficiente aos pretos brasileiros, procurando, sobretudo, infundir-lhes o patriotismo, o amor por esta terra que tanto lhes deve. (Joaquim Pedro Kiel, Frente Negra (especial para a Voz da Raça), A Voz da Raça, ano 1, n. 2, 25/03/1933, p. 4)

Percebe-se, pois, a ampla preocupação da F.N.B. com a questão da educação, mais ampla, inclusive, do que somente o processo de instrução propriamente dito. A educação aparece para ela como formação para a elevação moral do indivíduo, inculcando valores e comportamentos aceitos e valorizados na sociedade. Em sentido amplo, a educação era capaz de auxiliar o negro no próprio combate ao preconceito e à discriminação e, conseqüentemente, como instrumento para a integração à sociedade em condições mais vantajosas. É, por isso, que, segundo Domingues (2008), a educação era não poucas vezes “como a principal arma na ‘cruzada’ contra o “preconceito de cor” (p. 7).

Pahim Pinto (2013) também destaca este papel da educação como mecanismo para adaptação do negro às exigências da ordem social capitalista e competitiva. Nesse sentido, afirma a autora, não raras vezes na imprensa negra, criticava-se “as atitudes do negro, a sua maneira de proceder, inúmeras facetas da sua personalidade, do seu modo de agir e de reagir perante os acontecimentos”, sendo estas, inclusive, apontadas “como responsáveis, senão totalmente, pelo menos em parte, pela situação em que ele se encontrava” (p. 195). Esta percepção, ligada ao próprio contexto e à situação em que a população negra se encontrava, como já foi ressaltado, fica nítida no trecho abaixo:

Para quem tem observado o movimento negro dentro do Brasil, deve ter notado certas melhorias, não obstante os nossos patricios ainda estarem bastante atrasados na civilização. O negro necessita ainda de muitas correções nos modos e gestos, aprender a ter compreensão, saber apreciar as coisas belas, instrutivas, para melhorar sua educação tanto moral como intelectual. (Wilson, “Observado”, A Voz da Raça, ano 2, n. 39, 23/06/1934, p. 1)

A preocupação moral com o comportamento do negro, portanto, ligava-se à perspectiva de aceitação deste na sociedade mais ampla e encontrava-se em diversos números e em diferentes jornais da imprensa negra. Estes, procuravam reverter esse quadro exercendo grande vigilância e tecendo críticas a algumas maneiras de proceder do negro. Encontra-se, por exemplo, em uma série de artigos, verdadeiros receituários, “que tinham como objetivo explícito inculcar, no leitor, maneiras de proceder, hábitos, sentimentos, valores e determinadas práticas consideradas essenciais, para modificar as condições em que o negro vivia” (Pinto, 2013, p. 200).

Veja-se outro exemplo de artigo retirado do periódico A Voz da Raça:

O que nós pretos devemos saber:

- Quando tomar o Bonde e sentar perto de uma senhora, não devemos fumar; é falta de cortesia.
- Pessoa que está em estado interessante deve estar sempre coberta com seu casaco, quando sair para passear.
- Quando uma pessoa estiver conversando na rua ou em qualquer lugar devemos espera-lo tres metros mais adiante para não observar assuntos que não é do nosso interesse.
- Não devemos fazer visita para ninguém na hora do almoço ou do jantar, para não ser chamado de 'Fila Boia'. (Editorial, “Conselhos”, A Voz da Raça, ano 1, n. 12, 10/06/1933, p. 2)

Como demonstra Pahim Pinto (2013), os jornais negros ao demonstrar sua preocupação com comportamento social e moral do negro, não somente teciam críticas a certas atitudes consideradas negativas, mas também incentivavam e enalteciam outras consideradas essenciais para a vida urbana. Nesse sentido, ainda segundo a autora, enquanto atitudes como preguiça, ócio e bebedeira eram criticadas, “exaltava-se a importância da economia, do trabalho, do convívio familiar, da caridade, para se conseguir uma posição estável na vida” (p. 208). De acordo, portanto, com o que ressaltamos anteriormente no concernia à perspectiva de elevação moral da população negra e de integração à ordem social vigente.

Cabe ressaltar, porém, que, ao estipular certas condutas e comportamentos considerados desejáveis por transformarem positivamente a visão da sociedade com relação ao negro, estas alternativas deixavam de lado ou até mesmo negavam outras possibilidades de se relacionar com a sociedade mais ampla. Possibilidades estas, invariavelmente ligadas à manutenção e/ou sobrevivência de elementos tradicionais afrocentrados, que, apesar de menos aceitas ou mesmo rechaçadas socialmente, não

eram por isso de menor valor social. Além disso, percebe-se como estas alternativas de aceitação acabavam por se associar aos interesses de apenas alguns grupos no interior da população negra e que viam na ascensão social verdadeiras possibilidades de melhora de vida.

Percebe-se, portanto, como a preocupação das associações negras, representadas aqui por sua imprensa, não se resumiu à crítica teórica da situação, mas buscou equacionar os problemas da precariedade e do preconceito por meio de ensinamentos de caráter moral e social, incentivando os negros a tomarem atitudes que os auxiliassem, em seu modo de ver, a ser aceitos social e economicamente em termos de igualdade e de respeito, por mais que isto significasse em vários sentidos mudanças drásticas no que tange à percepção de como agir socialmente.

Por fim, cabe ressaltar ainda que a valorização no campo da educação não se resumiu aos aspectos acima abordados, isto é, à instrução e à educação moral, ela atendia a uma gama de necessidades da população negra passando também pelos aspectos de lazer, artístico, cultural, entre outros. Como enfatiza Pinto (2013), as associações negras promoviam diversas atividades culturais, “como encenação de peças teatrais, palestras e cursos de caráter instrutivo, sessões de declamação, eventos musicais e algumas delas chegaram a manter equipamentos culturais, como jornais, revistas, bandas, corpos cênicos, bibliotecas, cursos regulares e até escolas” (p. 213), demonstrando novamente a amplitude dessa demanda na visão das organizações negras.

2.4 A Frente Negra Brasileira

Diferentes trabalhos e pesquisas já enfatizaram a importância da Frente Negra Brasileira no sentido de possibilitar uma maior organização da população negra para a reivindicação e satisfação de direitos e necessidades prementes a esta em princípios do século XX. O alcance da atuação desta organização, inclusive, de acordo com Domingues (2013), ultrapassou as fronteiras nacionais sendo evidenciada sua luta nas páginas de ao menos um periódico afro-americano, o *Chicago Defender*, onde aparecia como “a mais poderosa organização em toda a América do Sul”. De acordo com este autor, então, mesmo que aparecendo de uma maneira exagerada em muitos

aspectos naquele periódico, as imagens e representações aventadas sobre esta organização “permitem entrever a importância que a organização afro-brasileira alcançou na rede do transnacionalismo negro” (p. 156). Ou seja, sua importância transcende, inclusive, as fronteiras do Brasil.

Percebe-se assim, ainda de acordo com Domingues (2013), como as ações da F.N.B., apesar de sua primazia no que tange às necessidades da população negra dentro das fronteiras nacionais, mantinha uma íntima ligação com os movimentos e influências internacionais ligadas à rede de saberes, conhecimentos e ações que perfazem aquilo que este autor chamou em diversos momentos de “rede do transnacionalismo negro”. Nas palavras desse autor:

[...] o desiderato aqui é evidenciar que, na década de 1930, as lutas políticas, táticas de militância e metodologias discursivas em prol da igualdade racial de fato não respeitavam as fronteiras nacionais, circulando multilateralmente e viajando na rede de conexões engendrada no Atlântico Negro. Como se fossem um bumerangue, informações, ideários, sonhos, esperanças e experiências ativistas e organizações negras interagiam com idas e voltas, em movimentos contínuos em vias de mão dupla. (Domingues, 2013, p. 157).

Desse modo, por meio desta perspectiva, podemos entender como a F.N.B. não foi uma organização isolada ou única, mas, que desde seu nascimento, incorporava uma série de reivindicações e experiências de outras organizações negras, sejam elas afro-brasileiras, ou, de modo ainda mais amplo, afro-americanas. Percebe-se, pois, um *continuum* na luta da população negra por melhores condições de vida e existência, e pela manutenção de certos aspectos identitários, sendo a F.N.B. mais um elo nessa luta, mesmo considerando a grandiosidade e relevância de sua atuação no meio negro paulistano em princípios do século XX.

Há que se destacar, entretanto, como o faz Almeida (2019), que apesar das ligações com as perspectivas de outras associações negras, inclusive, em diferentes períodos, a F.N.B. estava bastante ligada aos ventos da modernidade que sopravam na cidade de São Paulo no período em questão. De modo que seus ideais e suas iniciativas eram fruto também, com seus prós e contras, daquele período de expansão e consolidação da lógica moderna no país. Nesse sentido, como comenta este autor:

[...] as ideias registradas em seus estatutos e em seu veículo de imprensa, o jornal *A Voz da Raça*, podem [...] ser mais bem entendidas sobre o contexto

político dos anos 1930 do que a partir de reminiscências de movimentos anteriores. A Frente Negra Brasileira, antes de ser um veículo de velhas ideias da organização negra é um movimento típico do Brasil moderno, urbano e industrial que nasceu em meio às transformações da revolução de 1930. (Almeida, 2019, p. 19).

Percebe-se, portanto, a íntima relação da F.N.B. com o contexto histórico em que ela foi criada, aspecto bastante presente não somente na sua, mas, como comenta Almeida (2019), também na doutrina política de vários outros movimentos, tantas vezes considerada nacionalista e autoritária (Domingues, 2007; Fernandes 1965; Andrews, 1998), devido, entre outras coisas, à sua organização e diretrizes que se colocavam de cima para baixo. Até mesmo aproximando-a de elementos de discursos fascistas, refletindo, por exemplo, no subtítulo de seu jornal “Deus, Pátria, Raça e Família”. Elementos que permeiam vários aspectos de seus discursos e de sua doutrina, mas que, por outro lado, não determinam este movimento como fascista, mas, como se refere Almeida (2019), fruto de seu tempo.

Procuremos, portanto, aprofundar um pouco mais nossa visão acerca desta organização negra.

Fundada em 16 de setembro de 1931, inicialmente instalada em duas salas situadas no palacete Santa Helena, no centro de São Paulo, a Frente Negra Brasileira, segundo Florestan Fernandes (1965), “surgiu num clima de inquietações e de ansiedade, pois desde 1927 vários grupos [...] vinham preparando o terreno para uma organização desse tipo. Por isso, ela foi recebida com júbilo e congregou, no início, ‘todos os grupos existentes no meio negro’.” (p.35). Vislumbramos sua importância, por exemplo, em diversos artigos publicados em seu periódico oficial, *A Voz da Raça*, onde se pode perceber seus princípios e objetivos centrais.

O trecho abaixo reflete este aspecto, enfatizando-se, como demonstrado anteriormente, a preocupação com educação da população negra.

[...] Criar o negro forte, ha de constituir nosso programa; e a força, naturalmente promana do físico, do moral e do intelectual. A cultura física tem sido mais ou menos cuidada entre nós; mas a intelectual é tão sómente agora que em ideal germina e queira Deus medre, crie viço e cresça. Um grupo de abnegados fretenegrinos, idearam e já começaram pôr em execução a criação de uma instituição escolar; com o nome de ‘Liceu Palmares’ destinada a desenvolver a cultura intelectual dos nossos patrícios. (A Frente Negra Brasileira e a instrução, *A Voz da Raça*, ano 1, n. 2, 25/03/1933, p. 4)

Vê-se, pois, novamente, como enfatiza Almeida (2019) a ligação desta associação com a modernidade paulistana, isto é, a preocupação de criar o negro moderno, sintonizado com as iniciativas de modernização do período varguista e, por isso, encontrando eco nas políticas sociais de educação, trabalho e saúde. Para este autor, a F.N.B. reconhecia “que era preciso realizar a modernização de homens e mulheres pretas e isto significava gerar os aportes morais e materiais que garantissem o aparecimento do cidadão negro inserido e integrado à sociedade de classes” (Almeida, 2019, p. 20). Aspecto este, aliás, que aparece também nos estatutos da organização, demonstrando sua preocupação com a formação e educação do negro para a realidade social e econômica que rapidamente se transformava no interior do ambiente urbano e competitivo de São Paulo.

Veja-se o trecho abaixo:

Leiamos os estatutos: art. 3.o – A Frente Negra Brasileira como força social, visa a elevação moral, intelectual, artística, técnica, etc., do trabalho da gente negra. Mas, especialmente, cuida da ‘afirmação’ dos direitos históricos da gente negra brasileira, em virtude da sua actividade, material e moral, no passado, e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos actuaes, na Communhão Brasileira. (Editorial, “A Frente Negra Brasileira e o Patrianovismo”, A Voz da Raça, ano 1, n. 3, 01/04/1933, p. 4)

Ou ainda:

A F.N.B. foi creada para demolir de vez o preconceito hypocrita e encoberto que existe e que tanto prejudica a nós negros, com sua obra de sapa subterranea, contra a qual quasi não podemos nos defender, por estar ele numa posição oculta de ataque que o protege da defesa franca; para conquistar para os negros cousas que até então lhe negam, para elevar o nível moral e intelectual do homem negro e organizar melhor a família estabelecendo uma concordia com o branco, [...] É para que os negros possam ocupar dentro do paiz lugares que eles mereçam e que até hoje tem sido, posso dizer, privilegio do branco, porque mesmo que haja capacidade e preparo conseguidos com arduos esforços, a côr tem servido de embaraço. (Pedro Rodrigues, A Frente Negra Brasileira, A Voz da Raça, Ano I, n. 11, 03/06/1933)

Vê-se, pois, o pilar que talvez melhor reflete as finalidades dessa organização, isto é, a educação e a orientação do negro, não somente de forma individual, mas coletiva, como enfatiza Raul Joviano do Amaral em seu artigo *Frente Negra Brasileira: Suas Finalidades e Obras Realizadas*, citado por Fernandes (1965, p. 38). Nesse sentido, esta organização apresentava uma proposta de “educação coletiva, quer

entre adultos, em vários graus e aspectos, como e principalmente, entre as crianças, desde o curso primário até as noções necessárias ao alto padrão de conhecimentos para as lutas quotidianas do trabalho” (apud Fernandes, 1965, p. 39). Vê-se aqui o elo de ligação entre os aspectos racial e socioeconômico, no intuito de possibilitar a integração do negro na sociedade moderna.

Como lembra Andrews (1998)

A Frente subvencionou cursos de alfabetização e vocacionais para adultos, e montou uma escola elementar. Criou uma clínica que oferecia cuidado médico e odontológico a baixo custo, e seu departamento legal proporcionava assistência aos membros envolvidos em disputas com proprietários de terras ou com patrões. Também oferecia benefícios de auxílio mútuo e estabeleceu uma cooperativa de crédito como parte de uma campanha ‘compre sua própria casa’, destinada a ajudar os afro-brasileiros a escapar dos porões fétidos do centro da cidade, comprando terrenos e casas nos então subúrbios periféricos de Jabaquara, Saúde e Casa Verde. (Andrews, 1998, p.232)

No que tange ao aspecto educativo da população negra, portanto, o interesse da F.N.B. em fazer surgir um “novo negro” que correspondesse às exigências da sociedade competitiva, de acordo com Florestan, “foi antes a expressão de tendências profundas, que se agitavam no ‘meio negro’ e exigiam transformações substanciais, a longo termo, do comportamento, da personalidade e do estilo de vida da ‘gente negra’.” Dessa maneira, ainda segundo o autor citado, com a ação da F.N.B. “procedia-se ao solapamento da dominação racial tradicionalista, através do combate a manifestações concretas de “preconceito de cor” e da congregação do ‘negro’ na realização de atividades próprias.” (p.41).

Assim, o significado da ação da Frente Negra associa-se à própria atuação do negro na sociedade, isto é, a partir da mesma o negro

[...] redescobriu, portanto, o seu lugar na sociedade graças à ruptura violenta com o passado e com um destino de submissão imutável, a qual os movimentos reivindicatórios fomentaram e propagaram no nível ideológico. O temor de sair do isolamento e de concorrer com os outros constituía um plano inclinado. Contra êle, o ‘negro’ nada podia, como *indivíduo isolado* nem como *raça dependente*. O ponto de apoio, para subverter êsse plano inclinado, tinha de vir do ‘negro’ senão como ‘raça’ pelo menos como coletividade. Apesar da descontinuidade, da fluidez e das deficiências dos movimentos reivindicatórios, eles forneceram, estrutural e dinamicamente, êsse ponto de apoio indispensável. Ajudaram, decisivamente, a quebrar o ‘temor do branco’ e, o que é deveras mais importante, puseram em seu lugar ‘a coragem de enfrentar o branco em todos os terrenos’. Da ocupação à representação política e à dignidade inviolável da pessoa, tudo ficará aberto à ânsia de

competir e de concorrer, *sem restrições*. Dêse ponto de vista, os movimentos reivindicatórios preencheram uma função decisiva, impulsionando o 'negro' a converter-se em 'homem de sua sociedade e de sua época'. Na conjuntura histórico-social em que surgiram e atuaram, tentaram organizar e abreviar a transição de um estado de isolamento sócio-cultural, para o estado alternativo de participação sócio-cultural consciente, intensa e reponsável. (Fernandes, 1965, p.66).

Todos estes aspectos e programas, somado à mensagem geral da Frente de ascensão moral e progresso material da raça negra, permitiram, então, uma ampla atração e, conseqüentemente, uma adesão substancial de membros, chegando-se, de acordo com Andrews (1998), às dezenas de milhares e proporcionando a expansão da organização para outros Estados além de São Paulo, como Minas Gerais e Espírito Santo, além do surgimento de frentes independentes com o mesmo nome na Bahia e no Rio Grande do Sul. Necessitou-se, inclusive, como relata Pinto (2013), devido a seu crescimento vertiginoso, uma mudança de endereço da sede, passando a ocupar um prédio situado na Rua da Liberdade, 196, local de maior permanência e “onde se instalaram a presidência, a secretaria, a tesouraria e, inclusive, a redação do jornal A Voz da Raça” (p. 92).

Ainda de acordo com Pahim Pinto (2013), a estrutura da F.N.B. era composta “pelo Grande Conselho, formado pelo presidente [Arlindo Veiga dos Santos, que exerceu o cargo até junho de 1934, e Justiniano Costa, que ocupara a função de tesoureiro e manteve-se como presidente até a extinção da organização em 1937], conselheiros e secretário geral; e pelo Conselho Auxiliar ou Administrativo, composto pelos cabos e comissários” (p. 95). Compunham ainda esta estrutura 2 secretários, o tesoureiro geral, os fiscais e os diretores.

Ao longo de seus seis anos de existência, refletindo a complexidade de sua estrutura, foram criados diversos outros departamentos para agir sobre áreas específicas: o Departamento de Instrução e de Cultura, o Departamento Musical, o Departamento Esportivo, o Departamento Médico, o Departamento de Imprensa, o Departamento de Artes e Ofícios, o Departamento Dramático, o Departamento Jurídico-Social e o Departamento Doutrinário. Uma estrutura complexa que refletia então sua importância política e social.

Apesar de sua ênfase no plano educacional, é inegável a função política que exerceu a F.N.B. para a arregimentação e organização da população negra em torno

de objetivos comuns. Chegou inclusive, como enfatiza Andrews (1998), a participar indiretamente de pleitos eleitorais demonstrando apoio a determinados políticos e/ou candidatos que favoreciam a luta do negro brasileiro. De acordo com este autor e também Fernandes (1965), conseguiu algumas conquistas políticas como a eliminação da proibição de negros nos rinques de patinação e na participação na guarda civil.

Mas sua atuação não se resume a estes aspectos. Como pudemos demonstrar anteriormente, outra área de atuação dessa organização foi no aspecto artístico, cultural e de lazer, permitindo espaços de confraternização e cultura num período em que a população negra, na maioria das vezes, não tinha acesso nem a direitos básicos. Era comum, por exemplo, a promoção de bailes dançantes em sua sede, as chamadas “domingueiras”, bem como, a organização de festivais e outras iniciativas culturais, normalmente a cargo das “Rosas Negras”, comissão feminina da Frente Negra responsável para este fim.

Além disso, como mostra Pahim Pinto (2013), a Frente ofereceu uma série de serviços no decorrer de sua existência, entre eles: salão de barbeiro e cabeleireiro, local para jogos e divertimento, oficina de costura, gabinete dentário e posto de alistamento eleitoral. A organização chegou até mesmo a organizar uma caixa beneficente, tendo como finalidade “socorrer os associados, fornecendo-lhes assistência médica, hospitalar, farmacêutica e funerária” (p. 103).

O trecho abaixo, retirado do periódico A Voz da Raça, demonstra bem este aspecto:

A ‘Frente Negra Brasileira’ acaba de oficialisar, adaptando à sua organização, uma CAIXA BENEFICENTE, cuja finalidade é socorrer os seus associados, com medico, farmacia, hospital e até com funeral em caso de morte, mediante a pequenina contribuição individual de 2\$000. Assim sendo, a ‘Frente Negra Brasileira’ somente proporcionará as vantagens expostas, por intermedio da ‘CAIXA BENEFICENTE’ aqueles que a ela se filiem, obrigandose ao pagamento mensal da quantia referida de 2\$000. (Editorial, Caixa Beneficente da F.N.B., A Voz da Raça, Ano I, n. 8, 06/05/1933, p. 3)

Vê-se, pois, a amplitude e a gama variada de atuação desta associação e como ela proporcionou possibilidades de organização, educação e ajuda a população negra no combate à discriminação racial, incentivando, inclusive, a conquista de posições dentro da sociedade e a aquisição de bens.

Há que se ressaltar, entretanto, que, devido também a sua amplitude e heterogeneidade com relação a seus membros, a F.N.B. estava afeita a muitos conflitos internos, levando inclusive a críticas severas por parte de outras organizações e, mesmo, de ex-membros ou antigos aliados. O trecho abaixo, demonstra bem este aspecto, refere-se a entrevista concedida por José Correia Leite – editor do jornal *O Clarim da Alvorada* e que rompeu com a Frente Negra logo no início de sua existência – para Marcio Barbosa, publicada em seu trabalho *Frente Negra Brasileira: depoimentos* (2017)

Muita gente pensa que foi só o *Clarim* que foi dissidente, mas não fomos os únicos, houve outros. Houve um grupo que até saiu de lá com o nome de Frente Negra Socialista. Era um grupo de esquerda que estava lá dentro, mas quando viram que as ideias do Isaltino e do Arlindo estavam prevalecendo, que era um negócio de direita, então eles saíram com o nome de Frente Negra Socialista. Só que não conseguiram progredir. Também foi dissidente o Alberto Orlando que era um dos fundadores importantes, na mesma ocasião em que o *Clarim da Alvorada* rompeu, ele também rompeu, só que ele era uma pessoa e o *Clarim* era um grupo. Houve outros dissidentes da Frente Negra mas o mais visado foi o Clarim. (José Correia Leite *apud* Barbosa, 2017, p. 70)

De acordo com a entrevista em questão, notamos que um dos pontos de divergência e discordância era a centralidade das figuras dos irmãos Veiga, especialmente pela ligação e difusão por parte de Arlindo Veiga dos Santos de ideias autoritárias ligadas ao chamado *patrianovismo* e a ideais monarquistas. Cabe entretanto, ressaltar, como lembra Almeida (2019), que “não podemos inferir, apenas pelas ideias de Arlindo dos Santos, as quais não eram aceitas em uníssono, que a Frente Negra Brasileira tinha ideais monarquistas em seus propósitos” (p. 18). Aspecto bastante pertinente ao observarmos o fim da entrevista de José Correia Leite na obra mencionada quando ele afirma que “nós não combatemos a Frente Negra, defendemos a Frente Negra, agora divergimos em termos de ideias, as ideias que estavam colocando dentro da Frente Negra não estavam certas, é isso” (*apud* Barbosa, 2017, p. 79).

Apesar da existência dessas divergências internas e possibilidades de se associar certas ideias a aspectos fascistas, não foram estes os principais elementos que levaram ao fim da F.N.B., como bem lembra Oliveira (2006), mesmo porque, a F.N.B. nasceu de um “sonho de união, conseguindo juntar em seu nascimento, no

começo da década de 1930, militantes negros com as mais variadas experiências” (p.12). A Frente acabou mesmo por injunção política quando do golpe de Estado perpetrado por Getúlio Vargas em 1937 e que fechou todos os partidos políticos. Como a Frente havia se inscrito e se oficializado como partido em 1936, seu destino oficial foi selado por este movimento autoritário. Sua influência, entretanto, não cessou, transformando-se num marco na história e na memória da população negra paulistana e parte indiscutível do desenvolvimento e amadurecimento da organização da população negra no Brasil.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS (Contribuições teóricas para o debate sobre raças e classes no Brasil)

Buscamos ao longo de nosso trabalho, por meio do levantamento e da análise histórica e sociológica, interpretar a realidade brasileira em seu período de expansão e da consolidação da modernidade no país. Para isso, elencamos e discorremos sobre os principais fatores de ordem social, econômica e política que influenciaram este processo de integração de nosso país à lógica capitalista moderna internacional. Como elemento de especificidade de nossa formação social, porém, procuramos destacar como o aspecto racial influenciou e também foi influenciado por este movimento mais amplo de inserção na era moderna, o que proporcionou uma feição bastante conservadora desse processo para o caso brasileiro. A partir desse contexto pois, foi que empreendemos o estudo sobre a Frente Negra Brasileira e suas propostas e iniciativas educativas para a população nas primeiras décadas do século XX em São Paulo.

Nesse sentido, procuramos demonstrar em nosso estudo, especialmente na primeira parte dele, como o dilema racial pelo qual passava a população negra no período em questão está ligado à própria constituição da sociedade de classes e às peculiaridades de seu desenvolvimento no contexto da modernidade. Assim, por meio dos estudos de Souza (2017) e de Fernandes (1965; 2007), principalmente, buscamos mostrar como a organização do Brasil em moldes tipicamente modernos, no sentido capitalista do trabalho e das relações econômicas, não atingiram, até fins do século XIX, muitas regiões e espaços do país, ficando sua presença e maior influência confinadas às regiões urbanas mais dinâmicas do ponto de vista social e econômico, como São Paulo e Rio de Janeiro. Isto levou a diferenças bastante sensíveis do ponto de vista das transformações socioeconômicas e culturais entre as diferentes regiões do país e, mesmo, dentro de uma mesma região, coexistindo, muitas vezes, elementos considerados tradicionais e outros modernos num mesmo espaço.

Ademais, devido à preexistência da escravidão e a forma conservadora pela qual ela foi extinta em nosso país, resultou daí contradições e dificuldades de ordem socioeconômica, ligadas à integração do país à ordem moderna competitiva, e também de ordem racial, ligada a persistência da discriminação e do racismo,

intensificando ainda mais esta coexistência na realidade social de elementos de caráter tradicional e elementos de caráter mais propriamente modernos. Aspectos trabalhados com o auxílio de Prado Jr. (1992), Francisco de Oliveira (2006) e o próprio Florestan (1965, 2008).

Este cenário aparentemente ambíguo levou Florestan (1965), por exemplo, a entender a questão da discriminação e do preconceito raciais como uma reminiscência da escravidão no interior de relações tipicamente modernas, daí também um aparente otimismo de sua parte no sentido de que a expansão da sociedade moderna e inclusiva, bem como, de seus mecanismos, pudesse agir no sentido de transformar aquelas relações tradicionais ligadas ao período escravocrata e, portanto, ajustar aos poucos o chamado dilema racial brasileiro, permitindo enfim uma efetiva integração da população negra à ordem social em termos de igualdade com outros estoques raciais.

Entretanto, num viés um pouco diferente daquele utilizado por este autor em sua tese sobre a integração do negro à sociedade de classes, percebe-se que o dilema racial brasileiro somente se intensificou ao longo das primeiras décadas do século XX, mesmo que de forma diferente do passado, mais camuflada em certo sentido, mostrando como a discriminação e o preconceito raciais, mesmo não permanecendo intactos, foram sendo “reelaborados e atualizados em dissonâncias, adquirindo novos significados, roupagens e configurações dentro das novas estruturas e conjunturas” (Domingues, 2019, p. 26). Diferentemente do que afirmava Florestan (1965), então, as relações desiguais entre negros e brancos não eram meros arcaísmos ou heranças da escravidão, mas sim expressões de mecanismos materiais e simbólicos que o grupo branco utilizou para desqualificar os não-brancos (Domingues, 2019).

Nesse sentido, como afirma Souza (2017), a sociedade moderna e de classes brasileira criou novos mecanismos de reprodução da pobreza e da desigualdade, perpetuando uma lógica de exclusão e de discriminação ligando elementos do passado escravista às modernas relações de poder na sociedade de classes. É nesse sentido que este autor fala de uma classe de novos escravizados, isto é, segundo sua leitura, uma classe de abandonados e inadaptados à competição social e econômica modernas e que tem sua formação historicamente assentada nos desdobramentos

dos processos de abolição e de consolidação dos moldes republicanos nas primeiras décadas do século XX.

Tentou-se construir, portanto, na primeira parte de nosso estudo, o pano de fundo sobre o qual poderíamos abordar de maneira mais ampla e efetiva, tanto as contradições e problemas ligados ao chamado dilema racial brasileiro, quanto o contexto sobre o qual as associações negras do período puderam, através de seus ideais e iniciativas de caráter educativo, proporcionar a união e organização da população negra em seu enfrentamento às adversidades e problemas que a realidade social moderna trazia. Nesse sentido, pudemos perceber, com o auxílio de Domingues (2018; 2019) e também Silva (2021), como estas formas de ação e organização refletiam uma lógica própria do associativismo negro, em muitos sentidos, como continuidade de uma luta histórica da população negra para criar alternativas de vida mais favoráveis nos diferentes contextos em que se encontrou até aquele momento.

A percepção acerca da importância do associativismo negro deve ser ressaltada pelo fato de que foi por esta via que alguns segmentos da população negra se organizaram e encontraram possibilidades de “tomar em suas mãos” as rédeas de seu próprio destino. Mais importante ainda, foi por meio do conceito de associativismo, que encontramos um mote adequado para se trabalhar os aspectos étnico e identitário, muitas vezes relegados quando partimos de uma análise da organização dos indivíduos a partir do conceito de classes sociais.

Tal percepção, entretanto, não diminui a necessidade de entendermos a constituição das classes no Brasil desse período, já que a própria lógica da modernidade acaba por dividir os indivíduos do ponto de vista da inserção na estrutura socioeconômica e produtiva a partir de seu pertencimento de classe. Como debate Souza (2017), é este pertencimento de classe que condiciona certas formas de socialização, predeterminando, “pelo menos em grande medida, todas as chances que os indivíduos de cada classe específica vão ter na sua vida em todas as dimensões” (p.85). Propusemo-nos, portanto, estabelecer um diálogo entre estes dois conceitos para entendermos, como a união da população negra em torno de associações para luta de seus direitos, foi fundamental para o combate à situação de abandono à qual boa parte dela foi relegada no período pós-Abolição.

Dito de outra forma, a partir desta ótica a que nos propomos seguir, podemos entender que foram as demandas e necessidades de ordem socioeconômica do período que levaram certos segmentos da população negra a se unir em torno de objetivos comuns, entre eles o combate às precárias condições sociais e econômicas enfrentadas (marginalização, exclusão, preterição na estrutura produtiva em oposição aos imigrantes, etc.), levando a iniciativas para a integração e mobilidade sociais, isto é, para a negação daquele lugar de classe despossuída e ascensão para outros patamares como o de proletariado e, mesmo, de uma classe média negra. Mas, para além disso, foi a persistência da discriminação e do racismo vivenciada pela população negra que alargou estas demandas e necessidades levando-as para um plano de caráter mais identitário ligado ao aspecto étnico-racial. É a conjugação destes fatores, portanto, que, de nosso ponto de vista, explica a situação da população negra em São Paulo no período em questão, bem como, é a base para o entendimento de suas organizações e lutas.

Percebe-se, pois, como, por meio do conceito de associativismo, conseguimos estabelecer um diálogo com o aspecto da modernidade brasileira e da constituição da sociedade nesses moldes, bem como, das próprias classes sociais. Permitiu-nos, portanto, trabalhar aspectos de ordem socioeconômica, ligado às condições materiais, e racial, associados ao aspecto de identidade e pertencimento para além da classe.

Assim, mesmo levando-se em consideração as possíveis limitações na análise de Fernandes no que tange à caracterização do dilema racial brasileiro, procuramos mostrar como este autor consegue chegar ao cerne da questão ao demonstrar como as relações tradicionais e autoritárias ligadas à escravidão, tornar-se-iam elementos chave para o entendimento das relações entre negros e brancos na sociedade moderna, assim como, para o entendimento da constituição de ideologias raciais ligadas aos mesmos no período de gestação da sociedade competitiva.

Dessa forma, mesmo que sob novas roupagens e ligada então a mecanismos de classe, percebe-se como o dilema racial brasileiro é passível de ser compreendido levando-se em conta suas raízes no esfacelamento da sociedade tradicional escravista e de castas e na forma como este processo ocorreu, “convertendo os negros e mulatos, predominantemente, num setor marginal da população e num subproletariado” (Fernandes, 2007, p. 85).

Vê-se, nitidamente, portanto, como os aspectos socioeconômicos ligados ao esboroamento da sociedade escravista e à constituição da sociedade de classes brasileira, ligou-se intimamente a aspectos raciais, relacionados à forma como a sociedade de maneira geral continuava a enxergar a população negra, isto é, renovando elementos de discriminação e de racismo ligados aquele período passado, porém, sob mecanismos modernos das relações de classe. Percebe-se, em outras palavras, como o elemento racial ajuda a entender a formação dessa classe de “abandonados” social e economicamente de que fala Souza (2017), surgida após os processos de abolição e de consolidação da República brasileira e que traz repercussões de caráter socioeconômico e racial até os dias atuais.

Sob este ponto de vista, então, a gestação da modernidade no Brasil não pode ser considerada por meio de um viés puramente econômico, mas como um processo estrutural em que foram envolvidos elementos de variadas esferas, demonstrando inter-relações e interinfluências entre economia, sociedade, política, cultura e, principalmente, a questão racial. É a dinâmica específica entre estes variados elementos, portanto, que proporcionou a consolidação do Brasil como uma formação social moderna e específica.

Nesse sentido, é coerente aquela afirmação de Souza (2017) de que a escravidão é o berço de nossa sociedade, já que é a partir dela (mesmo que em seu período de crise) que se desenvolveriam certas relações de caráter socioeconômico e cultural, envolvendo aspectos raciais, que, no alvorecer da modernidade brasileira, se transformariam e direcionariam a organização dos indivíduos em classes sociais e na estrutura produtiva do capitalismo moderno. Florestan (1965), nesse sentido, também se aproxima um pouco dessa posição ao afirmar que a supremacia branca não findou com a Abolição, mas “foi apenas reorganizada em outros termos, em que a competição teve uma consequência terrível – a exclusão, parcial ou total, do ex-agente da mão de obra escrava e dos libertos do fluxo vital do crescimento econômico e do desenvolvimento social” (Fernandes, 2007, p. 86).

O que Souza (2017) afirma, então, é que a questão racial, oriunda da exploração, da discriminação e da desigualdade atreladas ao nosso passado escravista, será o principal fator para a especificidade da modernidade brasileira e, decorrente disso, da organização das classes no país. A reprodução da discriminação

e do racismo, desse ponto de vista, não seriam uma anomalia do sistema, ou uma incompatibilidade entre a estrutura socioeconômica moderna e relações raciais em moldes tradicionais, como afirmava Fernandes (1965), mas uma especificidade da própria lógica moderna em consolidação. Nesse sentido, como afirma Souza (2017), “a antiga ‘raça condenada’ se transforma em ‘classe condenada’” (p. 66), majoritariamente composta por negros e mestiços.

Percebe-se então, por meio desta perspectiva, como a estrutura material da sociedade liga-se dinamicamente à estrutura sociocultural, permitindo-nos uma visão mais ampla e complexa do processo de modernização à brasileira. É pertinente, portanto, a interpretação de Ianni (1972) quando afirma que as contradições e barreiras raciais em nível social, decorrentes desse desenvolvimento, “não são inteligíveis a não ser quando a análise ultrapassa essas manifestações fenomênicas e atinge as suas raízes, que não são étnicas, raciais ou culturais” (Ianni, 1972, p. 226), mas que somente são “compreendidos quando os analisamos no contexto das estruturas econômico-sociais e políticas, tendo em vista o seu caráter social dominante: a formação da sociedade de classes” (Ianni, 1972, p. 226).

A concepção de Ianni (1972) chama a atenção então para o fato de que a chamada “questão racial” se liga intrinsecamente às relações de dominação e subordinação entre indivíduos, por isso, no caso brasileiro, apresentando vieses diretos e indiretos no aspecto racial. Em outras palavras, esta concepção, que também é adotada por Fernandes (1965), chama a atenção para o fato de que a questão racial tem suas ligações também na maneira como os indivíduos se inserem (ou não) na estrutura produtiva da sociedade e, portanto, do ponto de vista destes autores, influenciando como indivíduos podem se reproduzir social e economicamente a partir de então. As dificuldades que certos indivíduos ou classes têm para um processo efetivo de integração social, tem suas bases em aspectos socioeconômicos, mas são também influenciados fortemente, no caso brasileiro aqui estudado, por elementos de ordem racial.

A grande virtude desta concepção teórica – que de forma alguma é a única ou a mais correta, mas que de nosso ponto de vista é a que explica de maneira mais ampla as questões de que tratamos aqui –, segundo Ianni (1972), é o fato de permitir a explicação de variadas manifestações, tênues ou agudas, das tensões raciais,

elucidando alguns significados dos obstáculos e contradições sociais nas relações entre os diferentes estoques étnico-raciais. Em outras palavras, é na análise sobre o estabelecimento do trabalho livre, que emergiu a partir das alterações e da reestruturação ampla e profunda da economia e da sociedade naquele período, então em moldes cada vez mais modernos e capitalistas, bem como, sobre a organização dos diferentes grupos e indivíduos no interior dessa nova estrutura produtiva, que podemos vislumbrar, comparativamente, as diferentes possibilidades abertas ou não a cada indivíduo, grupo ou classe (Ianni, 1972).

Dessa forma, as transformações verificadas no plano econômico e pelas quais passava a sociedade paulistana com o avanço das relações propriamente capitalistas no modo de produção, seriam acompanhadas também por mudanças de caráter sociocultural e racial, mas a seu próprio modo e dentro de padrões de dominação também modernos. Como demonstra Ianni (1972) e também debate Fernandes (1965, 2008), o avanço das relações modernas na estrutura produtiva não fizeram do negro, de uma hora para outra, um trabalhador adaptado ao trabalho livre, nem muito menos um cidadão com direitos. Coube a ele próprio encontrar ou criar alternativas para sua efetiva integração em moldes igualitários e, portanto, de acordo com o que se esperava de uma sociedade democrática.

Em diálogo com a percepção de Fernandes (1965), então, esta interpretação de Ianni (1972), demonstra como “o novo estado do negro não é um produto imediato, direto, linear das transformações da infraestrutura; ele se realiza pouco a pouco”, já que séculos de regime escravocrata culminaram na persistência de elementos daquele sistema cultural, penetrando na sociedade do século XX e “determinando alguns componentes essenciais das condições de vida do negro” (Ianni, 1972, p. 67). Há, nesse sentido, uma reacomodação de algumas diretrizes culturais e de mentalidades desse passado escravista, permitindo que certos valores, padrões, normas, etc. pudessem ser redefinidos e incorporados em conformidade com o novo contexto.

Nesse sentido, como demonstra Fernandes (2007), ao se esfacelar a estrutura social da ordem escravocrata e senhorial, o papel do escravizado desaparece ou perde seu teor, e o negro, segundo este autor, acaba por se converter num resíduo racial do antigo sistema, sendo relegado, na ordem moderna, “à categoria mais baixa

da ‘população pobre’, no momento exato em que alguns dos seus setores partilhavam das oportunidades franqueadas pelo trabalho livre e pela constituição de uma classe operária assalariada” (p. 87). Encontra-se aí, portanto, no contexto da era moderna, algumas raízes do embricamento entre as questões socioeconômica e racial.

Desse ponto de vista, portanto, o que se percebe na constituição da sociedade de classes paulistana é que “o preconceito contra o negro assumirá configurações complexas, destinadas a solidificar a hierarquia dos grupos sociais” (Ianni, 1972, p. 69) no interior dessa nova sociedade, moderna e capitalista. Aspecto, aliás, também defendido por Hasenbalg (1979), que também enfatiza como a discriminação e o preconceito não permaneceram intactos no período pós-Abolição, sendo reacomodados material e simbolicamente, e utilizados pelas elites brancas para a desqualificação competitiva dos não brancos na estrutura produtiva e econômica. Isto explicaria, por exemplo, a perpetuação da concentração racial da riqueza, do prestígio social e do poder no interior de uma sociedade (pseudo) inclusiva.

Assim, apesar de ocorrerem mudanças na estrutura econômico-social e política da sociedade paulistana, as relações raciais não passaram por transformações tão drásticas, mantendo-se, sob novas roupagens, certas percepções quanto aos estoques raciais, principalmente no que se refere a seu papel e a sua importância na estrutura social. Uma aparente contradição que não seria solucionada com o avanço das relações socioculturais e econômicas características da sociedade moderna (aspecto defendido por Florestan e Ianni), mas pelo contrário, como afirma Almeida (2022), que permanece na modernidade, pois o racismo não foi uma simples disfunção ou patologia, mas é parte integrante dessa modernidade conservadora que se desenvolveu no Brasil e em outros países americanos e africanos alvos do colonialismo europeu.

Nesse sentido, mais ligado à percepção que estamos levantando, para Almeida (2022), a discriminação e o racismo seriam aspectos estruturais do próprio sistema, isto é, “uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares” (p. 50). A associação entre cor e status social, portanto, foi uma marca do avanço da modernidade em terras brasileiras, especialmente nas primeiras décadas do século XX, pouco tempo passado da Abolição formal e da organização do Estado em moldes

republicanos. Associação esta que se desdobra também em outras analogias e comparações de caráter conservador, como a associação entre alguns negros e a vagabundagem ou preguiça, comum à visão da elite proprietária e branca do período e que, de acordo com Ianni, liga-se ao fato de que as primeiras gerações de negros livres, devido em grande parte à experiência cruel da escravidão nas relações de trabalho, se acomodaram “a um regime de vida adstrito ao mínimos vitais, tentando desfrutar agora um ócio impossível” (p. 69).

O que se observa no período destacado, portanto, é que foi a ideologia do branco, sobretudo da elite branca do sudeste, que redefiniu aos poucos o papel dos indivíduos neste sistema produtivo caracterizado pela competitividade. A cor, então, passou a ser um elemento a mais para a diferenciação entre indivíduos e grupos de trabalhadores, tornando-se, como afirma Ianni (1972), uma “abstração reificada, [e] definindo a totalidade da pessoa à qual é atribuída” (p. 234). Percebe-se, também, por outro lado, como a ação das associações negras, com destaque aqui para o papel da F.N.B., foi de fundamental importância para se construir aquilo que Fernandes (1965, 2007) denominou de contra ideologia racial e que funcionava, portanto, como elemento de contraposição à ideologia hegemônica do branco ao valorizar o negro e suas capacidades e habilidades para a vida social.

Desse modo, na mesma medida em que se “organiza a concepção social de *negro* e *mulato*, como pertencentes à camada assalariada, redefinem-se reciprocamente negros, mulatos e brancos, criando-se em consequência condições ideológicas do comportamento social específico da sociedade de classes” (Ianni, 1972, p. 234). Daí estas ideologias se apresentarem na grande maioria das vezes como avaliações estereotipadas dos diferentes estoques raciais, refletindo as relações de dominação-subordinação a que os indivíduos estão submetidos quer eles tomem consciência ou não disso.

De acordo com esta interpretação, portanto, as ideologias raciais, assim como, outros fenômenos de caráter racial e ou cultural apresentam-se como expressões de um modo determinado de organização social em que os indivíduos se encontram distribuídos de maneira desigual no interior do sistema. Desse modo, “determinados produtos das relações sociais entre grupos *raciais* ou culturais distintos se revelam como componentes dinâmicos de relações de dominação-subordinação constituídos

com fundamento em certos tipos de apropriação dos produtos do trabalho social” (Ianni, 1972, p. 243).

A percepção de uma aparente incompatibilidade da população negra às regras da modernidade e que fundamenta em grande medida a ideia de anomia social no meio negro no pós-Abolição deve, portanto, ser problematizada e rechaçada, já que a visão de desajustamento social do negro – aspecto levantado por Fernandes (1965) e, em certa medida, também por Ianni (1972) – não se sustentam ao percebermos que, mesmo não reproduzindo os padrões tidos como ideais na sociedade competitiva, as mulheres e homens negros, como tentamos demonstrar nos sustentando nos argumentos de Domingues (2019), “não eram anômicos, mas (res)semantizaram de forma diversa os códigos sociais, políticos e culturais vigentes” (p.23), articulando valores próprios que, por sua vez, orientariam suas escolhas, atitudes e expectativas.

Além disso, de nosso ponto de vista, – se bem que com necessidade de um estudo mais aprofundado sobre isso – a própria absorção de comportamentos e ideais ligados à modernidade e, portanto, considerados adequados à ordem social em questão, também é feita de maneira seletiva, isto é, absorvendo e ressignificando vários aspectos culturais e comportamentais. Até que ponto certos elementos são realmente absorvidos ou somente o são na aparência é um campo bastante interessante para estudo, mas que foge um pouco de nossos objetivos para o presente trabalho. Limitamo-nos a demonstrar que este aspecto de absorção de certos valores e comportamentos caminha lado a lado com a luta pela transformação da própria sociedade que os incute, daí nossa percepção de integração e subversão nas propostas educativas da F.N.B. para a população negra.

Mas voltando ao aspecto anteriormente abordado, além de permitir o entendimento sobre o protagonismo negro no período, as premissas de Domingues (2019), ao destacar e valorizar as formas de associativismo negro, também nos permitem entender que o conceito de classe, apesar de sua amplitude e flexibilidade por meio da percepção de Souza (2017, 2021), ainda não dá conta adequadamente do aspecto racial e identitário presente nas organizações negras do período em questão. Daí nossa preocupação e ênfase neste trabalho sobre os ideais e as iniciativas das associações para a organização da população negra. Mais

precisamente, a nossa ênfase no papel educativo destas, com centralidade para as ações da Frente Negra Brasileira, que respondiam, como já destacamos anteriormente, não somente as demandas de caráter socioeconômico, mas também e principalmente, aquelas de caráter étnico-racial e ligadas ao pertencimento.

Observamos, então, nesse ponto, a importância da ação da F.N.B. e de algumas outras associações negras no sentido de enfrentar a precária situação material e simbólica vivenciada pela população negra paulistana, já que, ao propor um movimento de reeducação do negro para a sociedade competitiva, agiam no sentido de combater ou modificar certas percepções entranhadas da ideologia racial e econômica dos brancos. Com isso, possibilitavam uma revalorização do negro em diversas áreas, entre elas a do trabalho, auxiliando na reavaliação do negro enquanto trabalhador livre, num contexto em que o próprio conceito e a prática do trabalho também passavam por uma revalorização dentro da ótica capitalista, como argumenta Ianni (1972).

A percepção da F.N.B. com relação ao trabalho e aos comportamentos adequados para a população negra, por exemplo, como foi demonstrado pelos artigos e textos retirados do periódico *A Voz da Raça* e analisados neste trabalho, traziam este duplo aspecto de valorização, ou seja, valorização do negro enquanto indivíduo capaz e valorização do trabalho e dos comportamentos austeros como caminho para a integração e a mobilidade sociais. A seu modo, portanto, e dentro de suas limitações também, a F.N.B. sistematizava as demandas e necessidades da população negra no que se referia à sua realidade social, criando alternativas, pela via da educação, para a população negra combater as agruras de caráter socioeconômico e racial imperantes socialmente.

Este processo, que foi chamado por Fernandes (1965, 2007) de Segunda Abolição, refletiu então um movimento de ressocialização do próprio negro, como pudemos enfatizar na segunda parte de nosso trabalho. Ressocialização esta que não pode ser entendida, como destacamos anteriormente, apenas como absorção dos valores considerados adequados à sociedade moderna e capitalista, mas uma ressocialização (re)afirmando caracteres identitários próprios e ligados, portanto, a tradições sociais e culturais muitas vezes relegados na ideologia racial e cultural dominante. Daí, novamente, nossa percepção de que a ação educativa da F.N.B.

trazia tanto elementos de integração quanto elementos de subversão da ordem social mais ampla.

Como fica visível, então, o combate à discriminação e ao racismo era, necessariamente, também um movimento de combate à marginalização socioeconômica a que estava relegada grande parte da população negra e, conseqüentemente, agia no sentido de uma efetiva integração, em termos de igualdade, dos negros à sociedade e à estrutura produtiva da sociedade de classes. Percebe-se, portanto, novamente, a amálgama entre os aspectos socioeconômicos e raciais no período destacado, influenciando, conseqüentemente, os próprios ideais e as iniciativas propostas pelas associações negras. Daí, a centralidade das iniciativas destas associações no caráter educativo, seja ele de viés mais amplo ligado a uma educação moral, política e antirracista, seja ele de viés mais específico como é o caso da necessidade de instrução para uma melhor mobilidade e possibilidades de ascensão no mundo moderno.

Cabe ressaltar, todavia, como o fizemos anteriormente, que não podemos entender a ação e a organização das associações negras, aqui mais especificamente da F.N.B., simplesmente como uma reprodução ou continuidade das imposições estruturais do sistema econômico e social. É fora de dúvida, porém, que novos e diferentes atributos passam a se integrar na hierarquia social e simbólica das relações modernas e que, por isso, a aquisição e o usufruto dos mesmos por parte dos indivíduos lhes dão maiores chances de mobilidade na sociedade competitiva. Como cada indivíduo ou grupo se organizará para adquirir ou não estes atributos, é o ponto crucial, de acordo com Souza (2017), para a análise das relações de poder na sociedade capitalista e, conseqüentemente, no Brasil moderno.

A valoração e aquisição do capital cultural, por exemplo, como observa Souza (2017) utilizando-se de um arcabouço teórico de Bourdieu, será um dos elementos centrais para alargar as possibilidades dos diferentes indivíduos e classes no interior da sociedade moderna e capitalista brasileira. Este aspecto é central na análise desse autor, daí a relação que ele faz entre o desenvolvimento do Estado moderno e burocrático ao longo de todo o século XIX no Brasil e a necessidade cada vez maior de pessoal qualificado para ocupar certas posições na administração do mesmo, como pudemos demonstrar na primeira parte de nosso estudo. A aquisição deste

capital cultural, portanto, ligado aos valores e saberes aceitos e prestigiados por esta realidade política, sociocultural e econômica em transformação, será então, em sua análise, um dos elementos centrais para a constituição das classes no Brasil, em especial da classe média brasileira que, segundo ele, caracterizar-se-ia pela tentativa de monopólio e usufruto desse tipo de capital.

De nosso ponto de vista, o que as associações negras do período fazem, portanto, com grande destaque para F.N.B., por meio de seus ideais e iniciativas educativas, é, justamente, possibilitar a certos segmentos da população negra a aquisição de atributos socialmente aceitos e reconhecidos no que tange principalmente à cultura letrada e aos valores modernos, proporcionando assim maiores possibilidades de integração e mobilidade sociais.

Como neste modelo de sociedade os indivíduos, grupos e classes estão em constante disputa para a conseguir usufruir das benesses, dos serviços e dos bens sociais que são limitados, eles o fazem, como aponta Souza (2017), por meio da aquisição dos principais capitais, isto é, o econômico, o social e o cultural. Como, no período em que nos detemos, o capital econômico encontrava-se cada vez mais concentrado nas mãos de uma elite latifundiária associada à produção para exportação, foi o capital cultural, segundo Souza (2017), o elemento de maior disputa para as outras classes, daí que podemos interpretar a ênfase da F.N.B. em iniciativas educativas, e mais especialmente, na instrução, como uma alternativa para esta aquisição, mesmo que isso não ocorresse de maneira totalmente consciente.

O próprio desenvolvimento da imprensa negra, como pudemos demonstrar na segunda parte de nosso estudo, também agiu nesse sentido de, segundo Santos (2012), possibilitar à parte da população negra o acesso a mecanismos de comunicação utilizados por outros grupos e classes sociais, e reconhecidos socialmente na modernidade brasileira. A instrução, portanto, passou a ser uma prerrogativa para a ampliação das redes de comunicação e para “estar atualizado” acerca dos ideais, das propostas e das ações das associações negras, mesmo que em algumas delas os objetivos se referissem apenas a encontros para o lazer e diversão. Como ficou explícito nesta parte de nosso trabalho, a F.N.B. utilizou bastante este mecanismo de difusão de ideias para expor suas propostas e chamar a

população negra à luta, dentro dos ideais que esta organização considerava adequados para “soerguimento moral e material” dos negros.

Além disso, ao utilizar seu jornal para a difusão de ideias ligadas ao trabalho, à economia e à busca de estabilidade socioeconômica, a F.N.B. proporcionava à juventude negra possibilidades de refletir e agir não somente sobre seu presente, mas também, sobre um futuro a médio e longo prazo, isto é, possibilitava o desenvolvimento de disposições e comportamentos de caráter moderno, como disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo, por exemplo. Este era, portanto, o ideal de formação do “novo negro” a que tanto fazem alusões inúmeros fascículos d’*A Voz da Raça*. Ressaltando-se, claro, novamente, que tal internalização de ideais e comportamentos não era feito somente de maneira passiva, mas concomitante à luta contra o racismo e a discriminação e, portanto, não somente uma adequação dos indivíduos a certos valores da ordem social, mas uma tentativa de transformar esta mesma ordem no intuito de torná-la mais aberta, inclusiva e, conseqüentemente, mais democrática.

Este aspecto de aquisição de capitais e valores modernos se torna ainda mais importante quando nos atentamos ao fato de que a situação de boa parte da população negra paulistana era bastante precária, visto que recém-egressa da escravidão e tendo de adquirir conhecimentos e se adaptar à nova realidade socioeconômica cada vez mais competitiva com seus próprios esforços. Ainda com um agravante a mais, quer seja, o preconceito e a discriminação por parte de muitos setores da sociedade, em especial, dos brancos. Diferente do que ocorria com outras classes, portanto, a grande parte da população negra que se enquadrava naquela classe de despossuídos de que fala Souza (2017) não teve à sua disposição um background de atributos sociais, materiais e simbólicos tipicamente moderno que a auxiliasse num movimento de integração e reconhecimento sociais. Tiveram de criar por sua própria conta, então, esse caminho para (sobre)vivência na sociedade moderna. Daí a importância do associativismo e das associações negras do período, que permitiram em maior ou menor grau a constituição de redes de apoio mútuo que auxiliaram na organização e aprendizado de muitos indivíduos, assim como, pelo que demonstramos, criaram possibilidades de lutar contra o preconceito e a discriminação

seculares reafirmando valores e aspectos tantas vezes menosprezados por outros indivíduos e classes.

Como podemos demonstrar ao longo da segunda parte de nosso trabalho, então, a ação das associações e organizações negras no período estudado teve uma gama bastante variada de aspectos. Agiram desde o aspecto lúdico, ligado ao lazer e a algumas atividades culturais, até um aspecto mais propriamente político, como a luta por direitos sociais e o combate ao racismo e à discriminação ainda imperantes na realidade sociocultural. Agiram também de um ponto de vista mais moral, orientando os indivíduos a adotar valores e comportamentos socialmente aceitos e valorizados em sociedade, como o combate à vagabundagem, ao vício, ao ócio, à busca por emprego, aprendizado das letras e dos números, entre outros aspectos. Por isso, Almeida (2019) comenta que, mais do que uma reminiscência de formas de associação do passado, a F.N.B. era, sobretudo fruto de seu próprio contexto histórico associado à modernidade e às transformações socioeconômicas e culturais dela decorrentes.

Nesse sentido, tentamos demonstrar, principalmente no final da segunda parte de nosso estudo, como a Frente Negra Brasileira, por sua amplitude e pelo alcance de suas ações, foi a maior organização negra do período. Como aborda Domingues (2008), a ação desta organização não pode ser minimizada, pois, do ponto de vista educativo, ela não somente agiu no sentido moral acima ressaltado, como também criou departamentos para a oferta de serviços muitas vezes negados à população negra, como consultório médico, dentista, cursos de datilografia e de costura, e, principalmente, cursos de alfabetização, chegando inclusive a criar uma escola própria com autorização do Estado.

Por toda esta gama de atividades e de propostas, fica comprovada, portanto, a importância desta grande associação, além de demonstrar como indivíduos organizados podem, dentro dos limites encontrados pela própria realidade social, mover-se e transformar-se, transformando também, por meio de seus esforços e lutas, a realidade social mais ampla.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rodrigo Estramanho. Notas para reflexão sobre a doutrina política da Frente Negra Brasileira (1931-1937). **Ponto e Vírgula**. PUC-SP, n.26, 2019, p. 16-24.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2022.

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo** (1888-1988). Bauru, SP: EDUSC, 1998.

ARAÚJO, Márcia Luiza Pires de. A escola primária da Frente Negra Brasileira em São Paulo (1931-1937). in: OLIVEIRA, Iolanda de; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva; GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz; OLIVEIRA, Raquel de. (orgs.). **Negro e educação 4: linguagens, resistências e políticas públicas**. São Paulo: Ação Educativa, ANPED, 2007.

BARBOSA, Márcio (Org.). **Frente Negra Brasileira: depoimentos**. São Paulo: Quilombhoje, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. 1979 in: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. – (Ciências sociais da educação).

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CARVALHO, Gilmar Luiz de. **Imprensa Negra Paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências**. Orientadora: Profa. Dra. Suely Robles Reis de Queiroz. 2009. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DIAS, Ariadne Guimarães. “A Voz da Raça” – negro papel, signos brancos – o negro brasileiro e o dilema da aceitação e enfrentamento do racismo no início do séc. XX. **Convenit Internacional 25**, set.-dez., 2017, Cemoroc-Feusp/IJI, Universidade do Porto.

DIAS, Matheus Felipe Gomes. A Frente Negra Brasileira – institucionalização, contestação e fascismo. **PraxisComunal**. Belo Horizonte, vol.2, n.1, 2019, p. 109-124.

DOMINGUES, Petrônio. Associativismo negro. In: Schwarcz, Lília & Gomes, Flávio. **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 113-119.

DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 67, 2014, p. 251-281.

DOMINGUES, Petrônio. Como se fosse bumerangue. Frente Negra Brasileira no circuito transatlântico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 81, fev., 2013, p. 155-170. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo, Brasil.

DOMINGUES, Petrônio. Os descendentes de africanos vão à luta em Terra Brasilis. Frente Negra Brasileira (1931-37) e Teatro experimental do negro (1944-68). **Projeto História**, São Paulo, n. 33, p. 131-158, dez. 2006.

DOMINGUES, Petrônio. **Protagonismo negro em São Paulo**. História e historiografia. São Paulo: Edições SESC, 2019.

DOMINGUES, Petrônio. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, set.-dez., 2008, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, São Paulo, Brasil.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominus, 1965.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular co-edição Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Formações nacionais de classe e raça. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**, v. 28, n. 2, 2016, p. 161-182.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. **Afro-Ásia**, Salvador, n.29-30, 2003.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972.

OLIVEIRA, André Côrtes de. **Quem é a “Gente Negra Nacional”?** Frente Negra Brasileira e a A Vor da Raça (1933-1937). Orientadora: Celia Maria Marinho de Azevedo. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2006.

PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SANTOS, José Antonio dos. **Imprensa Negra**: a voz e a vez da raça na história dos trabalhadores brasileiros. UFRGS. s/d. Disponível em:
<https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/DPd9RyZSQNWggU1UImIZVw/content/josesantos.pdf%20%20A%20Voz%20da%20Ra%C3%A7a.pdf>.

SANTOS, Leandro José dos. Escritos Negros: nota sobre educação e participação política na imprensa negra de ontem e de hoje. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 14 e 15, 2010/2011, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, Araraquara-SP. (publicado em 2012).

SILVA, Maria Aparecida. **A Voz da Raça** – Uma expressão negra no Brasil que queria ser branco. Orientadora: Profa. Dra. Teresinha Bernardo. 2003. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

SILVA, Mario Augusto Medeiros da. Em torno da ideia de associativismo negro em São Paulo (1910-1930). **Revista de Sociologia e Antropologia**, v. 11, n. 2, 2021, p. 445-473, mai-ago.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

DOCUMENTOS

A VOZ DA RAÇA, periódico oficial da Frente Negra Brasileira entre 1933 e 1937, disponível em:
<https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=845027&pagfis=5> Acesso em: 01 fev. 2025.

ESTATUTOS DA FRENTE NEGRA BRASILEIRA. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 nov. 1931. Disponível em:
https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2F1931%2Fdiario%2520oficial%2Fnovembro%2F04%2Fpag_0012_55R9SPBDSCIUKeD76KL4COF980H.pdf&pagina=12&data=04/11/1931&caderno=Di%C3%A1rio%20Oficial&paginaordenacao=100012 Acesso em: 01 fev. 2025.